



UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

BÁRBARA SEGER ZENI

**TAXIDERMIA
SEGUIDO DE
A FIGURA PATERNA E SUAS MÁSCARAS, ENSAIO FICCIOFILOSÓFICO**

PORTO ALEGRE

2021

Bárbara Seger Zeni

Taxidermia seguido de
A figura paterna e suas máscaras, ensaio ficciofilosófico

Tese de Doutorado em Estudos Literários Aplicados: Literatura, Ensino e Escrita Criativa, apresentada como requisito parcial ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para a obtenção do título de Doutora em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Marcos Vieira Sanseverino

Porto Alegre
2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Carlos André Bulhões

VICE-REITORA

Patrícia Pranke

DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Hélio Ricardo do Couto Alves

VICE-DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Alex Niche Teixeira

DIRETORA DO INSTITUTO DE LETRAS

Carmem Luci da Costa Silva

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE LETRAS

Márcia Montenegro Velho

COORDENADORA DA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

Fabiana Hennies Brigidi

CIP - Catalogação na Publicação

Zeni, Bárbara Seger
Taxidermia seguido de A figura paterna e suas
máscaras, ensaio ficciofilosófico / Bárbara Seger
Zeni. -- 2021.
217 f.
Orientador: Antonio Marcos Vieira Sanseverino.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Patriarcado. 2. Paternidade. 3. Pai do povo. 4.
Literatura Brasileira. 5. História do Brasil. I.
Sanseverino, Antonio Marcos Vieira, orient. II.
Título.

Bárbara Seger Zeni

TAXIDERMIA
SEGUIDO DE
A FIGURA PATERNA E SUAS MÁSCARAS, ENSAIO FICCIOFILOSÓFICO

Tese de Doutorado em Estudos Literários Aplicados:
Literatura, Ensino e Escrita Criativa, apresentada como
requisito parcial ao Programa de Pós-Graduação em Letras
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para a
obtenção do título de Doutora em Letras.

Porto Alegre, 18 de Novembro de 2021.

Resultado: Aprovada com conceito A.

BANCA EXAMINADORA

Carlos Leonardo Bonturim Antunes
Departamento de Letras
UFRGS

Veronica Antonine Stigger
Departamento de Artes Plásticas
FAAP

Paulo Ricardo Kralik Angelini
Departamento de Letras
PUCRS

Agradeço

à minha mãe, Claudete, que financiou essa empreitada de doutoramento e me permitiu parar de trabalhar para voltar a estudar, me dando todo o apoio necessário;

ao meu orientador, Antonio, e à turma dos Sanseverinos, que ajudaram no processo de integração à pós, à universidade e à cidade: Bruna, Rodrigo, Denise e Eduardo;

aos membros das nossas tantas bancas Ênio Passiani, Atílio Bergamini e Altair Martins;

a toda a equipe do Departamento de Romanística da Ruhr-Universität Bochum, que me acolheu no time: Dirk Brunke, Marcos Machado Nunes, Lukas Franken, e os seus respectivos amores, Sofia e Jocelyn;

à turma de Oficina de Roteiro Cinematográfico do SESI-PR de 2012-13 pela confiança, apoio e carinho ao projeto: Jessica Sato, Julien Guimarães, Cássio Kelm, Alana Rodrigues e em especial ao grande Leandro Saraiva;

aos mestres e mestras: Antonio Sanseverino, Alessandro Pinzani, Roger Friedlein, Annette Keis, Nara Marques e Regina Zilbermann;

a essa psicóloga enorme que é a Gabriela Robert, que me acompanhou no processo de transformação da minha vida em algo mais vivo, alegre, com menos sofrimento e que fosse algo em que eu me reconhecesse;

à Elisa Leão, que me ajudou a curar as dores do corpo, e a mantê-lo saudável enquanto trabalhava na tese;

às amizades, que são um dos grandes sentidos da vida: Gis, Pê, Jó, Ale, Lú, Frances, Fefe, Jú, Angela, Carmensita, Leo Mario e Valci – alguns mais pertinho, outros longe, mas todos presentes de alguma forma;

especialmente à Gis, por *sempre* ter me apoiado em tudo e por ter acreditado que eu conseguiria realizar mesmo os sonhos sem pé nem cabeça, os desejos vitais, as aspirações a ser tudo e a ser nada – tu tens o meu coração;

aos membros da nossa Célula anarco-comunista antifascista *partiggiana*: Gigi, Lucas, ACN, Gui e Joca, todos pseudônimos;

aos familiares que me deram e que eu escolhi: Luiza, Vitor, Théo, Nicole, Cláudia, Clarisse e Paulo. “Zenis são pura sedução!”, já diria a Lu;

à sorte de ter convivido e ainda conviver com meus avôs e avós, que tanto ensinaram da vida;

ao meu amor, Arthur Sofiatti: estar contigo me faz sentir imensamente grata, alegre e sortuda;

ao apoio financeiro do DAAD/Capes ao projeto Probral, na forma de Bolsa de Doutorado-Sanduíche, em parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – sob coordenação da Dra. Regina Zilberman – e a Ruhr-Universität Bochum – sob coordenação do Dr. Roger Friedlein.

“Fatherland, nonsense”

Thomas Bernhard

RESUMO

Esta tese divide-se em três partes complementares entre si, mas que, porém, tratam de assuntos diversos e usam formas próprias de comunicação. A primeira parte é uma narrativa em primeira pessoa que descreve a trajetória íntima da construção da narrativa ficcional *Taxidermia*. Não é propriamente um diário de criação, mas um relato do percurso mental e material do processo criativo de escrita. Nessa seção, conto um pouco da origem da ideia, das influências que recebi, dos momentos de vida marcantes na persecução do texto literário. Na segunda parte, apresenta-se a narrativa ficcional *Taxidermia* em si. Trata-se de um plano de romance combinado já com partes de sua execução nos formatos narrativo, poético e de roteiro de cinema. O enredo conta a história de um pai de família classe média, que, pressentindo a chegada da morte, toma a decisão de ser *taxidermizado*. Tal decisão passa a afetar profundamente seu núcleo familiar e aqueles ao seu redor, fazendo com que conflitos do passado venham à tona, somando-se ao conflito mais recente, que é o da presença do pai empalhado na sala de estar. A estrutura do romance é paratática, organizando-se em blocos e mini blocos descontínuos, conectados por meio da figura paterna. Os temas que o romance visa abordar são: (a) o homem taxidermizado como signo perene e carnificado da morte, o desejo de imortalidade e de eternização humana; e (b) o funcionamento de algumas famílias brasileiras, visando desvelar o caráter das elites e da classe empresarial: seus preconceitos, seu racismo, seu classismo, seu autoritarismo. Em suma, o patriarcado brasileiro, que insiste em não morrer, mas em constantemente se reatualizar e reaparecer onde menos esperávamos, ainda que já seja uma ideologia moribunda, que vem sendo despossuída paulatinamente de seus poderes e prerrogativas há pelo menos dois séculos. Na parte reflexiva final, um ensaio teórico relacionado ao texto literário é desenvolvido. Nesse segmento, procuro estabelecer um diálogo entre a figuração de personagens ficcionais paternas e a história, cultura e sociedade brasileira das épocas abordadas, tentando explicitar como a figura paterna acaba expondo uma ordem social em função do modo como exerce seu poder na relação com os demais membros da sociedade. Meu intuito é discutir os processos ligados às metamorfoses da figura paterna nas famílias de elite da sociedade brasileira, a saber, como se passou, paulatinamente, de uma figura centralizadora de poder absoluto, o *pater familias*, num sistema de patriarcado rural de base escravista às exigências mais recentes de que a figura paterna se encaixe em um “paradigma do cuidado” tanto diante da Lei quanto no plano do afeto subjetivo. Além disso, discute-se a hipótese de que a sociedade brasileira, de forma geral, exprime um sentimento de orfandade paterna e uma necessidade de cuidado paternalesco de parte de líderes políticos que exerceram o papel de “pai do povo”, “pai dos pobres” ou “pai da nação” em função de sua extrema vulnerabilidade, expressa tanto a nível educacional, como alimentar, habitacional, ocupacional, psicológico, metafísico etc.

Palavras-chave: Patriarcado. Paternidade. Pai do povo. Literatura Brasileira. História do Brasil. Política brasileira.

ABSTRACT

This thesis is divided in three complementary parts. They deal with different topics and use their own communication ways. The early part is a first-person narration that describes the intimate trajectory of the writing of *Taxidermia*. It is not exactly a creation journal, but an account of the psychological and material pathways I followed during the creative writing process. In this section I intend to tell you a little bit about the sources behind the novel's main idea, about the inspirations I received, and about significant moments in my life in the pursuit of the literary text. In the second part, the fictional narrative *Taxidermia* is presented. It is a novel scheme blended with parts of its execution in third and first-person narrative, poetic and screenplay formats. The plot is about a medium-class family man that, sensing the arrival of death, decides to be taxidermized. His decision affects deeply his core family and those around them causing conflicts from the past to surface, adding to the most recent conflict, which is the presence of the taxidermized body of the father disposed in the living room. The novel is designed with a paratactic structure organized in blocks and mini blocks which are connected through the father figure. The themes that the novel aims to address are: (a) the taxidermized man as a perennial and carnified sign of death, the desire for immortality and human eternalization; and (b) the functioning of some Brazilian families aiming to unveil the character of the elites and the business-class: their prejudices, their racism, their classism, their authoritarianism. In short, the Brazilian patriarchy, which insists on not dying, but on constantly updating itself and reappearing where we less expected it, even though it is already a dying ideology, that has been gradually dispossessed of its powers and prerogatives for at least two centuries. In the very end there is a theoretical essay related to the literary text. In this segment, I aim to establish a dialogue between father characters and Brazilian history, culture and society. I try to explain how the father figure ends up exposing a social order in terms of how he exercises power in relation to other members of society, considering that the amount of power he possessed changed over time. My aim is to discuss the processes linked to the metamorphoses of the father figure in the elite families of Brazilian society. Namely, how it gradually changed from a centralizing figure of absolute power – the *pater familias*, in a system of rural patriarchy based on slavery during Colonial Brazil – to the more recent demands that the father figure fit into the “paradigm of care” both in the face of the Law and of subjective affection. Furthermore, I discuss the hypothesis that Brazilian society, in general, conveys a feeling of paternal orphanhood and a need for paternal care on the part of political leaders who played in the past the role of “father of the people”, “father of the poor” or “father of the nation”. This paternalistic need manifests itself due to the extreme vulnerability of the population, expressed by educational, psychological, occupational, nutritional, metaphysical and other types of vulnerabilities.

Key words: Patriarchy. Fatherhood. Father of the people. Brazilian Literature. Brazilian History. Brazilian Politics.

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código 001, em parceria com o *Deutscher Akademischer Austauschdienst* (Daad), na forma de Bolsa de Doutorado-Sanduíche, no âmbito do projeto Probral, uma cooperação entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Ruhr-Universität Bochum.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001 in concert with the *Deutscher Akademischer Austauschdienst* (Daad), in the form of a Doutorado-Sanduíche Scholarship in the context of Probral Project, a cooperation between Universidade Federal do Rio Grande do Sul and Ruhr-Universität Bochum.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 UM RELATO A CONTRAGOSTO	14
3 TEXTO LITERÁRIO	24
Bloco de André Felipe.....	28
Bloco do Théo.....	33
Bloco de Catarina.....	51
Bloco da Marieta.....	74
Bloco do Sacola	75
Bloco dos personagens terciários	76
Bloco da Mãe.....	76
Bloco de Carla	86
4 A FIGURA PATERNA E SUAS MÁSCARAS, ENSAIO FICCIOFILOSÓFICO	96
O problema em linhas gerais	96
Mythos.....	98
<i>pater familias</i>	101
Máscaras e mascarados	116
Método	119
Etimologia	119
Um pouco de História	131
Brasil Colônia	141
Da chegada da Corte no Brasil à Abolição da escravidão – 1808 a 1888.....	148
Figurações do pai cidadão no século XIX.....	155
Figurações do pai no ambiente rural no século XIX.....	165
Brasil República, 1889 a 1930.....	178
Coronelismo	178
Estado.....	182
Canudos e Antônio Conselheiro	183
Movimento Feminino.....	188
Considerações finais	193
5 REFERÊNCIAS	200
6 ANEXOS	208
6.1 Poemas.....	208
As mãos de meu pai	208
Como um presente	209

Escrituras do pai.....	212
O beijo	213
6.2 <i>Jingle</i> da campanha eleitoral de Getúlio Vargas	215
6.3 <i>Jingles</i> de campanhas eleitorais de Luís Inácio Lula da Silva	216

1 INTRODUÇÃO

Aqui, leitor, você encontrará o texto literário *Taxidermia* e uma pesquisa bibliográfica no gênero ensaístico sobre a temática do patriarcado no Brasil e suas relações com figuras paternas na Literatura Brasileira. Fui coagida, ainda, por certas pessoas (um homem, branco, heterossexual, que detém certo poder hierárquico sobre a minha pessoa e sobre este texto) a relatar as minhas entranhas, isto é, a exibir os meus interiores na forma de um relato subjetivo do processo de elaboração daqueles dois documentos.

Assim, organizei esta tese essencialmente em três partes. A primeira delas é um relato do processo de criação do texto literário e das investigações teóricas em torno da escrita. Trata-se de uma via de mão dupla: tanto o texto literário foi alimentado por reflexões sociológicas, registros históricos, experiências pessoais e observações do nosso patriarcado cotidiano; quanto a própria criação do romance demandou investigações, e instigou a curiosidade quanto às temáticas de que procurou tratar.

Na segunda parte, há uma versão híbrida da obra literária, parte em forma de roteiro, parte em forma de narrativa em prosa. Trata-se de uma versão rudimentar do texto, ainda em processo de desenvolvimento. Desenhei, em linhas gerais, mais ou menos aonde queria chegar com o trabalho, embora não esteja bem certa acerca das veredas assuntadas: algumas não me parecem fazer sentido, erram o alvo; outras parecem estar exatamente onde deviam, e gosto delas. O leitor verá que descrevi algumas cenas, possíveis diálogos, pequenos retratos dos personagens de forma resumida, alguns poemets, algumas narrações em prosa poética, algumas notas de rodapé. Acho que poderia dizer que ainda estou em busca de uma voz e de um tom para, vamos chamar assim, um romance. Por vezes, parece que me enredei num riso tosco que eu não queria provocar, e, como me chamou a atenção o Altair Martins, diluiu os objetivos críticos do texto. É tão difícil essa arte de fazer rir! Também diria que há uma questão de narrador a ser resolvida: será que não é proibitivo tentar fazer uma crítica aos restos, aos espectros do patriarcado brasileiro usando um narrador onisciente? Mas vou parar de estragar a experiência do leitor pela enumeração prévia das falhas e lacunas... Acho que, com isso, deixo claro que temos um texto recém-esboçado, no qual se quer seguir trabalhando após a defesa da tese. Resta dizer que o texto está dividido em blocos de personagens, mas que não necessariamente seguirão a ordem proposta nessa primeira versão, ainda estão um tanto descosturados.

Na terceira parte, como é hábito na área de Escrita Criativa, segue um ensaio teórico. Aquele mesmo homem branco heterossexual meu superior em hierarquia disse que eu podia usar e abusar da liberdade criativa aqui. Sigo o mestre e o faço de modo pseudotemerário. Invento a roda e lanço gênero. Um ensaio ficciofilosófico! Mas que coisa é essa? Nem eu sei se entendi... Organiza-se em trechos por vezes descontínuos e versa sobre o patriarcado brasileiro, seu desenvolvimento ao longo do tempo, e o modo como algumas obras literárias o representaram com foco em figuras paternas e seus travestimentos. Perambula por áreas variadas, como a História, a Literatura e a Sociologia, lançando sobre essas áreas um olhar perscrutador de natureza filosófica. Sim, parece ser isso...

Por fim, no anexo, disponibilizo alguns materiais que dialogam com a pesquisa teórica.

4 A FIGURA PATERNA E SUAS MÁSCARAS, ENSAIO FICCIOFILOSÓFICO

O problema em linhas gerais

A necessidade de uma figura paterna forte sempre foi um tema na história da humanidade. Muitas religiões escolheram como divindades figuras masculinas paternais. É o caso do judaísmo, por exemplo, cujo deus é um pai em relação com seus filhos de Israel. Na sua versão cristã, esse Pai tem um filho, Jesus de Nazaré. No islamismo, Alá também é uma divindade criadora paternal que oferece a Maomé regras sob as quais viver. Odin, bem como Zeus, são entendidos como pais de todos os deuses e em última instância, detêm o poder decisório sobre os filhos.

Não apenas no âmbito religioso uma figura paterna forte esteve presente. No cenário político grego, por exemplo, Aristóteles, na *Política*, toma a família como modelo para a organização do Estado, com a figura paterna presidindo sobre a esposa, os filhos, os servos e escravos e, de maneira especular, atuando como protagonista na vida pública. Há toda uma tradição em Filosofia Política nessa direção. No cenário político romano, por exemplo, criou-se a figura do *pater patriae*²¹. No Brasil, oficialmente Dom Pedro I e José Bonifácio são considerados os *patriae pater*, no entanto, muitos políticos foram representados e adorados como “pais da nação” ou “pais do povo”. Lógica patriarcal semelhante era utilizada nas monarquias nacionais, em que o rei fazia o papel de pai e o povo de criança. Mais tarde, esse apelo paternalista seria transferido ao Estado.

No âmbito privado, da casa, seu análogo seria o patriarca, o “cabeça da família”, o homem e pai, com poder decisório superior a todos os seres vivos ao seu redor, que a ele deviam respeito e obediência.

No entanto, parece que o poder masculino, branco, heterossexual, elitista investido material, imaginaria e simbolicamente na figura do pai, vem sendo tensionado nos últimos séculos. Figuras e organizações de mundo patriarcais vêm sofrendo ataques não apenas

²¹ Este título foi outorgado pela primeira vez em 386 a.C. pelo Senado Romano a Marcus Furius Camillus por seu papel na retomada de Roma contra os gauleses após a Batalha do Ália. Ao longo da história romana, este título continuou sendo oferecido aos homens que executaram grandes feitos em favor da pátria, os seus heróis. Posteriormente, era sempre oferecido aos Imperadores. A noção de *Founding Father* ou *Father of the Fatherland* é inspirada no título romano, sendo concedido àqueles que fundaram sua nação. Comumente trata-se de homens que organizaram os sistemas políticos da nação ou mesmo líderes militares que atuaram em guerras de independência, por exemplo, San Martín e Bolívar são considerados pais fundadores da Venezuela, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia e Panamá. Há uma extensa lista de *Founding Fathers* ao corrente, todos eles são homens. O termo *Founding Mother* ou *Mother of the nation* vem se popularizando graças aos esforços feministas de resgatar a memória histórica de mulheres que também atuaram na fundação de seus países.

naqueles âmbitos, o que sugere a ideia de que, numa sociedade patriarcal, figuras mascaradas de pais, por um processo de analogia, emergem em áreas das quais jamais desconfiaríamos.

Por exemplo, no âmbito filosófico, temos o questionamento da metafísica platônico-católica a partir de Nietzsche. O fundamento do real, do ser e da verdade depositado num além-mundo, seja ele o mundo das Ideias de Platão, ou o elemento divino do Novo Testamento são recusados em favor da vida natural, terrena e instintiva, em uma palavra, da aparência. Derrida, por sua vez, ao recusar o centro da estrutura, “imobilidade fundadora” e “certeza tranquilizadora, ela própria subtraída ao jogo” (1967, p. 231), em favor de estar desde sempre apanhado no jogo da significação, também recusa as substituições de centro a centro, as variações nos nomes e nas metáforas que utilizamos para nos referirmos ao centro ao longo da história da metafísica ocidental, a chamada metafísica da presença. Parece-me que as recusas a essas reificações metafísicas seriam os últimos reflexos da necessidade de um fundamento transcendental na filosofia ocidental.

Já na Literatura, o autor – enquanto chave de leitura, explicação cabal da *obra* literária e fechamento do sentido –, também foi recusado, abrindo espaço para a múltipla interpretação do *texto* literário oriunda de seus inúmeros leitores. A morte do autor parece também ter sido um movimento de recusa da necessidade paternal na Literatura. Ao entender o autor como uma função, sua aura se desfaz e ele deixa de ocupar o centro da crítica literária, dando lugar a outras vozes, mais plurais (BARTHES, 2004; FOUCAULT, 2011).

Na História, os trabalhos de Hayden White têm contribuído para ressaltar o aspecto narrativo dessa matéria, sua proximidade com o poético e com o ficcional, lembrando-nos de que não há apenas uma história, mas várias, dependendo do ponto de vista de quem a conta, do sistema cultural em que se cresceu, das ideologias que se defende etc. (*historical pluralism*). Nesse sentido, não haveria propriamente um fundamento real duro e fixo que a disciplina viria resgatar, explicar ou descrever; pelo contrário, o historiador, de posse da coisa linguagem – que não é transparente, nem uma mera forma a ser preenchida por um conteúdo –, produz uma *interpretação* de seu objeto de estudo, uma interpretação de uma realidade passada, à qual ele não tem acesso em si mesma, mas sempre através da linguagem, ou seja, de um aparato que já determina previamente seu objeto, que já carrega uma ideologia. A imagem verbal, a coisa discursiva que o historiador produz, interfere no objeto que ele quer iluminar: disso, não podemos esquecer, nos lembra White. Nesse sentido, não haveria *uma* História, mas o conjunto de diversas interpretações ou perspectivas da realidade (WHITE, 1991; KERN, 2010). A recusa dessa histórica única, intimamente relacionada com a verdade, abre espaços para que outras narrativas históricas emerjam; inclusive, nos chama atenção para

a necessidade e para os “perigos de uma única história” (ADICHIE, 2009). Essa história única que vinha sendo contada era aquela do homem branco, de elite, europeu, patriarcal.

Mythos

“Enfim, Um Líder”
ERRO Grupo

Enfim, um Líder, é uma intervenção teatral urbana ou acontecimento (*happening*) realizada pelo ERRO Grupo em Florianópolis e em outras cidades de Santa Catarina. Na capital, tratou-se de uma *recepção ao líder* na esquina democrática, esquina das ruas Felipe Schmidt com Trajano, em frente ao Senadinho, no coração do centro de Florianópolis. Incluía a lavagem de calçadas, a presença de grupo de maracatu e de escola de samba, a instalação de um palanque, a colocação de tapetes vermelhos além de outras atividades de entretenimento para aguardar a chegada do Líder, e vivenciar o sentimento de expectativa.

A recepção durou três dias, no último, o Líder chegou. Havia a vontade de trazer respostas para a população de Florianópolis, de divulgar a mensagem do Líder para o povo. O ERRO grupo sentia-se preso de um Vazio Existencial, estava à procura de razões para viver – foi nessa busca que descobriram a existência do Líder. Sentiram que seu Vazio foi preenchido, e que precisavam oferecer a experiência para toda a cidade. O grupo focou na “[...] ideia de um ser idealizado, questionando o latente desejo presente nos humanos em encontrar um herói, *uma pessoa para qual se possa dar total poder de decisão da vida*” (ERRO Grupo, 2011, grifo meu).



Elevado da Penitenciária. Grafites como esses foram espalhados em vários pontos de Florianópolis.

Em *The leader* (1960), peça que pode ter inspirado *Enfim, um Líder*, Eugene Ionesco narra a correria de admiradores atrás de um líder que não se sabe se existe, dado que os personagens correm de um lado para o outro do palco no seu encalço, mas nunca conseguem ver o suposto líder e comprovar sua existência. Seu acesso a ele é mediado pelo personagem Anunciador, que narra seus atos à distância para seus seguidores e os exorta a celebrá-lo com coros como “The leader! The leader! Long live the leader! Hurrah! Hip Hip Hurrah! Follow the leader!”.

Os feitos do líder são um tanto comuns, às vezes cômicos e um pouco absurdos, pouco dignos daquilo que esperaríamos de uma figura em sua posição: ele se agacha e levanta, ele aperta mãos, assina autógrafos, ele pula e cruza um rio, ele acaricia um ouriço e dança com ele em uma mão e o parceiro em outra, ele cospe a largo alcance, ele troca de gravata, toma café da manhã, se senta de costas num banquinho ou vaso sanitário (há um jogo de palavras cuja intenção parece ser sugerir que o líder está fazendo cocô como um porquinho maroto), alguém passa as suas calças e enquanto isso ele anda de cuecas por aí provando frutos de um riacho (outro jogo de palavras que sugere que ele pode estar sendo masturbado). A esses atos, ajuntam-se outros que seriam mais significativos para um líder – ele instaura uma força policial, faz homenagens à justiça, saúda os vitoriosos e os derrotados e por fim recita um poema que emociona as massas. Mas, colocados no mesmo saco, tornam-se parte do absurdo,

inclusive porque ele os realiza sem as calças e possivelmente sendo masturbado ao mesmo tempo.

No fundo, ele não faz nada de significativo, trata-se de uma *mise-en-scène*: seu espectro desfila por várias partes (o espectador não o vê no palco, apenas escuta os hurras nas coxias e o relato do Anunciador) sendo aclamado por seus seguidores invisíveis (e apaixonados até as lágrimas) em função de todo tipo de ações estúpidas que ele realiza.

Até o final da peça vivenciamos a expectativa da chegada de um líder do qual começamos a desconfiar que seja uma mera ficção do Anunciador. Mas o líder afinal chega, logo antes do fim da peça. O que choca o espectador, e até mesmo os outros personagens, é que *o líder não tem cabeça*. Ainda assim, seus seguidores emocionados e atônitos continuam adorando-o.

Ignácio de Loyola Brandão narra, em *Zero*, a trajetória de Herói. Antes do golpe de 64, Herói era um artista e animador cultural bem-quisto. Depois do golpe, ele some, até que aparece a notícia de que ele fora fuzilado. A partir daí, ele se torna o Herói.

Falavam dele, e muito. Virou um Guevarinha. [...] todo mundo pensava isso dele: é o nosso herói. Um mártir. Lenda. As meninas que tinham sido namoradas dele puseram luto. Era a glória para elas. Os moços contavam coisas: o dia em que o Herói foi a minha casa; aquele jantar, puxa vida, eu sabia que ele ia morrer violento. (1979, p. 149-150)

No entanto, um dia, do nada, o Herói reaparece vivo, de volta aos bares que frequentava, querendo se entrosar de novo: “Que decepção. Foi demais. O Herói não é herói!” (id., *ibid.*). Ao descobrirem que ele só tinha se escondido até que a poeira baixasse, “[...] o pessoal ficou triste, puto da vida, furioso, começou a dar aquela gelada. Foi um pouco de filhadaputismo deles, mas a turma precisava de um *mito*, o pessoal era romântico” (id., *ibidem*, grifo meu).

O Herói que não era herói se vê rejeitado porque ele tirara de seus amigos um fundamento essencial: a crença num mito. É em função dessa ânsia metafísica por um símbolo, uma lenda, um personagem heroico no qual acreditar de maneira cega, deixando de lado a crítica, que seus amigos preferiam que ele estivesse morto, para que pudesse representar esse papel arbitrariamente assignado.

Em 1578, durante a Batalha de Alcácer-Quibir, Sebastião I, então rei de Portugal e Algarves, desapareceu. Seu corpo nunca foi encontrado, dando origem ao mito de que algum dia ele retornaria para restaurar Portugal a sua antiga glória. O vazio, quando preenchido com

os desejos e expectativas dos portugueses, cria o Sebastianismo. O pendor ao messianismo provém de um declínio nas situações de vida, no caso de Portugal: “[...] a História portuguesa, a sua curva de grandeza e rápida decadência, veio acentuar a melancolia, a saudade, a insatisfação, o pendor messiânico, a febre do impossível” (COELHO, 1992).

O sofrimento e o desespero fazem com que a população acredite num messias (literal e figurativamente, ao que parece), em alguém que venha salvá-los, que mude "tudo isso que tá aí", ainda que o Messias não saiba ao certo o que é que está aqui e ainda dispensa o censo... Será que sempre estivemos assim, desesperados, infelizes, insatisfeitos, pobres, miseráveis ao longo de toda nossa História? Ou tudo isso é culpa do PT? Manter um povo infeliz, sem rumo, sem crença em si mesmo e nas suas possibilidades, em suma, infantilizado e vulnerabilizado: é assim que os messias encontram seu lugar, se alimentando do caos, e no caso de alguns Messias, criando-o sempre que possível.

Tenho acreditado que, no caso do Brasil, uma das figuras com a qual mais se flertou para saciar essa vontade de fundamento, de *mythos*, de liderança, de identidade e salvação, em nossa breve história política e cultural, tenham sido a figura paterna e suas máscaras.

pater familias

O *pater familias* foi noção estruturante do poder desde o início de nossa história. Desde o Brasil Colônia, a figura do patriarca, seja ela mascarada de padre jesuíta catequizador de indígenas, seja a figura de “mandão local” dos primeiros donatários das capitâncias hereditárias, seja a figura do senhor de engenho, dos grandes plantadores de café, dos extratores de borracha, dos senhores do ouro e das pedras preciosas, dos grandes coronéis donos de terras, dos bacharéis urbanos de casas assobradadas etc. a estrutura de poder gira em torno de figuras paternas fortes, “viris”, brancas, pertencentes às elites, cujo poder decisório em relação aos seus mais diversos subordinados era em alguns casos total, em outros quase.

Lília Schwarz em conversa com Leandro Karnal²² sobre o autoritarismo brasileiro menciona nossa fascinação por figuras autoritárias e masculinas, entre elas, governantes paternos. Segundo a historiadora, “O presidente não pode ser um pai. O presidente tem que ser alguém com quem eu estabeleço um contrato. Um contrato entre cidadãos.” Ora, nós

22 Autoritarismo no Brasil | Lília Schwarz e Leandro Karnal em: <<https://www.youtube.com/watch?v=O1e-Tr0gRZo&t=2548s>>.

estamos longe de ver nossos presidentes de forma contratual. Pelo contrário, o apelo emocional prevalece.

Devido ao nosso histórico, parece haver um desejo por figuras paternas na sociedade brasileira. Recentemente, esse desejo se expressou de forma aberta nas palavras de Marta Madeiros. Em crônica que foi motivo da redação do vestibular da UFRGS em 2017²³, a autora reclama que o Brasil não tem pai, que como nação somos órfãos e que, aparentemente, precisaríamos de uma figura paterna para resolver nossos problemas.

Esse desejo de ter um pai se apresenta fortemente no âmbito da política. Muitos políticos foram representados e adorados como “pais da nação”. Muitos líderes populistas se aproveitam dessa necessidade emocional de sermos cuidados e levados pela mão e se apresentam como futuros pais para aproveitar o capital político que essa mitologia paternal proporciona. O Sebastianismo português, nesse sentido, poderia ser interpretado como uma prefiguração do que viria a ser nosso desejo pelo grande pai da nação.

Ainda que oficialmente Dom Pedro I e José Bonifácio sejam considerados os *patriae pater*, uma das primeiras figuras públicas a exercer aquela função paterna foi o Imperador Dom Pedro II que, com suas longas e bonachonas barbas patriarcais, fez papel de “Pai do Povo”. Posteriormente, podemos lembrar Getúlio Vargas, o “Pai dos Pobres”. Em seguida, do grande modernizador JK, da fé cega depositada por uma parcela da população nos ditadores do ciclo de 1964, de Lula e do lulismo e atualmente, do nosso presidente Jair Bolsonaro, que se apresenta literalmente como ‘mito’ e ‘messias’.

Há, historicamente, uma estabilidade da necessidade de um líder familiar. Embora ele tenha sido, de forma esmagadora, um líder masculino, também houve espaço para algumas mulheres ocuparem a figura de Mães do Povo. Em *Sobrados e Mucambos*, Freyre destaca a Princesa Isabel, “a Redentora” que, de acordo com o autor, fez papel de Mãe para negros, mulatos e seus descendentes fugidos da escravidão.

[...] frustrados em suas relações de “filhos” com “pais” nas fazendas, estabelecimentos ou sobrados patriarcais, sentiam, ainda, necessidade de “pais” ou “mães” simbólicas ou ideais que os protegessem de maneira se não efetiva, mística ou simbólica, dos pais renegados ou maus. (2004, p. 57).

Mais recentemente, nossa ex-presidenta Dilma Rousseff era tratada por “Dilmãe”. Nossa moeda, não por Real, mas carinhosamente por “Dilminhas”.

²³ Pai da Pátria. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/martha-madeiros/noticia/2017/08/pai-da-patria-9867095.html>>.



Isabel do Brasil

“Arcanjo da liberdade.
Da pátria loura esperança.
Mimosa flor de Bragança.
Celeste núncio de amor
[...] vê que os corações humanos têm todos a mesma cor”
Artur Azevedo

Embora Isabel tenha se passado por “Redentora” dos escravizados, essa é uma imagem que Mary Del Priore questiona em *O Castelo de Papel* (2013). Ao analisar a correspondência, os telegramas, os diários, jornais e documentos oficiais dos atores envolvidos na proclamação da Lei Áurea em 1888, a historiadora revela uma Isabel para quem a escravidão nunca fora uma questão relevante ou à qual houvesse sequer dedicado algum pensamento.

Pelo contrário, a jovem Isabel se referia aos seus escravos (que os tinha em bom número) meramente como “pretos” e os listava como coisas. Durante as décadas de agitação em torno das leis que foram consecutivamente proclamadas e aproximavam cada vez mais o

país da abolição total da escravidão, a princesa deu de ombros e jamais fez questão de se inteirar do que ocorria no país. A escravidão não era um assunto que lhe interessasse.

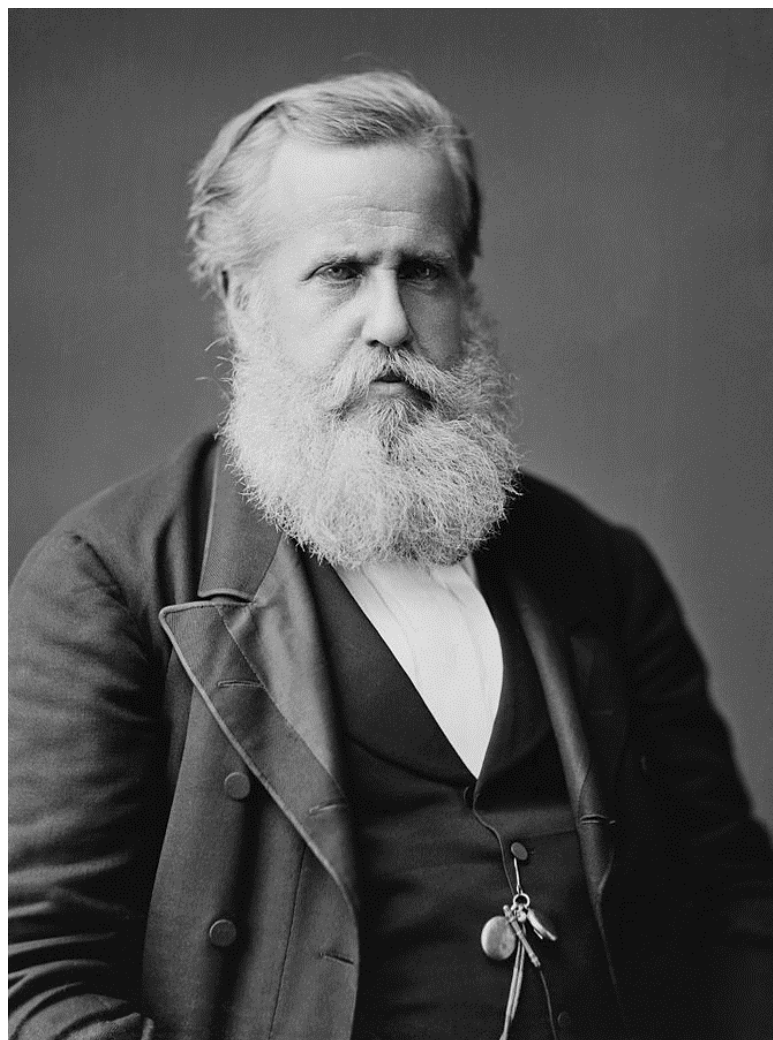
Isabel não tinha interesse em política e não queria se tornar Imperatriz: achava tudo uma “maçada” e demasiado cansativo. Queria viver uma vida conjugal doméstica com o marido e os filhos. Em junho de 1887, ela assume o trono temporariamente em função da enfermidade de Dom Pedro II, que requeria repouso total, mas muito contrariada, pois fora obrigada a retornar de um *tour* que fazia pela Europa com a família.

Desde o início é pressionada a considerar a questão da abolição da escravidão por vários atores: Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, José do Patrocínio e o Movimento Abolicionista como um todo, a Imprensa, os cativos, as ruas, Deodoro da Fonseca e o Exército, e até mesmo sua antiga preceptora a Condessa de Barral. Nem mesmo ela demovia a princesa, que se mantinha “sentada em cima” da ideia passivamente. Sem dúvidas, o Barão de Cotegipe muito emperrou o andamento da carruagem: enrolando Isabel, ele “empurrava o assunto com a barriga” (id., p. 190). No meio tempo, Isabel se ocupava com entretenimento: corridas no *Jockey Club*, noitadas e concertos com as damas amigas, passeios de coche, missas, aulas de ginástica, visitas a exposições – nenhuma palavra sobre a Abolição.

É apenas em função da extrema pressão que passa a sofrer de parte dos jornais, dos abolicionistas e das agora mais constantes fugas e rebeliões de escravos que Isabel mudaria de atitude: coagida pela situação política e pela opinião pública. A princesa parecia se comover com a situação dos “pobres negros”, mas segundo Priore, sua compaixão vinha mais de um sentimento católico ligado à caridade, “[...] era uma forma de sentir. Não de compreender” (id., p. 199). É assim que ela passa a se informar mais sobre a ideia, e acaba por confrontar mais duramente Cotegipe, convidando-o ou a se retirar, ou a trabalhar em favor da emancipação. Ele se demite. A princesa estabelece no ministério João Alfredo, partidário da causa abolicionista, o que é entendido como sinal verde pelos demais agentes políticos. Encurtando o assunto, o projeto da Lei Áurea é aprovado rapidamente na Câmara e no Senado para cair nas mãos de Isabel, que transformaria o projeto em lei, abolindo a escravidão em 13 de maio de 1888. Praticamente um ano após ter assumido a regência.

A primeira pessoa a chamá-la publicamente de “Redentora” foi José do Patrocínio em um discurso inflamado após a abolição. Porém, o termo já havia aparecido antes no diário de André Rebouças em 12 de maio. De acordo com Priore “Depois da abolição estabeleceu-se um consenso: o afastamento de Cotegipe, a escolha de João Alfredo e a assinatura da Lei Áurea foram resultado da ação direta da princesa. A Lei Áurea consagrava a figura da Redentora.” (id., p. 212). Parece que, de fato, Isabel se tornou “o ídolo dos corações”. Em

torno do seu nome teria se estabelecido um “delírio de emotividade e uma candente exaltação de fetichismo”, o que teria feito da Redentora “uma figura divina e intangível” (id. *ibid.*) em todo o país. Mas o carinho da opinião pública não duraria por muito tempo.



Imperador Dom Pedro II, com suas respeitáveis barbas patriarcais, personificou o “pai do povo”.
Tirada em 1876.

É curioso pensar como um reinado que se propunha a ser anti-patriarcal em suas bases como o de Pedro II, que organiza uma revolução informal dos jovens bacharéis contra os patriarcas rurais, vem a ter em sua figura central, o Imperador, a personificação do “pai do povo”, ou do “pai dos pais”.

O caso do “Motim do Vintém”, de 1880 no Rio de Janeiro, expressa um aspecto da mudança dos tempos. Pedro II não era entendido pela população como um pai autoritário e

todo-poderoso que pode tudo. Pelo contrário, o caso mostra que o Imperador tinha de *negociar* diretamente com o povo, que levava suas demandas até a porta do palácio, visando entregar suas reivindicações escritas ao próprio monarca. Quando esse aciona a cavalaria para impedir a população de se aproximar do palácio e lhe entregar a carta de reivindicações, os manifestantes acatam, mas não perdoam, ainda que logo em seguida, no mesmo dia, o Imperador envie uma carta ao líder do motim afirmando que receberia uma delegação para discutir os termos da crise e sua solução.

Mas era tarde. Os manifestantes esnobam o monarca, e se negam a ser pacíficos. Eles resolvem quebrar com tudo, instaurando o caos: arrancam os trilhos dos bondes, esfaqueiam as mulas que os puxavam, derrubam-nos, espancam os motoristas e formam barricadas de enfrentamento à polícia. Em suma, a atitude foi de destruir o patrimônio público. Com isso, o caso termina em revogação do novo imposto sobre a passagem.

As destruições e atos de violência sem sentido para ganhar a causa ou manter um serviço de qualidade sugerem que talvez a população do Rio de Janeiro ainda não estivesse pronta para agir com o bom-senso de não destruir o que é seu, a *res publica*. Talvez essa população ainda não estivesse madura para fazer demandas ao poder público como pai de si mesmo, como autônomo e responsável por si, e não como um filho ao qual algo foi recusado.

Entretanto, o caso do Motim do Vintém com certeza apresenta uma mudança de mentalidade da população em relação à sua visão do poder e do governante (DOHLNIKOFF, 2017, p. 156-157; FREYRE, 2004).



Getúlio Vargas

“PROPRIETÁRIOS DE DUAS CASAS, DEODORO, RIO DE JANEIRO
TELEGRAMA DE 28 DE DEZEMBRO DE 1941
Por favor, tome providências para que a água das nossas caixas chegue com mais pressão.”²⁴

Eis aí o “pai dos pobres”, a “mãe dos ricos”, o “amigo das crianças” e “defensor dos marmiteiros”. Antônio Bispo nos lembra de que “O governo de Getúlio Vargas foi um dos governos mais etnocidas que já tivemos. Ele matou e queimou o povo de Caldeirões, no Ceará, em 1936, e o povo de Pau de Colher, na divisa com a Bahia, em 1942.” (SANTOS, 2018, p. 50) e assim mesmo uma parte desse povo, branca e colonialista, não parou de chamá-lo de pai, um pai que mata, mas que mata o Outro quilombola.

²⁴ Telegrama enviado ao gabinete de Getúlio Vargas. Reproduzido por Robert Levine em *Pai dos Pobres? O Brasil e a Era Vargas* (2001).

Esse pai também atirou Graciliano Ramos, Luís Carlos Prestes, Olga Benário e outros supostos inimigos do regime varguista em prisões, exílios e campos de concentração alemães – quando não os matou pura e simplesmente. Manteve como chefe de polícia do Distrito Federal um homem violento e pró-nazismo, Filinto Müller, que reprimiu com fúria, durante o estado de sítio decretado a partir de 1934, os partidários da “ameaça comunista”. Diz-se que era simpático ao povo e às vezes até demonstrava ter pena dele, conforme trechos de seu diário – isso não o impediu de encarcerar, torturar e matar parte desse povo. Que espécie de pai é esse que tortura e mata que nós vimos ou buscamos em Getúlio?

Robert Levine, em *Pai dos Pobres?* (2001) nos mostra um pouco do que estava por trás dessa figura política. O historiador revela um governo baseado em políticas paternalistas, em que pessoas de seu círculo político próximo vinham pedir pelos seus (no mais das vezes, familiares), sendo por Vargas agraciadas com cargos e outros favores em troca de apoio político. Mas não apenas no plano interno atuava seu paternalismo. Como positivista, acreditava em educar o povo como se educa uma criança de escola: sob tutela, a *sua* tutela.

Valores nacionalistas, de disciplina, apologéticos da família, do casamento, da higiene e do trabalho eram seu ideal, veiculado por reformas e intensa propaganda. Seu modelo de Estado era centralizador, autoritário e intervencionista, mas “benevolente”. O paternalismo do governo varguista fica bastante claro na perseguição e eliminação dos sindicatos independentes de trabalhadores que não estivessem afiliados ao governo, o que provocou o seu esvaziamento e uma maior docilidade daqueles que eram formalmente autorizados. Era a sindicalização, mas hierárquica, de cima para baixo.

A partir do Estado Novo, orientado pelo Departamento de Propaganda, Vargas devia estar acessível a nível *simbólico* a todos os cidadãos, mas não materialmente. Nesse sentido, o chefe de Estado cultivava certas atitudes em vistas de atingir esse fim:

[...] dominava a arte política da visita, vestia-se confortavelmente para não parecer pretensioso, estava sempre sorrindo e acenando, cultivava o trato fácil [...] Viajava grandes distâncias para fazer visitas oficiais [...] inaugurando projetos públicos, cortando fitas e falando do alto de palanques de madeira improvisados, nunca tão altos que o separassem do público. [A partir daí] tornou-se uma presença tranquilizadora, familiar nas vidas de quase todos os brasileiros, como jamais se vira no Brasil. (id., p. 92).

O conteúdo de sua fala pouco importava, o foco era no modo de falar, que, aliás, modificou-se ao longo de seu governo. A partir de 1938, passa a usar o “eu” criando uma identificação com as massas, que tratava pelo clássico “trabalhadores do Brasil”, com quem falava diretamente, eliminando mediadores entre povo e governo. Em seus discursos, punha-

se ao lado do povo como se Vargas e ele fossem um só. Qualquer semelhança que o leitor identifique não é mera coincidência.

A figura de “pai dos pobres”, foco da nossa investigação, foi na verdade uma ficção construída pelo Departamento de Propaganda do regime, em especial, por Lourival Fontes. Foi esse cidadão quem inventou de retratar o Vargas chefe de Estado como um pai bonachão. Para tanto, abusou da propaganda, sobretudo através do rádio. Fontes cria um novo vocabulário de “veneração ao herói” (id., p. 95), sacralizando certos termos como “a voz do povo”, “povo”, “trabalhador” entre outros em torno dos quais girava a máquina-de-gerar-pai varguista. Vargas, por sua vez, “[...] trabalhou com afinco para aperfeiçoar os maneirismos e o jeito de falar que contribuíram para sua imagem de líder competente e paternalista.” (id. *ibid.*). Nesse sentido, rejeitava o que entendia por discursos acadêmicos ou empolados demais em favor de palavras simples e diretas, que chegassem diretamente ao coração das massas que o ouviam, tornando-se um verdadeiro mestre em se dirigir ao povo.

Além do rádio, beneficiou-se da música (em especial do samba), dos pôsteres e cartazes e dos filmes curtos, exibidos antes dos filmes principais nos cinemas. Também se distribuíam aos milhares fotos do Presidente, “[...] que eram então postas nas casas, nos estabelecimentos, e nas repartições públicas” (id., p. 97). Lembre-se o leitor do *jingle* de campanha presidencial que surgirá posteriormente em 1950 *Bota o retrato do Velho*²⁵. De forma paradoxal, enquanto assegurava aos pobres que lutava por eles, e às massas trabalhadoras que elas eram a base da riqueza do país e da política varguista, as “ss” de Filinto Müller perseguiram os sindicatos independentes.

Não se visa aqui a uma avaliação do período varguista, visto que ele é demasiado complexo e anguloso; além disso, não é esse o objetivo desta reflexão. No entanto, gostaria de destacar que não houve distribuição de terras que virasse o jogo no Brasil, que o paternalismo no serviço público continuava grassando, que os clãs familiares das áreas rurais ainda dominavam o cenário, que o abismo entre pobres e ricos seguia se aprofundando, e que a legislação trabalhista não funcionava na prática e só viria a ser verdadeiramente implementada ao longo das décadas posteriores, (id., p. 140) entre tantos outros problemas, em especial o da questão feminina.

Porém, um dos lados positivos do populismo *a la* Vargas foi alargar consideravelmente “[...] as fronteiras psicológicas da cidadania” (id., p. 137) ainda que à custa

²⁵ É curioso que “o Velho” era como o Imperador Pedro II era chamado mais ao final do Império pelas ruas, pelo povo (DEL PRIORE, 2013, p. 301). Será que a popularização desse termo para se referir a Getúlio Vargas bebeu dessa fonte?

da democracia. Em seus discursos, Vargas incluía todos os trabalhadores, em especial os mais humildes. Antes da Era Vargas, isso não era possível. Durante a Primeira República, o povo era desprezado e tratado a base de chumbo. Vargas levou dignidade ao povo, pelo menos a nível simbólico. Quando “o Velho” morreu, “[...] esses brasileiros haviam sido incorporados à vida pública nacional” (id. *ibid.*) e, por isso, as multidões o pagavam com seu amor e com a sua idolatria.

Para Levine, o motivo pelo qual Vargas foi reverenciado como um pai praticamente desde a sua primeira aparição em público era “[...] a importância do parentesco fictício na sociedade brasileira” (id., p. 150). Segundo o autor, esse valor está enraizado nos distintos componentes da nossa sociedade. Por exemplo, nas culturas de matriz africana, que se ligam aos seus antepassados divinos, os orixás, por meio de ritos religiosos. Entre os habitantes do meio rural, que escolhem padrinhos e madrinhas “importantes” para seus filhos – a Virgem Maria, Antônio Conselheiro e Pe. Cícero aparecem nos registros de batismo aos milhares no século XIX – além daqueles que conseguem que os donos de terra, os mandões locais, apadrinhem seus filhos. É nessa toada que Getúlio se torna o padrinho do Brasil. Muitos brasileiros miseráveis tinham até altar em casa e comungavam com a foto de Vargas, erigido em santo milagreiro a quem faziam pedidos pessoais, como o faziam antes a outros santos, numa espécie de reinvenção do sincretismo clássico.

Além disso, Gegê recebia inúmeros telegramas e cartas oriundos de todo o Brasil de parte do povo, que fazia pedidos diretamente à sua pessoa, uma espécie de tentativa de pistolão. Pedia-se de tudo, desde isenção de imposto até papel para imprimir jornal ou para que a pressão de uma caixa d’água fosse aumentada, conforme vimos na epígrafe. Gegê colocava a máscara do monarca paternal cuja sessão ao povo estava sempre aberta.

Embora a situação tenha se mantido em grande parte a mesma para “os filhos” de Vargas, Levine conclui que ela ficou ainda mais estagnada para os filhos das zonas rurais e para os de pele mais escura. Eu acrescentaria que para as *filhas* também. Mas aí de quem falasse mal do “seu Gê”, o povo brigava, pois era tão vulnerável em todos os aspectos, que “Era suficiente que [Getúlio] tivesse falado em nome deles” (id., p. 195).



Luís Inácio “Lula” da Silva, o “Pai do Povo” e o “Pai dos pobres”.

Desde a primeira campanha publicitária voltada à sua eleição como presidente do Brasil, em 1989, a famosa “Lulalá, brilha uma estrela / Lulalá, cresce a esperança / Lula lá, o Brasil criança / Na alegria de se abraçar”, já havia um apelo personalista na empreitada, focado na pessoa e na trajetória de Luís Inácio da Silva. O mesmo *jingle* foi reciclado na campanha de 1994. Em 1998, foi lançado o *Coração Brasileiro*, e em 2002 o *Bote fé e diga Lula* com apenas leve apelo à figura do candidato, e mais foco no povo brasileiro e na sua necessidade de dignidade e melhores condições de vida. Havia um apelo emocional, mas não chegava a ser um golpe baixo no eleitor.

Em 2006 acredito que há uma guinada na direção da hiper personalização. *Nós por ele, ele por nós* tem o seguinte refrão: “É o primeiro presidente / Que tem a alma do povo e tem a cara da gente / São milhões de Lulas povoando esse Brasil / Homens e mulheres noite e dia a lutar / Por um país justo e independente / Onde o presidente é povo e o povo é presidente”. Sugere-se uma identificação do povo com o presidente, como se fossem uma pessoa só. Como se cada cidadão brasileiro humilhado e espoliado agora estivesse governando o país na figura de Lula.

Mas parece-me que nenhuma dessas campanhas se compara, em termos de personalização, ao *jingle* atual, para 2022, embora o ex-presidente ainda não tenha se declarado candidato. O clipe elaborado para a música começa com um cidadão relatando um sonho que teve de que estava votando em Lula na urna eletrônica e transparecendo sua ansiedade de poder apertar o verde e confirma no retrato do candidato. Imagens do ex-presidente junto às camadas mais humildes do povo em meio a abraços, sorrisos, beijos e apertos de mão; junto a velhinhas carcomidas pela vida se agarrando à cintura de Luís Inácio

como se a um ícone Santo se sucedem destacando a diversidade do brasileiro: são membros dos povos originários, quilombolas, brancos e negros, velhos e moços, homens e mulheres exercendo diversas profissões, mas unidos em sua adoração.

A letra é altamente personalista: “Ô Lula, teu nome tá guardado no meu coração/ Tu não me sai da mente, não / E aqui no meu barraco todo mundo já te ama. / Tô com saudade do tempo de Lula, / de voltar em Lula, no 13 de novo. / Não tô aguentando o dinheiro acabando / e nós sofrendo, comendo só ovo. / Deu saudade do tempo de Lula / que a vida era boa, eu comia, eu bebia / Tinha carne e cerveja e churrasco / E o meu chevete cheio de gasolina.”. É curioso o fato de que se trata de uma paródia da música *Tapão na Raba*, do cantor Raí Saia Rodada²⁶. Reproduzo aqui um trecho da letra da música para termos uma ideia do conteúdo: “Eu tô com saudade de te deixar louca / De beijar sua boca e chamar de safada / No espelhado, nós dois suados / É puxão de cabelo, é tapão na raba”. E segue por aí, com tapas na cara e puxão de cabelo. O que a paródia de uma música como essa, para ser usada na campanha de um de nossos maiores políticos, nos fala do Brasil? Deixo a questão em aberto.

O que não aparece no vídeo são as classes abastadas. O clipe é direcionado ao povo mais humilde, ele é o alvo e o objeto do apelo emocional lulista. É justamente a situação de desespero em que essa camada da população se encontra com a crise econômica pré e pós-pandemia que se torna a pedra de toque da emoção. É a vulnerabilidade alimentar do povo que é posta em jogo (inclusive há a imagem de um prato de comida completo, com arroz, feijão, bife e salada), e Lula é oferecido como a salvação, porque na “época de ouro lulista” o povo comia picanha (como o candidato repete em suas entrevistas com frequência) e tomava a sua cerveja gelada nos finais de semana, isto é, o povo tinha momentos de lazer e vivia bem. Há uma supersimplificação dos desejos e aspirações do dito “povo”, como se ele fosse uma massa homogênea, e tudo que essa reificação quisesse fosse comida, cerveja e gasolina no carro.

É interessante notar o humor do clipe. Há um deboche do bolsonarismo com a inversão do sinal de arma na direção do L, com as imagens do povo usando máscaras e se protegendo da Covid-19, da floresta amazônica não desmatada e agora, em vista das mais recentes tentativas de implementar o voto impresso e de desacreditizar a urna eletrônica, o barulho do piririri, do verde e confirma, produzido pela urna, acrescenta mais um toque à zombaria.

²⁶ Agradeço ao professor Atílio Bergamini por ter me relatado esse fato. O leitor pode acessar a versão original aqui <<https://www.youtube.com/watch?v=FnjexNf7Pdo>> para efeitos de comparação e de produção de riso nervoso.

Há também uma alusão ao *jingle* de Getúlio Vargas *O retrato do velho* quando a foto enquadrada de Lula com a faixa presidencial é colocada na parede. O ritmo da música é dançante e empolgante, e como todo *jingle* presidencial, ela gruda feito chiclete em cabelo e arrepiá os pelos dos mais sensíveis²⁷. Sem dúvidas, uma campanha populista, personalista e paternalista (os beijos na testa, os abraços das pobres velhinhas no salvador, e a criação da imagem do político benfeitor ilustram bem essa dimensão). No entanto, podemos criticá-la por ter essas características? O tempo de ouro lulista não foi mesmo esse tempo de grande inclusão social e distribuição de renda? Por que não capitalizar politicamente em cima do que de fato aconteceu?

Jessé Souza (2017) elabora uma crítica à crítica do populismo para a qual vale chamar atenção. Para o sociólogo, o povo é entendido como possuindo um núcleo não racional, emocional, como uma massa que não sabe eleger candidatos (porque iletrado e ignorante), ou que não sabe cuidar dos próprios interesses, ficando à mercê da manipulação de líderes carismáticos, que são chamados pejorativamente de populistas, “[...] a carapuça perfeita para a demonização de figuras como Getúlio Vargas e Lula” (id., p. 138).

Nesse sentido, a noção de populismo é utilizada para deslegitimar os interesses do povo, os políticos ligados às demandas das classes mais pobres, a sua soberania pelo voto e em última instância, abre brechas para o questionamento da própria democracia, posto que entende que o voto popular vale menos que o voto letrado.

Tal colocação tem lastro histórico. Durante a Primeira República, o voto permaneceu não secreto e excluiu da possibilidade de votar e serem votados mendigos, soldados, mulheres, religiosos e analfabetos. Com relação a esses últimos, a proibição durou praticamente cem anos “[...] excluindo a maior parte da população trabalhadora e pobre da cidadania política, a título de “garantir a *qualidade* das eleições”.” (NAPOLITANO, 2018, p. 25, grifo meu) Essas seriam ideias senso-comum na sociedade brasileira, porém para Souza (2017), têm origem na colonização da elite intelectual de classe média por parte das elites do dinheiro. Essa reflexão me parece ter forte pertinência. Ao mesmo tempo, me pergunto até que ponto o sociólogo tem razão sobre o populismo, e não consigo me decidir quanto à validade de campanhas políticas personalistas.

²⁷ No anexo, o leitor pode acessar as letras das músicas e nas referências os *links* para escutá-las.

**aqueles super-heróis que
todo mundo gosta:**



Só os tops

#BOLSONITO





Nestas imagens, vemos a associação da figura do presidente à ideia de “mito”, de “salvador da pátria”, de “messias” que estaria trazendo as boas novas, ou de “super-herói” que “limparia” ou salvaria o Brasil da corrupção do PT. Schwarcz (2019) argumenta que com o uso das mídias digitais para apoiar e conduzir as campanhas políticas um fenômeno novo se desenvolveu, a saber, o do “político populista digital [...] que se proclama novo ao se dirigir sem mediação alguma à população” (p. 56), embora saibamos que ele esteve durante 30 anos trabalhando como deputado federal, inclusive usufruindo de um dos mais comuns esquemas de corrupção, a “rachadinha”, em seu próprio gabinete.

Ele defende a intolerância a minorias LGBTQIA+; manifesta abertamente seu racismo ao referir-se aos negros de comunidades quilombolas de forma animalizada; expressa sua misoginia repetidamente ao afirmar que não pagaria o mesmo salário de um homem a uma mulher ou ao ameaçar a política Maria do Rosário com estupro; ataca a democracia brasileira ao incitar a perseguição a ministros do STF, ao gerar dúvidas sobre a idoneidade da urna

eletrônica e fraudes nas eleições sem apresentar provas e ao incitar seus seguidores a um levante contra a democracia; divulga *fake news*, despreza a ciência, os intelectuais e o saber de modo geral numa defesa da ignorância; ataca a imprensa; colabora para “passar a boiada” nas leis de proteção ambiental e para o desmatamento da Amazônia; enfim, são inúmeras as ações ensandecidas do nosso atual Presidente.

Ainda assim, ele é tido por um líder salvador.

*

Para Schwarcz, ainda que utilizemos novas mídias de comunicação mais abertas e acessíveis a todos, elas ainda reproduzem padrões de autoridade e hierarquia simbólicas que fazem referência a nosso passado patriarcal: “[...] nunca esteve tão firme a imagem de um presidente-pai, um *pater familias*: autoritário e severo diante daqueles que se rebelam; justo e próximo para quem o segue e compartilha das suas ideias” (2019, p. 57).

Assumindo que, por ora, a figura paternal ainda é um centro de convergência de estruturas de poder determinantes das dinâmicas da sociedade brasileira, tanto de um ponto de vista histórico, como político e cultural, é imprescindível estudá-la enquanto umas das chaves de leitura de nosso país.

Máscaras e mascarados

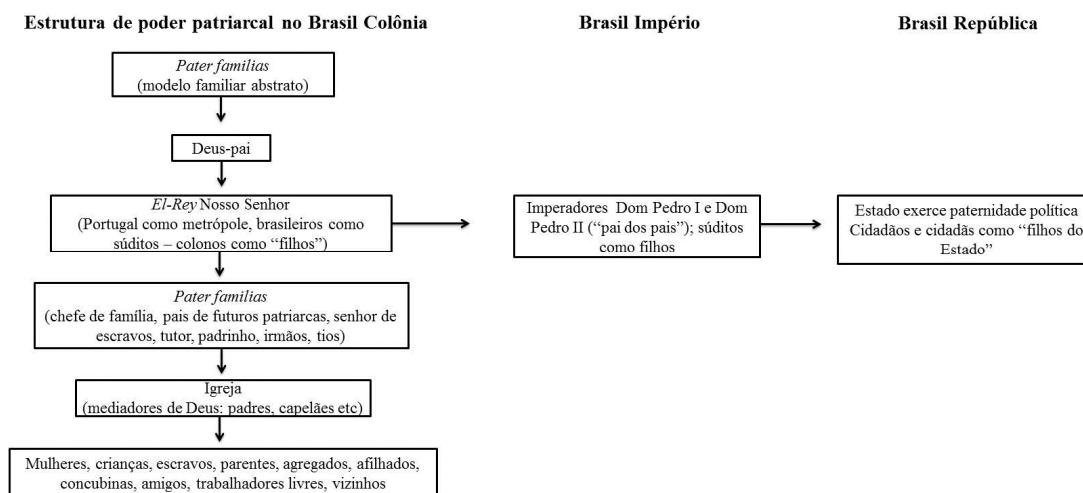
“Na casa do Rey tem vassallos foro de filhos”

João Pinto Ribeiro, 1646

Ao descrever as modificações pelas quais vinha passando o patriarcado brasileiro na direção de seu declínio, Gilberto Freyre explica que outras formas de relacionamento com o poder foram se desenvolvendo concomitantemente à modificação mesma desse poder. Explica ele que aos poucos,

[...] apareceram os súditos e depois os cidadãos, outrora quase ausentes entre nós, tal a lealdade de cada um a seu pai natural ou social, que era o patriarca, o tutor, o padrinho, o chefe de família; e tal a suficiência de cada um desses pais naturais ou sociais com relação ao pai político de todos e que passou a ser – abaixo de Deus – el-Rei Nosso Senhor, *substituído* mais tarde pelo Imperador, também pai político não só de patriarcas como de filhos de patriarcas [...] *substituição* que foi de certo modo *absorção* – a das prerrogativas do patriarca por el-Rei. (2004, p. 476, grifos meus).

O grande modelo de governança para os monarcas seriam os patriarcas, os pais de família, daí a ideia de que os súditos ou vassallos teriam foro de filhos nos domínios do rei. Num esquema de substituição por absorção, teríamos simplificada o seguinte.



Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse esquema, o *pater familias* funciona como modelo abstrato que inspira inclusive a fabulação de um Deus criador do mundo e pai da humanidade no Antigo Testamento judaico. Que esse Deus-pai se organize posteriormente numa estrutura familiar, e gere um filho homem numa família em que mães e irmãs tenham importância menor ou sequer existam não é algo para se estranhar.

Esse Deus-pai, conforme as narrativas de manutenção do poder monárquico, teria transmitido o poder diretamente a algumas famílias abastadas, em especial, a alguns “cabeças” dessas famílias, do sexo masculino, que estariam, com a benção divina, legitimados a exercer o papel de Rei. De preferência os filhos homens desses “cabeças” absorviam o poder hereditariamente, repetindo a estrutura patriarcal *ad infinitum*. Abaixo do Rei estariam outros *pater familias*. No caso do Brasil colonial, as famílias estendidas englobaram e submeteram o poder da Igreja dentro de seus domínios. Os padres e capelães, representantes do grande Deus-pai e seus mediadores, foram absorvidos pelo poder patriarcal nas casas-grandes.

São poderes que se multiplicam num processo de analogia com a figura paterna, como se essa estrutura de poder mudasse de máscara a depender do contexto em que pretende atuar... Dentro da casa, a autoridade do *pater familias*. No governo, o monarca, o “pai do povo”, o líder populista. Na igreja, Deus-Pai e o Padre, seu mediador. No engenho, o senhor.

São muitas as máscaras, muitos os disfarces desses tipos humanos que se candidatam a pai, ou que, ao contrário, surfam a onda simbólica da paternidade – a máscara de político salvador do povo, a de professor doutor, a de autoridade, a de médico, a de tutor, a de coronel, a de padre, a de catequizador, a de patrão bondoso, a de monarca escolhido por Deus, a de

Deus-pai, a de juiz... São tipos humanos que se mascaram de atributos típicos de um pai patriarcal: autoritário, benevolente, cuidador, generoso, forte, controlador, violento etc. para com isso obter algum benefício.

Por exemplo, um político se mascara de pai para se eleger. Um médico higienista no século XIX exerce, a um só tempo, cuidados paternos sobre a mulher, mas se apresenta como autoridade no assunto para influir sobre a saúde feminina e a organização da família de modo geral. O catequizador jesuíta do século XVI se apresenta benevolente e paternal para converter os povos originários à fé católica. É ao coronel generoso que o roceiro pede ajuda quando em dificuldades, mas depois, vê-se obrigado a votar com ele, a envolver-se em seus conflitos, a aceitar seu arbítrio em contendas locais etc.

Pensando na política brasileira, será que Bolsonaro e Lula podem ser entendidos como máscaras de Getúlio Vargas, que por sua vez seria uma máscara do Imperador Dom Pedro II? Será que Lula poderia ser uma máscara de Antônio Conselheiro, conforme sugere a imagem a seguir?



Fonte: Arte sobre foto de Caio Clímaco. André Mello, Editoria de Arte.

Neste ensaio, meu objetivo é pensar sobre essas máscaras e torná-las reconhecíveis pelo que são.

Método

Como método, o uso caleidoscópico de diferentes fontes com pretensões de formar um retrato especular, porém partido, da sociedade brasileira e da sua ânsia paterna. Um caleidoscópio guiado por afetos e curiosidades inconscientes; um espelho cujo foco fica mais além ou aquém; uma lente consciente de seu grau de distorção; uma lente parcial, perspectivada ou talvez até mesmo danificada. A escolha subjetiva de momentos-chave nos âmbitos literário, histórico e cultural, sobre os quais se versa em estilo fragmentário e descontínuo. A inclusão de uma narradora no ensaio ficciofilosófico enquanto mulher, branca, de classe média e sobretudo enquanto *filha*: eis aí o meu lugar de fala. Os privilégios colados à cor da pele branca e à classe social não serão elididos. Falo desde esse lugar, é disso que entendo, foi essa a cultura onde nasci e me criei, onde me inculcaram meus preconceitos. Não me arrego direito de falar do que não compreendo, não vivenciei, não sofri – aqueles que o sofreram podem falar mais e melhor do que eu. Sinto-me como uma espécie de espiã no meu meio, e uma aliada daqueles que a minha cor, minha descendência europeia (projeto racista de branqueamento do Brasil de que fui fruto) e minha classe expropriaram. Valendo-me desse lugar de fala, procuro tirar dele o que me ofereça para elaborar uma crítica ácida do lugar de onde vim. Nego meu papel assignado de “capataz da elite”, e trabalho de dentro dos privilégios de uma sociedade brutalmente classista, patriarcal, autoritária e racista buscando desconstruí-la. A parcialidade da voz narrativa da *filha*, da *mulher*, da *branquitude*, dos *privilégios econômicos* não será eclipsada ou solapada em função de uma suposta imparcialidade ou objetividade científica. Este talvez não seja um ensaio científico. O leitor que nos julgue.

Etimologia

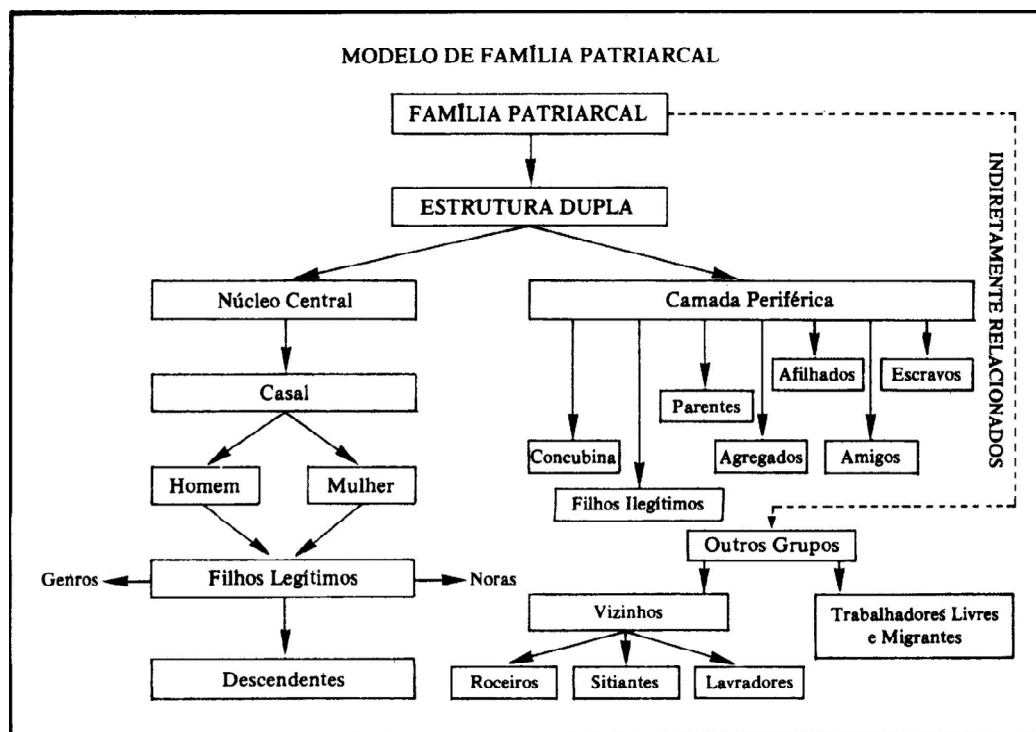
Antes de nos aprofundarmos em algumas temáticas que giram em torno do patriarcado brasileiro, é útil para o debate elucidar a origem de certo *cluster* de palavras. De acordo com o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (NASCENTES, 1955, p. 373), a palavra ‘pai’ vem do arcaico *padre*, que por sua vez vem do latim *patre*, significando pai. Deixou de ser usada no seu sentido original depois dos séculos XV e XVI, significando hoje apenas sacerdote. Recebendo provável influência da linguagem infantil, temos *pade* → *pae* → pai. O significado em latim de *pater*, *patris* é “Pai. Divindade, deus. Pai da pátria. Chefe de família. Fundador. Velho.” (REZENDE; BIANCHET, 2014, p. 879).

A palavra ‘patrão’ vem do latim *patronu*, que significa “protetor dos plebeus, de quem cuidava como se fôsse um pai (*pater*)” (ALVES, 1955, p. 375). O vocábulo ‘pátria’ significa terra do pai. Em alemão temos *Vaterland*, em inglês *Fatherland*. ‘Patriarca’ vem do grego *patriárches*, significando o chefe de uma família ou tribo; no latim, *patriarcha*.

A família patriarcal e as outras famílias

A família patriarcal é aquela que, no domínio rural do Brasil Colônia, é “[...] organizada segundo as normas clássicas do velho direito romano-canônico” (HOLLANDA, 2014, p. 95). Tal organização familiar gira em torno do pátrio poder, muitas vezes tirânico, e se propondo a juiz de vida e morte sobre aqueles que giram em sua órbita de domínio, sem que a Justiça da metrópole, a constituída pelo Império, ou mais tarde da República, venha a se meter em suas determinações. Diz Hollanda que “[...] em tudo se comporta como seu modelo da Antiguidade, em que a própria “família”, derivada de *famulus*, se acha estreitamente vinculada à ideia de escravidão” (id., p. 96).

Tal modelo teria sido transplantado e adaptado a partir da estrutura da família portuguesa para a nova colônia brasileira. Aqui teria se estendido para abraçar mais integrantes. Quanto maior a família, mais gente havia sob a autoridade do *pater familias*: todos os membros da família biológica estavam sob seu domínio (núcleo central), além de escravos, filhos ilegítimos (reconhecidos ou não), afilhados, parentes, amigos e agregados de modo geral (camada periférica), que faziam parte da dita família estendida. Ainda parte da periferia eram os vizinhos e os trabalhadores livres, também ligados ao núcleo central por laços de dependência mútua. Era um sistema complexo de direitos e deveres, em que interessava a ambas as partes essa ligação: aos primeiros, porque necessitavam de proteção; aos segundos, porque aumentava sua projeção política numa sociedade em que “[...] o prestígio era medido pela quantidade de pessoas sob sua influência” (SAMARA, 2004, p. 14)



Fonte: Samara, 2004.

Esta família localizava-se nas áreas rurais, nos latifúndios monocultores e tinha caráter conservador: os laços entre seus membros eram fixos e tendiam à repetição de suas estruturas ao longo do tempo. O chefe da família estava orientado a reproduzir a linhagem familiar, tanto pela reprodução biológica como pela transmissão de herança e aumento da influência sobre outros agentes locais, além de preservar sua honra (SAMARA, 2004).

Não obstante, no caso do Brasil, é preciso deixar claro que estamos nos referindo à família não indígena, não escrava, não agregada, não pobre e livre etc. Emílio Willems em 1953 já chamava atenção para isso em seu *The structure of the Brazilian Family*. Ali o autor criticará “[...] estudos que indicam a família patriarcal como a única forma dominante de família, pois para ele este tipo de família era apenas um dos modelos existentes na sociedade brasileira, o modelo da classe dominante.” (OLIVEIRA et al, 2017, p. 172 apud WILLEMS, 1953, p. 339). O pesquisador afirma que não existiam estudos de famílias de classes baixas e médias para se concluir que todas as famílias seguiam a mesma linha de organização da família patriarcal. Entretanto, explica que “[...] independente da classe social de origem, os interesses familiares são o que controlam o sistema brasileiro” (id., ibid.).

Eni Samara (2004) explica que estudos mais recentes têm mostrado que as famílias estendidas patriarcais não predominaram, “[...] sendo mais comuns aquelas com estruturas mais simplificadas e menor número de integrantes” (id., p. 8), o que indica que utilizar a

família patriarcal *a la* Freyre e Holanda como o modelo da família brasileira é uma impropriedade. Por exemplo, entre as famílias pobres estabelecia-se muito mais as ligações temporárias e o “ajuntamento” o que “[...] servia para enfraquecer a autoridade paterna” (id., p. 16). É nesse sentido que não se pode generalizar o conceito de família patriarcal extensa a todas as famílias da sociedade brasileira, nem mesmo sequer para as famílias coloniais.

Apesar disso, neste estudo estamos tratando da estrutura familiar arcaica e patriarcal. Por quê? Qual seria a pertinência dessa abordagem? Trato dessa elite econômica predominantemente branca, proprietária de terras e escravos, influente em termos políticos e que determinava os rumos em que o país andaria, excluindo a parcela negra, parda, mestiça, feminina, pobre etc. da esfera de poder porque essa elite, embora se tenha modificado e adaptado às novas circunstâncias, permanece ocupando um *locus* privilegiado no sistema socioeconômico brasileiro até hoje, daí a pertinência de melhor compreendê-la.

O familismo e a querela do patrimonialismo

“Meu maior patrimônio é o sobrenome”
Crivella Filho, nome fantasia de Marcelo Hodge Crivella,
filho de Marcelo Crivella

“Somos uma República de famílias”
Ricardo Costa Oliveira

Em sua origem, o poder no Brasil concentrou-se eminentemente nas mãos de grandes famílias e seus respectivos patriarcas, que estabeleciam entre si conchavos e laços por meio de casamentos interfamiliares e outros acordos de mútuo beneficiamento, aumentando ainda mais a concentração de poder. Tal movimento foi definido por Freyre (2006) como familismo e inclui o forte apreço pela família como estrutura que organiza a sociedade, que deve ser mantida e reproduzida.

O familismo é uma herança da época colonial em pleno funcionamento contemporaneamente nas esferas de poder político, e se tornou objeto de estudo a partir dos anos 1990 por parte de sociólogos, historiadores e cientistas políticos, que retomaram uma tradição de investigação nessa linha a partir de Freyre, Holanda e outros, tradição que, porém, havia estagnado a partir de 1950 (OLIVEIRA et al, 2017). Nos últimos 30 anos, foram pesquisadas diversas genealogias políticas em variadas regiões do Brasil, o que mostrou a ocupação consistente do cenário político por clãs consanguíneos ou estabelecidos por meio de casamento.

O dia é 17 de abril de 2016. O cenário é a Câmara dos Deputados quando se decidia a autorização da abertura do processo de *impeachment* contra Dilma Roussef. Embora tenha parecido estranho para alguns brasileiros – que, acreditando que estavam em alguma espécie de circo tresloucado, acompanhavam atônitos as justificativas de voto dos deputados (sobretudo da direita conservadora, evangélica ou do “centrão”) – uma das justificativas mais citadas para aceitar abrir o processo foi (pasmem!) bastante *coerente* com a realidade da esfera política brasileira: o “pela minha família”. 26,6% dos votos dos 511 deputados votantes usavam como justificativa a sua própria família ou citavam parentes (netos nascidos ou não, filhos, pais, mães, irmãos). Mais 7% votou em nome da família como instituição²⁸ (PRANDI; CARNEIRO, 2017).

Conceitos como ‘sobrenomes políticos’ ou ‘famílias políticas’, trabalhados pelos novos pesquisadores (OLIVEIRA et al, 2017), expressam a permanência no poder, em alguns casos, por séculos, de famílias e sobrenomes: são netos, bisnetos, filhos, genros etc. que herdam a tradição política familiar e com ela todo o capital político-econômico atrelado, que irá manifestar-se pragmaticamente na eleição para cargos diversos, desde deputado a governador. De acordo com levantamento da ONG Transparência Brasil, nas eleições de 2014 “[...] 49% dos deputados federais eleitos têm parentes políticos [...] No Senado, a porcentagem geral é ainda mais alta do que na Câmara: 6 em cada 10 senadores fazem parte de clãs.” (SCHOENSTER, 2014). A ONG ainda cruzou esses dados de parentesco com o critério de se possuir concessões de TV ou de rádio, e comprovou associação direta entre ser eleito e esses marcadores. Já de acordo com pesquisa da Revista Congresso em Foco, de julho de 2017 “[...] pelo menos 319 deputados (62%) e 59 senadores (73%) têm laços de sangue com outros políticos” (SARDINHA, 2017a), e fazem parte de famílias políticas que estão há décadas ocupando esses espaços.

Conforme mostram esses levantamentos, laços consanguíneos são o capital político que alguém precisa para se eleger no Brasil. O cenário vai de encontro à democracia ela mesma, promovendo a não alternância no poder, a não renovação dos quadros políticos, e o benefício de herdeiros de sobrenome, que acabam tendo mais chance de surfar na onda de seus parentes e se elegerem. A situação é tal que nos leva a perguntar se o que temos é mesmo uma democracia ou o conjunto de oligarquias familiares nos governos. O problema se intensifica com a recente proibição de recebimento de fundos privados para campanhas eleitorais, já que os caciques dos partidos privilegiam parentes ao distribuir os fundos partidários.

²⁸ Para análise mais aprofundada das justificativas de voto, ver o excelente artigo “EM NOME DO PAI: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff”.

Como exemplos, gostaria de lembrar o leitor dos aproximados 202 anos que a família Andrada está no meio político, desde o Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada, cujo retorno ao Brasil em 1819 o coloca ao lado de Dom Pedro II. De acordo com Edson Sardinha (2017b) este é o caso de mais longa permanência de membros de uma mesma família num Parlamento democrático no mundo. Bonifácio de Andrada, falecido de Covid-19 este ano, teve dez mandatos consecutivos como deputado federal e quatro como deputado estadual. O deputado era da quinta geração de membros da família no campo político e preparou um filho e um neto para ocupar seu lugar.

Cito outros exemplos bem conhecidos: os Sarney (José e Roseana são pai e filha), os Neves (Tancredo e Aécio são avô e neto), os Arraes (Miguel Arraes se elege pela primeira vez em 1951, dando início à dinastia política que seguiu com seu neto Eduardo Campos, e seus bisnetos João Campos e Marília Arraes), os Richa (José, Beto e Marcello, respectivamente avô, pai e neto), os Collor de Mello (Marco Aurélio Mello e Fernando Collor de Mello são primos), os Calheiros (pai, filho e irmãos todos na política), os Magalhães (a dinastia teve início com Francisco de Magalhães Peixoto Neto em 1933 e segue até hoje com ACM Neto reeleito prefeito de Salvador em 2016), os Gomes (os três irmãos Ciro, Cid e Ivo), os Bornhausen (Jorge e Paulo, pai e filho) etc.²⁹

O caso do presidente da República, Jair Bolsonaro, é um caso clássico de familismo recente. Desde o primeiro mandato do presidente como deputado em 1991, ou seja, 30 anos, que o clã Bolsonaro e suas famílias parceiras têm sido eleitos para cargos políticos. 01, o filho mais velho, Flávio Bolsonaro, se elegeu deputado estadual quatro vezes seguidas, a primeira delas aos 22 anos, e atualmente é senador pelo Rio de Janeiro. 02, Carlos Bolsonaro, cumpre seu quinto mandato como vereador pelo RJ, tendo sido eleito aos 17 anos numa disputa contra sua mãe. Já o 03, Eduardo Bolsonaro, cumpre segundo mandato como deputado federal por São Paulo. Na concorrência para o segundo mandato em 2018 surfa na onda da candidatura à presidência do pai, e ganha com a maior votação na história do Brasil, em torno de 1 milhão e 800 mil votos. E não é impossível que o 04, Renan, que já apareceu na arena, também venha a se candidatar no futuro.

O que pode acontecer quando membros de famílias estão todos no mesmo meio político é o mútuo encobrimento de envolvimento em corrupção, ou a coparticipação da família toda em esquemas de desvio de dinheiro público. O caso de Flávio Bolsonaro é

²⁹ Para mais informações veja as matérias de Isabela Cruz, “A estrutura política no Brasil se confunde com genealogias e famílias” no jornal Nexo; de João Pitombo, “Estreantes nas urnas, filhos de políticos tentam vagas no Congresso”, para a Folha de São Paulo; de João Filho “Famílias tradicionais dominam a política brasileira. E isso não tem hora para acabar”, para o The Intercept Brasil.

emblemático. Está sendo acusado de organizar um “gabinete das rachadinhas” durante seus mandatos de deputado estadual (situação em que se contrata funcionários fantasmas com a contrapartida de receber de volta entre 70-90% dos seus salários), e de lavar esse dinheiro por meio de uma franquia de loja de chocolates e da compra e venda de imóveis. Recentemente, Flávio comprou uma mansão em Brasília no valor de aproximadamente seis milhões de reais. O que Jair pai faz? O pai “passa pano” para Flávio e utiliza recursos de que dispõe como presidente da República para livrar o filho de investigações e da prisão. Lembremos o que Bolsonaro disse na polêmica reunião ministerial de 22 de abril de 2019: “Eu não vou ficar sentado esperando foderem com a minha *família*” e com os seus amigos. Ao procurar emplacar a candidatura de seu filho 03, Eduardo, para a Embaixada em Washington, afirmou: “Pretendo beneficiar filho meu, sim. Pretendo, se puder, dar filé mignon.”, ou seja, temos um familismo que nem mesmo se disfarça, pelo contrário, que se orgulha de si.



Família Bolsonaro: Flávio, Jair, Eduardo e Carlos.

É interessante notar o papel típico atribuído à primeira-dama Michele Bolsonaro. Ela é um adereço feito sob medida para enfeitar o governo. Visa transmitir bondade e preocupação com a inclusão de minorias que não incomodam a agenda de costumes conservadora do governo. No fundo, ela está escanteada das decisões que importam, fazendo papel mais decorativo do que atuante. Nada mais patriarcal.

Para a nossa temática, paternidade e relações pais-filhos/as, gostaria de sublinhar aspectos não tematizados pelos pesquisadores da área, a saber, a frequência enorme que as relações de pai-filho e avô-neto aparecem nesses esquemas de clãs familiares. Raramente são

mulheres que recebem a herança política, movimento esse que tem se intensificado apenas nos últimos dez anos muito lenta e timidamente. Além disso, a cor dessas famílias é branca e sua classe social é alta. A herança arcaica do Brasil se apresenta com muita clareza aqui, em que a consanguinidade patrilinear, branca e de elite prevalece.

Em outros âmbitos que não a seara política, o familismo também deu seus frutos podres, por exemplo, no judiciário, nos cartórios e nos tribunais de contas em todo o Brasil também se atesta o poder do clã familiar reproduzindo-se ao longo das décadas (OLIVEIRA et al, 2017). Veja o caso de Deltan Dallagnol: de acordo com Ricardo Oliveira em entrevista para o documentário *Lava-jato entre 4 paredes* (NORMOSE, 2020) ele só permaneceu no cargo de procurador (mesmo não tendo os anos de experiência que são, por edital e lei, requisito para assumir o cargo após ter passado em concurso público) porque seu pai, um advogado e procurador do Ministério Público influente em Curitiba, o ajudou, fazendo ele mesmo a petição para Deltan assumir o cargo, ou seja, atuando como advogado do próprio filho. As famílias Dallagnol, Moro, e outras vêm ocupando o meio jurídico brasileiro há décadas. Nas palavras de Oliveira, no mesmo documentário, “O judiciário, no Paraná e no Brasil, a justiça, ela é feita por unidades político-familiares, uma vez que cada magistrado muitas vezes ele vem de famílias que já estão no poder judiciário, no ministério público há várias gerações”, constituindo o que o pesquisador chama de rede de interesses em comum.

O familismo ainda se manifesta nos movimentos que se autodenominam conservadores e que advogam pela “família tradicional brasileira” contra outros tipos de família cuja legitimidade não reconhecem, como famílias homossexuais, de pais divorciados, de mães ou pais solteiros, de avós que exercem papel de mãe e pai etc. De modo geral, preservar e privilegiar os laços familiares em detrimento de outras relações e até mesmo da própria Lei é algo infelizmente muito praticado na sociedade brasileira.

Na esteira dessa discussão, encontramos um dos produtos diretos do familismo e um dos grandes inimigos da *res publica* no Brasil: o patrimonialismo, isso é, a mistura entre o público e privado. Holanda explica que, na família patriarcal rural, “A entidade privada precede sempre [...] a entidade pública” (2014, p. 96), nesse sentido, devido à força dos quadros familiares, predominam “[...] em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e anti política, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família” (id., 2014, p. 96-97). Tal mentalidade será transportada para o ambiente citadino com o declínio das lavouras e o crescimento das cidades a partir de 1808 e constituirá até os dias de hoje o que seria um de nossos maiores problemas, o patrimonialismo.

Para Holanda, entre Estado e círculo familiar há uma oposição, uma descontinuidade, eles pertencem a registros distintos – o primeiro a um registro abstrato, geral e imparcial; o segundo, a um registro material, particular e parcial. “Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável ante as leis da cidade” (2014, p. 169).

De acordo com Lília Schwarcz³⁰ “[...] Quando um chefe do executivo indica seu filho para ser embaixador em Washington estamos adotando práticas patrimoniais.” Nesse sentido, é preciso separar o que é privado e particular, do que é do Estado e público, do contrário, seguiremos sem a construção de um espaço público no país e contaremos com instituições frágeis diante de pressões particulares de poderosos, manifestas nas frases típicas “Eu sou da família tal. [...] Você não sabe quem é meu pai. [...] Você sabe com quem está falando?” etc.



O sociólogo Roberto DaMatta (2020, p. 9-11) explica a dinâmica e os pressupostos da repetição constante, em nossa cultura, daquelas frases autoritárias, que explicitam nossa “alergia à igualdade” perante à lei e ao Estado Democrático de Direito. A pergunta: “Você sabe com quem está falando?” e suas análogas organizam um “ritual de reforço da hierarquia”, uma “cerimônia de restabelecimento de desigualdades” que, ao interrogar o Outro subalterno, o coloca no seu “devido lugar”, o de um inferior diante de um superior.

Esse *avatar* do autoritarismo brasileiro é estrutural, constitui nossa sociedade como um todo, e não um defeito particular de certos indivíduos. A enunciação da frase se

³⁰ Autoritarismo no Brasil | Lília Schwarcz e Leandro Karnal em: <<https://www.youtube.com/watch?v=O1e-Tr0gRZo&t=2548s>>.

caracteriza como um ritual porque se repete em situações padrão, isto é, há momentos típicos ou estereotipados de sua enunciação³¹, a saber, quando o enunciador sente que seu *status social* ou sua autoridade está ameaçada e/ou quando ele deseja impor sua vontade a qualquer custo. Além disso, ela é ativada na maior parte das vezes de cima para baixo.

O sociólogo propõe que esse ritual se refaz em função de uma espécie de nostalgia por um mundo hierarquizado, senhorial, aristocrático e escravista, antes da Abolição e da República, em que as leis igualitárias, impessoais e universais de um Estado democrático ainda não existiam. Não é de estranhar, portanto, que essas frases muitas vezes sejam ditas por brancos aos negros e invoquem ideologias racistas.

Alvo dessas frases muitas vezes são também as leis impessoais que se tenta aplicar a indivíduos que não se veem como cidadãos de um Estado, mas como pessoas a quem tudo lhes é devido – em sua lógica distorcida, estão acima da Lei. Seja em função de posição econômica privilegiada, da posição sócio-política ou da rede de parentesco de que o sujeito participa, ele acredita poder invocar algum desses elementos ou até mesmo todos juntos para aplicar a frase “Você sabe com quem está falando?”. Com ela, passa do anonimato à personalidade – de um indivíduo que estava sendo tratado por uma lei impessoal, torna-se uma pessoa que não responde às leis.

Nas palavras de DaMatta, “Passa-se [...] de “cidadão brasileiro” ou de “indivíduo” [...] a alguém que é “realmente alguém”: deputado, advogado, oficial das Forças Armadas, secretário de Estado etc. Ou [...] parente e amigo de um figurão com quem se tem elos substantivos” (id., p. 67). O resultado disso é uma desconfiança generalizada da população em torno da aplicação das leis universais a “superpessoas”, e uma crença de que, dependendo da posição social, dos amigos e/ou familiares que se tem, a lei pode não valer.

Nesse sentido, teríamos de um lado uma pequena quantidade de pessoas (autoridades), organizadas hierarquicamente, que elaboram e aplicam a lei a uma massa de indivíduos, um “povão”, cidadãos de um Estado democrático, a quem a lei sempre se aplica. “Num polo

³¹ Lembre o leitor dos recentes casos, por exemplo, de Eduardo Siqueira que se negou a receber multa por andar sem máscara na rua afirmando que não a receberia por ser desembargador. Além da carteirada, ele chama o guarda que o autuava, um homem negro, de “ignorante” e “analfabeto”. Outro é o caso de Mateus Almeida Prado Couto, homem branco de classe média que, ao se desentender com um rapaz negro que realizava uma entrega dentro do condomínio onde Mateus mora, ele diz grosseiramente ao rapaz que ele teria inveja da cor da sua pele branca e do lugar onde ele mora e que o rapaz nunca conseguiria morar num lugar daqueles. Encontramos mais um caso em Daniela Leite, que, dirigindo bêbada, bate no carro de outro cidadão e além de acionar toda sorte de vocabulário racista para se referir ao motorista, um homem negro, ainda dispara: “Vocês mexeram com a mulher errada, vocês mexeram com a filha de um homem poderoso”. Hoje, com a tecnologia do celular conseguimos gravar os momentos de abuso e produzir provas em flagrante desses atos ilegais. No passado, infelizmente não tínhamos esse recurso.

temos a sociedade dos “donos do poder” [...] noutra, o projeto da nação burguesa capitalista” (id., p. 86).

Mas o que esse rito tem a ver com o patrimonialismo, isto é, com a falta de separação entre público e privado? Trata-se do que o pensador chama de dilema – a própria enunciação da frase coloca o Estado Democrático ele mesmo em questão:

[...] individualizar significa [...] desvincular-se dos segmentos tradicionais como a casa, a família, o eixo das relações pessoais como meios de dar sentido pleno ao mundo. Mas ao lado disso, deve-se buscar uma ligação direta com o Estado, por meio de associações voluntárias como o sindicato, o partido político, e os órgãos de representação de classe. Para isso, entretanto, é preciso abrir mão dos direitos substantivamente dados pelo sangue, pela filiação, pelo casamento, pela amizade, pelo compadrio. (id., p. 87).

Eis aí o dilema: não conseguimos abrir mão de sermos pessoas para nos tornarmos cidadãos. Daí os pistolões³², o pessoalismo, o familismo, a carteirada, a patronagem³³, o clientelismo³⁴ etc. – todas essas relações unem pessoas, não indivíduos (ou organizações que representam indivíduos).

Nesse sentido, DaMatta parodia: “aos indivíduos, a lei; às pessoas, tudo” (id., p. 93) o que significa que quem pode recorrer a uma rede pessoal está a salvo de ter, por exemplo, de usar a rede pública de saúde e educação, de ficar na fila, de ser posto na cadeia, de ter de comparecer diante de um tribunal, de ter de esperar pelo lento andamento da burocracia estatal, municipal ou outra, de servir no Exército. A personalização da lei, portanto, se torna demonstração de poder e superioridade. (id., p. 94).

Aqueles indivíduos que não têm padrinhos ou pistolões para auxiliá-los só têm sua força de trabalho como mediadora diante do mundo. Eis aí a exploração brutal na sociedade brasileira: “[...] ser um indivíduo ou apenas carne e sangue [...] ser tratado como um número ou uma massa num mundo altamente pessoalizado em que todos são “gente” e vistos com o “devido respeito” (id., p. 101). Isso os torna sempre vulneráveis às leis de mercado, aos desastres ambientais, às pandemias, às políticas públicas do governo etc.

O sociólogo conclui que o Brasil é um país que fica no meio do caminho, nem totalmente hierarquizado, nem totalmente igualitário, mas sim, permeado de nuances e

³² A intervenção de uma pessoa influente ou poderosa em favor de outra pessoa (em alguma disputa, querela, demanda, questão burocrática etc.) que teoricamente não teria os recursos (poder, influência, condição econômica etc.) para intervir por si mesma, de forma autônoma. O pistolão comumente é utilizado em favor de um familiar ou amigo, que é “apadrinhado” pelo poderoso em questão.

³³ Sistema de troca de favores entre pessoas hierarquicamente distribuídas na sociedade. As trocas ocorrem num mundo bipolar, entre “[...] fortes e fracos, ricos e pobres, patrões e clientes” (DaMatta, 2020, p. 91), ou seja, ligando um superior a um inferior, construindo uma “ética vertical”, de cima para baixo.

³⁴ Uma forma de patronagem ligada ao âmbito político. As trocas clientelistas ocorrem entre políticos (por exemplo, quando o presidente necessita de apoio da Câmara e do Senado, e para tanto, distribui cargos e emendas) ou entre políticos e possíveis eleitores (quando um candidato promete, por exemplo, cestas básicas, vagas em colégio ou hospital em troca de votos).

modulações. Nesse sentido, “[...] sistemas globais, de caráter universal, são permeados pelos sistemas de relações pessoais” (id., p. 107). A importação de noções como ‘igualdade’, ‘racionalismo’, ‘indivíduo’ e ‘leis universais’, por exemplo, se fez para uma nação em um processo diferente de modernização, por isso a dificuldade de implementar um sistema legal que não se veja em constante atrito ou sendo deformado pelas relações pessoais.



Fonte: Matheus Ribeiro, Ribs.

Uma das vozes dissonantes a esse respeito é o sociólogo Jessé Souza (2017; 2018), que elabora uma crítica do patrimonialismo *a la* Buarque de Holanda, Faoro e DaMatta. Para o autor, o conceito de patrimonialismo de Holanda seria uma dos mais “fajutos” e “influentes” conceitos criados para pensar o Brasil.

Segundo o autor, o primeiro passo – o mandonismo num primeiro momento dos proprietários rurais e depois dos urbanos – é invisibilizado pela teoria patrimonialista de Holanda, que propõe que a elite de rapina está no Estado em si mesmo, como se a estrutura do Estado fosse o mal em si e os vampiros estivessem lá desde sempre. É esse passo que Souza visa tornar visível. Trata-se de “tirantias privadas” oriundas da esfera da família que se transmitem à esfera pública. Em suas palavras, “É o sadismo transformado em mandonismo [...] que sai da esfera privada e invade a esfera pública inaugurando uma dialética profundamente brasileira de privatização do público pelos poderosos, que é o exato contrário da balela da cantilena do patrimonialismo” (SOUZA, 2017, p. 54).

A interpretação do patrimonialismo de Holanda e companhia supõe que é só no Brasil que não existe impessoalidade e separação das esferas pública e privada. No entanto, para Souza não existe mundo impessoal (que não seja dividido entre amigos e inimigos) na Europa e nos EUA, conforme idealização de Holanda e de DaMatta. Tal reificação apenas rebaixa o povo brasileiro tornando-o uma escória mundial e oculta os verdadeiros vampiros. O ponto de Jessé Souza não é que não exista um aparelhamento do Estado brasileiro por uma elite de

rapina, corrupta. O ponto é que esse aparelhamento existe também em países ditos de primeiro mundo.

Além disso, a ideologia do “Estado corrupto” é utilizada como cortina de fumaça para encobrir os verdadeiros desfalques e calotes dados na população brasileira por “Um mercado capturado por oligopólios e atravessadores financeiros” (SOUZA, 2017, p. 33), a chamada elite do dinheiro ou elite econômica, a cujas maquinações invisíveis estamos sujeitos, dentre elas, a sonegação brutal de impostos. Isso abre a possibilidade de contrapor um “Estado corrupto” a um “Mercado divinizado”, como se a corrupção estivesse presente *apenas* no Estado.

Interesses organizados estão presentes também fora do Estado, no mercado, conforme o funcionamento próprio do capitalismo. A ignorância e confusão quanto a esse fato nos faz invisibilizar “[...] a ação da elite real, que está no mercado, tanto nos oligopólios quanto na intermediação financeira” (SOUZA, 2017, p. 208) e tomar o Estado como *locus* onde estaria instalada a elite poderosa do país. Para o autor, “[...] o político corrupto é o aviãzinho do tráfico, quem fica com as sobras; a boca de fumo que faz dinheiro grande é o mercado da rapina selvagem que temos aqui” (ibid.). Em outras palavras, o Estado está sendo privatizado não por indivíduos, mas pelo capitalismo organizado.

Um pouco de História

“Na nossa fisionomia moral, conservamos ainda restos soterrados da mentalidade colonial, que era a do patriarcado.”

Luís Martins

“[...] povo ingênuo, necessitado apenas de governo paternalisticamente forte”

Joaquim Nabuco, *O abolicionismo*

Didaticamente, podemos destacar alguns momentos-chave da figura paterna brasileira. O primeiro deles seria o nosso passado enquanto colônia de Portugal, momento de um Brasil rural arcaico, dos grandes proprietários de terras, e de uma economia cujo epicentro era a mão-de-obra escrava.

O segundo período teria início com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil (1808), passa pela instauração do Império (1822), pela emergência da figura do Imperador Dom

Pedro II enquanto pai geral da nação, e culmina com a abolição da escravatura (1888). Esse período compreende o início da urbanização do país e o começo da modificação da estrutura familiar centrada na figura do *pater familias* autoritário, consequência do tensionamento do patriarcado rural (que, sujeito a variadas pressões na cidade, vai abrindo mão de seus superpoderes, concedendo-os a outras autoridades), e do surgimento de uma nova figura, a do bacharel cidadão.

Em seguida, o terceiro momento abrange o começo da Primeira República (1889) e vai até 1930, o começo da Era Vargas. A deposição e degredo do Imperador e a instauração de uma nova forma de governo, a República, viria a reorganizar os poderes entre os agentes sociais. Veremos alguns momentos dessa história de reorganização, a saber, o coronelismo, a história de Canudos, o novo papel atribuído ao Estado e o início do movimento feminista. Vemos que o poder absoluto do patriarca colonial continua num processo de despojamento lento, mas constante de suas atribuições, cedendo espaço a novos atores.

Terminamos a meio do caminho.

A história que se narra aqui não pretende dar conta de todos os fatos históricos, mas elaborar um primeiro embrião de uma história da paternidade no Brasil considerando figuras políticas, personagens literários, fenômenos sociais ligados às nossas origens patriarcais e ao nosso sentimento de orfandade e de desejo por uma figura paterna salvadora³⁵.

Nesse sentido, o que se narra são fatos mais intimamente relacionados às transformações das estruturas de poder, dado que a figura do *pater familias* esteve intimamente ligada às estruturas de dominação no nosso país. É apenas no momento em que é pouco a pouco despido de seu poder de mando absoluto que emerge a figura do pai dentro de um paradigma do cuidado, sendo esse um processo longo e ainda inacabado. (COSTA, 1979; MARTINS, 2008; FREYRE, 2006; 2004; SOUZA, 2017; LEVINE, 2001; ITABORAÍ, 2016).

Antes de entrar na história propriamente, exibo a seguir um quadro com o intuito de informar o leitor acerca da existência de um repertório de obras literárias que trataram da figura paterna e das relações pai-filhos(as) às vezes direta, às vezes indiretamente ou, como propus, de forma mascarada. A seleção de autores e obras não tem a pretensão de esgotar toda a literatura brasileira, certamente há textos que não são de meu conhecimento e que acabaram ficando de fora dessa tentativa de sistematização mais didática³⁶.

³⁵ Gostaria de seguir essa linha de investigação num futuro próximo, após defesa da tese, talvez em um pós-doutorado. Há muito material de estudo nessa direção, muito material que não entrou nesta tese, muita coisa ainda por pensar e descobrir.

³⁶ Fique o leitor convidado desde já a contribuir para o crescimento e pluralização desta bibliografia.

Na primeira coluna, os períodos históricos são simplificados apenas para situar o leitor brevemente quanto à altura dos acontecimentos e estabelecer uma mínima noção temporal das modificações das paternidades estudadas.

Na segunda coluna, utilizei *slogans* estereotipados para me referir às relações filiais ou às figuras paternas presentes nos textos literários, que são, com certeza, mais complexos. Foi apenas uma forma de tentar resumir a informação e elaborar um mapa preliminar das bases bibliográficas desta pesquisa. Quando não houver tipologia especificada, significa que ainda não tive a chance de ler e estudar a bibliografia em questão.

Na terceira coluna, constam as obras, os autores e as datas de publicação de determinado período histórico. Se houver um asterisco (*) antes no nome do texto, significa que a leitura foi superficial, visando apenas uma identificação rápida da figura paterna presente. O leitor verá que incluí Gilberto Freyre no período da Colônia porque o autor fez um estudo extenso das relações familiares dessa época que nesse caso interessam.

Período histórico e momentos-chave	Tipologia simplificada de relações filiais e/ou figuras paternas	Obras literárias/outras obras de importância para compreender o período
<p>1500-1808 - Brasil colônia</p> <p>Chegada à América; ocupação do território; papel dos bandeirantes e dos jesuítas; presença da escravidão; noção de colônia e de economia colonial; corrida do ouro; período holandês; tensão colônia/metrópole; Guerra dos Mascates; Inconfidência mineira; Revolta dos alfaiates; vinda da Corte portuguesa para o Brasil.</p>	<p>Catequização dos padres jesuítas imposta aos indígenas, que eram infantilizados; Deus-pai; relação tutelar.</p>	<p>s. XVI Padre Manuel da Nóbrega Padre José de Anchieta</p>
		<p>s. XVII Padre Antônio Vieira, Sermões. Gregório de Matos, poesia.</p>
	<p>Reinado dos patriarcas latifundiários e proprietários sobre os filhos(as).</p>	<p>s. XX Gilberto Freyre, <i>Casa Grande e Senzala</i>.</p>
<p>1808-1888 - Brasil Império</p> <p>Revolução Pernambucana; Independência do Brasil; Confederação do Equador; Regências; Maioridade de Dom Pedro II; Expansão da cafeicultura; urbanização; Abolição da escravidão; começo da imigração; presença de guerras com países vizinhos ao longo do período; início do Movimento Republicano.</p>	<p>Rel. pai-filho; paternidade indígena sob ótica ocidentalizada; “mandato paterno” em relação ao filho no que diz respeito à sustentação de valores épicos como honradez, coragem, sacrifício e valentia.</p>	<p><i>I-Juca-Pirama</i> (1851), Gonçalves Dias;</p>
	<p>rel. pai-filho (abandono paterno); rel. pai-padrinho (proteção e educação)</p>	<p><i>*Memórias de um sargento de milícias</i> (1852), Manuel Antônio de Almeida;</p>
	<p>rel. pai-filha (pai escravo) vs. rel. pai-filho (pai latifundiário “pai de todos”).</p>	<p><i>Virginius</i> (1864), Machado de Assis;</p>
	<p>falta de relação pai-filho; pai português abandona a família indígena; metáfora do Brasil - nascemos órfãos de pai?</p>	<p><i>Iracema</i> (1865), José de Alencar;</p>
	<p>rel. pai-filha (pai tenta ajudar a filha “caída”) vs. rel. pai-filho (pai tenta emendar valores do filho).</p>	<p><i>O Pai</i> (1866), Machado de Assis;</p>
	<p>rel. pai-filha; pai que vende a filha no mercado de casamentos para saldar suas dívidas com jogo e prostituição.</p>	<p><i>O segredo de Augusta</i> (1870), Machado de Assis;</p>
	<p>rel. pai-filha (filha negra desconhece paternidade até que o pai branco revela-se ao comprá-la para alforriá-la)</p>	<p><i>*A escrava Isaura</i> (1875), Bernardo Guimarães</p>
	<p>rel. pai-filha (suposto reconhecimento da filha após a</p>	<p><i>*Helena</i> (1876), Machado de Assis;</p>

	morte do pai, paternidade caótica, agentes paternos “imorais” – desmascarar ou endossar o paternalismo?)	
		<i>Iaiá Garcia</i> (1878), Machado de Assis;
	rel. pai-feto; pai-aborto(?) paternidade gorada (Brás Cubas); pai do oba-oba (conivência com os desmandos do filho Brás) e pai que procura decidir a vida do filho (carreira e casamento);	<i>Memórias Póstumas de Brás Cubas</i> (1880-1881), Machado de Assis;
	rel. pai-filho; pai (mau) conselheiro; conselho paterno como retrato das elites brasileiras;	<i>Teoria do Medalhão</i> (1881), Machado de Assis;
		<i>Casa de Orates</i> (1882), Artur Azevedo
	rel. filhas-padrinho, padrinho vende as moças em casamento em troca de dinheiro e de uma coleção de moedas.	<i>Anedota Pecuniária</i> (1883), Machado de Assis;
	rel. pai-filho; pai=mestre de escola do próprio filho; professor como figura paterna punitiva;	<i>Conto de escola</i> (1884), Machado de Assis;
		<i>Casa de pensão</i> (1884), Aluísio Azevedo;
	rel. mãe-filho-agregada; aliança entre a ordem patriarcal (encarnada em D. Antônia) e a Igreja (na pessoa do narrador, um padre que mente, dissimula e seduz); “paternidade-bomba”	* <i>Casa Velha</i> (1885-86), Machado de Assis
	rel. padrinho-“enteada”, padrinho como abusador psicológico e sexual.	<i>A carne</i> (1888), Júlio Ribeiro
	rel. menino-Diretor do internato (máscara paterna?)	* <i>O ateneu</i> , Raul Pompéia (1888).
1889-1930 - República Velha	rel. pai-filho ilegítimo, pai branco, mãe negra, filho “mulato”; pai protege e reconhece o filho; filho desconhece a própria origem.	* <i>O mulato</i> (1889), Aluísio Azevedo;
Proclamação da República; República da Espada; Constituição (1891); República das Oligarquias (domínio das elites agrárias); homens recebem direito de voto (1891); coronelismo; voto de cabresto; política do café com leite; Semana de Arte Moderna 1922; crise; golpe de	sátira feminina dos homens que se sentem ameaçados pelo direito de voto feminino; forma estratégica de tensionar o patriarcado.	* <i>O voto feminino</i> , (1890), Josephina Álvares de Azevedo
		<i>A normalista</i> (1893), Adolfo Caminha;

Estado.		<i>Heranças</i> (1897), Aluísio Azevedo
	rel. pai-filho; rejeição do filho por parte do pai (fruto de traição ou de delírio de ciúmes).	<i>Dom Casmurro</i> (1899), Machado de Assis
	rel. pai-filhos, constituição da subjetividade do pai urbano moderno; temática bíblica da “herança patriarcal” subjacente.	<i>Esau e Jacó</i> (1904), Machado de Assis
	paternidade gorada	<i>Memorial de Aires</i> (1908), Machado de Assis
	Frustração de Policarpo com “ídolo político” Floriano Peixoto: o Marechal não era forte, cheio de vitalidade, nem inspirava autoridade; era “gelatinoso”, tíbio, e preguiçoso.	<i>Triste fim de Policarpo Quaresma</i> (1915), Lima Barreto
	rel. pai-filho; alcoolismo como herança paterna.	<i>Diário do Hospício e Cemitério dos Vivos</i> (1920), Lima Barreto;
	rel. pai-filha, paternidade enviesada “Minha sogra ficou avó” e cínica; pai urbano das elites do café paulista; paternidade precária e ausente.	<i>Memórias Sentimentais de João Miramar</i> (1923), Oswald Andrade.
1930-1945 - Era Vargas Centralização do poder; política do café; reformas trabalhistas e educacionais; mulheres recebem direito de voto (1932); tenentismo; Estado Novo; autoritarismo e modernização conservadora; ANL; repressão; comunismo; formação do PCB; populismo; deposição de Vargas.	rel. pai-filho, pai que entende o filho apenas como herdeiro, pai rejeita filho.	<i>São Bernardo</i> (1934), Graciliano Ramos
	rel. pai-filho, pai pobre em busca do sustento do filho	<i>Os ratos</i> (1935), Dyonélio Machado
	rel. pai-filhos; pai brutalizado pela vida que vive, não consegue se comunicar com os filhos.	<i>Vidas Secas</i> (1938), Graciliano Ramos
	ditadura do “pai dos pobres” é metaforizada como ambiente de terror e violência no imaginário de infância de Cati; presença fantasmática de líderes autoritários violentos como o degolador João Pereira de Souza.	<i>O louco do Cati</i> (1942), Dyonélio Machado
	rel. pai-filha (Mestre Seleiro): pai que humilha, rejeita e agride física e sexualmente a filha; rel. pai-filha (Cel. Lula): obsessão pela filha, não a deixa se casar; rel. pai-filho ilegítimo (Cel.	<i>Fogo Morto</i> (1943), Lins do Rego

	Lula): faz o filho de menino de recados; rel. pai-filho (Papa-Rabos): orgulho de ter filho homem, que o vingaria;	
		<i>O resto é silêncio</i> (1943), Érico Veríssimo;
	rel. pai-filho, pai higienista.	<i>Amar, verbo intransitivo</i> (1944), Mário de Andrade;
		<i>Álbum de família</i> (1945 - publicação; 1965 - liberada para encenação), Nelson Rodrigues;
	pai-eu lírico, pai frio, distante; mágoa do filho em relação ao pai e à falta de intimidade entre eles.	<i>Como um presente</i> (1945), Carlos Drummond de Andrade
	rel. cidadão-presidente – relato de como muitos cidadãos brasileiros foram tratados pelo “pai do povo”.	<i>Memórias do Cárcere</i> (publicado em 1977), Graciliano Ramos.
<u>Período Democrático - 1945-1964</u>	rel. pai-filha (rejeição do suposto pai; descobrimento da verdadeira paternidade)	<i>Ciranda de Pedra</i> (1954), Lygia F. Telles
Governo Dutra; constituição de 46; governo Vargas; nacionalistas vs. entreguistas; greves; nacional-desenvolvimentismo, J.K; movimento operário e sindicalismo; Jânio Quadros; João Goulart; ligas camponesas, movimentos estudantis, católicas; intensa crise econômica.	rel. pai-filho, pai violento e autoritário; relação de medo com o filho pequeno.	<i>*Infância</i> (1955), Graciliano Ramos
		<i>Campo Geral</i> (1956, em <i>Manuelzão e Miguilim</i>), Guimarães Rosa
	rel. pai-filhas; pai que prostitui as filhas	<i>Os sete gatinhos</i> (1958), Nelson Rodrigues.
<u>1964-1985 - Ditadura Militar</u>	rel. pai-filha, alegria genuína do pai humilde em poder comprar uma fatia de bolo para o aniversário de três anos da filha.	<i>A Última Crônica</i> (1965, em <i>A companheira de viagem</i>), Fernando Sabino
AI-1; Castelo Branco; lançamento do Paeg; AI-2 e 3; AI-4 e constituição de 67; governo Costa e Silva; greves e oposição; AI-5; luta armada; governo Médici; decai a luta armada, morre Marighella; instrumentalização da propaganda; “milagre” econômico; governo Geisel; início da abertura; governo Figueiredo.	rel. de amantes, projeção de figura paterna em amante mais velho.	<i>Uma aprendizagem, o livro dos prazeres</i> (1969), Clarice Lispector
		<i>Felicidade Clandestina</i> (1971), Clarice Lispector
	não há figura paterna, mas sim o peso da estrutura patriarcal sobre as personagens femininas; trauma de violência autoritária.	<i>As meninas</i> (1973), Lygia Fagundes Telles

	rel. pai filhos/as, metáfora paterna é usada para pensar a ditadura, pai autoritário, pai-patrão, filho que desafia discurso do pai.	<i>Lavoura Arcaica</i> (1975), Raduan Nassar
	rel. pai-filha, paradigma do cuidado, pai reflete sobre as escolhas da filha de 15 anos e sobre ser pai: “Onde terei errado na minha função de pai?”	<i>Para uma garota de quinze anos</i> (1977), Lourenço Diaféria
	rel. pai-família-filho, recusa da herança paterna, culpa e individualização; pai que se isola da família; alegórico.	<i>A terceira margem do rio</i> (1978, em <i>Primeiras Estórias</i>), Guimarães Rosa
	rel. pai-eu-lírico, admiração pelo pai metaforizado nas mãos do pai.	<i>As mãos de meu pai</i> (1980), Mário Quintana
		<i>O centauro no Jardim</i> (1980), Moacyr Scliar
<p><u>1985-2018 - Nova República / Brasil Contemporâneo</u></p> <p>Governo Sarney, transição; plano Cruzado; governo Collor; sequestro das poupanças; impeachment; Itamar Franco; governo FHC; plano Real; Era Lula; governo Dilma Rousseff; golpe de Estado; governo Temer. Governo Bolsonaro.</p>	rel. pai-filha, paternidade como herança	<i>*Joaquina, filha de Tiradentes</i> (1987), Maria José de Queiroz;
		<i>Relato de um certo oriente</i> , Milton Hatoum (1989)
	rel. pai-filha, pai que prostitui a filha criança, que faz da filha vítima de pedofilia	<i>O caderno rosa de Lori Lamby</i> (1990), Hilda Hilst
	rel. pai-filho, filho reflete sobre a “herança espiritual” ie, a sabedoria de vida recebida de parte do pai já falecido.	<i>Como Dizia Meu Pai</i> (1990 em <i>A volta por cima</i>), Fernando Sabino
	rel. pai-filho criança, pai testemunha um “lagarto” (metáfora) devorar seu filho e não consegue reagir; pai cidadão, carteiro, humilde.	<i>O homem que viu o lagarto comer seu filho</i> (1993), Ignácio de Loyola Brandão
	rel. pai-filho, filho relembra do pai, do seu cheiro, da relação deles, de sua personalidade etc. ao receber um embrulho inesperado de parte de seu pai já falecido (memorialístico).	<i>Quase Memória</i> (1995), Carlos Heitor Cony
	rel. neto-avô paterno, filho-pai; livro de memórias do filho/neto sobre sua relação com ambos; ambiente rural e humilde; pai ausente (caminhoneiro a trabalho), avô carinhoso, cuidava do neto - sentimento de orfandade; desconfiança e morte de Deus; olho de vidro do avô materno;	<i>Por parte de pai</i> (1995), Bartolomeu Campos de Queiroz

rel. pai-filho, pai narra a experiência de internação manicomial do filho, sua “crise mental” e critica o modo de vida do filho como socialmente inaceitável diante dos padrões paternos de normalidade; o filho, por sua vez, desafia o discurso do pai.	<i>Armadilha para Lamartine</i> (1998), Carlos & Carlos Sussekind
rel. pai-filhos gêmeos, paternidade imigrante (árabe), Manaus, pai passa a vida evitando que os dois filhos se destruam mutuamente; não tem intimidade com eles. rel. pai-filha (Zana), paradigma do cuidado, pai assume função de pai e mãe (galinheiro como útero paterno). rel. pai desconhecido-Nael, qual dos gêmeos é seu pai.	<i>Dois irmãos</i> (2000), Milton Hatoum
rel. pai-filho, paternidade como herança irredutível (reflexões sobre herança afetiva paterna).	<i>Hereditário</i> (2002, em <i>Deixe o quarto como está</i>), Amílcar B. Barbosa
filho contra pai, pai odiado pelo filho numa encenação do complexo de Édipo freudiano; diálogo com a psicanálise; “brincadeira de menino”, pai ausente ou colérico.	<i>O dia em que matei meu pai</i> , Mario Sabino (2004)
	<i>O vôo da guará vermelha</i> (2005), Maria Valéria Rezende
rel. pai-filha, pai violento e autoritário, relação de medo, distância, raiva.	<i>Pai</i> (2006), Cristina Mutarelli
rel. pai-filho, pai que toma a palavra e narra o filho com síndrome de Down; o peso que pode ser a paternidade eterna.	<i>O filho eterno</i> (2007), Cristóvão Tezza
rel. pai-filho é a de incomunicabilidade.	<i>*A arte de produzir efeito sem causa</i> (2008), Lourenço Mutarelli
rel. pai-filho-neto, figura paterna narra a partir da velhice já meio caduco; conta a história da família desde suas origens patriarcais.	<i>Leite derramado</i> (2009), Chico Buarque
rel. pai-filha, pai em busca da filha perdida durante a ditadura	<i>K: relato de uma busca</i> (2012), Bernardo Kucinski

rel. pai-filho, relação ruim e conflituosa, falta de intimidade, pai com Alzheimer.	<i>Diário da queda</i> (2011), Michel Laub
rel. avô-neto, avô é sobrevivente de campo de concentração. Família de imigrantes judeus.	
não há figura paterna, mas o peso da estrutura patriarcal sobre as personagens femininas.	* <i>Sinfonia em branco</i> (2012), Adriana Lisboa
rel. pai-filha, pai narrador em trânsito em busca da filha.	* <i>Barreira</i> (2013), Amílcar Bettega Barbosa
rel. pai-filha, pai narrador discute paternidade	<i>Caderno de um ausente</i> (2014), João Carrasozza
rel. pai-filho, pai alcólatra; pai ausente.	<i>Os abraços perdidos</i> (2014), João Chiodini
	<i>F</i> (2014), Antônio Xerxesky
rel. pai-filho-avô, busca de identidade na figura do avô	<i>Barba ensopada de sangue</i> (2015), Daniel Galera
estudo do Marechal Floriano Peixoto	<i>O marechal de costas</i> (2016), José Luiz Passos
pai que toma a palavra e narra os filhos; pai narrador; a aventura de ser pai; fusão pai-filho.	<i>Do seu pai</i> (2018), Pedro Fonseca

Fonte: Elaborada pela autora.

Brasil Colônia

No primeiro momento, o Brasil Colônia, as estruturas de poder estavam totalmente centradas no “cabeça” da família colonial, o *pater familias*, num sistema piramidal. Na casa-grande, o pai era proprietário-mor de tudo e de todos: filhos, escravos, mulheres, animais, porções de terra e propriedades de modo geral. O homem exercia função polivalente: “[...] pai, marido, chefe de empresa e comandante de tropa” (COSTA, 1979, p. 95). Dele dependiam todos de maneira absoluta e passiva. Não havia objetivos em comum, apenas os objetivos do pai, para o qual todos concorriam. Nas palavras de Costa:

O pai representava o princípio de unidade da propriedade, da moral, da autoridade, da hierarquia, enfim, de todos os valores que mantinham a tradição e o *status quo* da família. [...] A estabilidade da família antiga dependia dessa indiferenciação de interesses individuais. O único interesse visado era o do grupo e da propriedade, sempre expresso pelo pai. A sensibilidade familiar era [...] formada para reagir uniforme e prontamente à solicitação paterna. Era o pai que, defendendo o grupo, determinava o grau de instrução, a profissão, as escolhas afetivas e sexuais de seus dependentes. [...] Convicto de que ele tinha o direito natural e sobrenatural de mandar e ser obedecido conformava-se a isso. (id., *ibid.*)

O poder do pai estava assentado sobre as condições de vida da época, que consistiam basicamente numa luta constante pela propriedade e pela subsistência. Para adquirir, defender e manter os bens, era necessário subjugar o meio ambiente, demonstrar iniciativa individual, agilidade na ação, e inspirar um respeito amedrontador nos outros (id., p. 155). Ora, todos esses eram atributos do homem-adulto, do chefe da casa.

Segundo Freyre (2003), em linhas gerais, a sociedade colonial brasileira se estrutura em bases agrárias, em latifúndios com foco na monocultura de cana de açúcar e relativo desprezo da economia de subsistência, e utilizava mão de obra escrava oriunda de diversas regiões de cultura e etnia na África. Formou-se, no Brasil Colônia, uma sociedade híbrida, mistura de etnias indígenas, europeia (portuguesa) e africanas. Tal sociedade era religiosamente exclusivista – católica – e fora desenvolvida por iniciativa de capital particular, não pelo Estado Português. O poder se concentrava nas mãos de famílias (familismo) e em especial nas mãos dos patriarcas (sociedade patriarcal).

Num primeiro momento da chegada dos portugueses no que viria a chamar-se Brasil (aproximadamente de 1532 em diante) a “família brasileira” se constituiu da união do português com a mulher índia, com moças órfãs ou “à toa” enviadas de Portugal, ou de famílias que já vinham formadas do Reino. Em função da escassez de mulheres brancas europeias, o português amasiou-se com a mulher indígena dando origem a uma família mestiça, organizada com base rural ou semi-rural. Nesses primeiros anos, o colonizador focou-se na expansão territorial e na sua respectiva eficácia por meio da reprodução.

Já num segundo momento, é possível encontrar famílias estáveis, proprietárias (de terras, engenhos e escravos), autônomas (em relação à Igreja e à Coroa), aristocráticas e polígamas. Essa última característica ganha uma feição particular no Brasil, a saber, os senhores de engenho estabeleciam, de modo informal, famílias estendidas com mulheres indígenas e negras escravas.

Segundo Mesgravis (2017, p. 43), quando uma escrava engravidava de seu proprietário, de modo geral seus filhos não recebiam nenhum benefício por parte do senhor, que podia vendê-los separando-os das mães e o fazia frequentemente conforme seus caprichos e necessidade de lucro. Segundo Freyre (2004), no entanto, esses filhos eram muitas vezes reconhecidos, podendo inclusive obter benefícios dessa paternidade ilegítima, ou seja, a riqueza paterna podia ser distribuída aos descendentes por meio de herança.

Casos houve, e não poucos, citados por Joaquim Nabuco, em que o senhor de engenho escravizava os próprios filhos, quando eles eram fruto de relações sexuais com uma escrava de sua propriedade. Com relação aos filhos de casais africanos: as relações familiares eram ignoradas para aqueles que eram considerados animais de carga inferiores. Eles eram privados de ter uma família ou de criar seus filhos, utilizando-se como estratégia de manutenção do poder a separação. Importava ao senhor lucrar com a venda de filhos alheios e evitar rebeliões. Ainda, era possível que “cargos” de confiança fossem dados aos membros da família ampliada do patriarca, o que fazia do filho ilegítimo uma espécie de agregado ou apadrinhado.

A família configurava-se como uma instituição total (GOFFMAN, 1974). Nas palavras de Freyre (2003, p. 81)

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio é, desde o século XVI, o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra os escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase reina sem governar.

Assim, vemos o poder centrado nas famílias, que o mantinham por meio de um sistema de alianças e rivalidades. Havia bilateralidade de favor e proteção entre o pai e seus dependentes e entre famílias diferentes, sendo que as alianças comumente eram estabelecidas por meio de casamentos interfamiliares. Além de pragmaticamente funcionar como uma instituição total, também a nível simbólico isso ocorria por meio da prática do culto aos antepassados, ou seja, a família era mundo e além-mundo.

O vórtice do poder familiar era o patriarca (*pater familias*), o “cabeça” da família: o senhor de engenho. Na casa-grande, o pai era proprietário de tudo, dele dependiam todos de

maneira absoluta e passiva, não havendo instituições que fizessem frente ao poder do pai/senhor: “O chefe da família e senhor de terras e escravos era autoridade absoluta nos seus domínios, obrigando até El-Rei a compromissos, dispoendo de altar dentro de casa e exército particular nos seus territórios” (SOUZA, 2000, p. 75).

O senhor de engenho exercia uma autoridade a nível *pessoal*, não havendo justiça, poder policial independente ou poder moral capaz de regular a *pessoa* do senhor, nesse sentido, ele era um hiperindivíduo que não internalizou qualquer limite para seus impulsos primários (id., p. 84), e cujo caráter era, o mais das vezes, despótico e segregador, orientado ao estabelecimento sistemático de relações sádicas com outros membros da sociedade. Mesmo a proteção patriarcal dependia das vontades, inclinações e caprichos do senhor.

A sociedade brasileira familiar seria em si um caso limite, sem intermediários para mediar as relações de poder, constituindo-se como unidade de medida absoluta, estabelecendo relações sociais e cultivando expressões emotivas primárias que, pela carência de limitadores, em termos freudianos, gera o sadomasoquismo como patologia social. Nas palavras de Souza (id., p. 82), o patriarcalismo brasileiro

[...] não propicia a constituição de freios sociais ou individuais aos desejos primários de sexo, agressividade, concupiscência ou avidez [...] a dor alheia, o não reconhecimento da alteridade e a perversão do prazer transformam-se em objetivo máximo das relações interpessoais.

No que diz respeito à prole, os pais tinham direito de vida e morte sobre os filhos e filhas. Poderiam interná-los em conventos, em casas de recolhimento, obrigá-los a assassinatos, ou mesmo castigá-los e matá-los por qualquer motivo que fosse, como faziam com os escravos. Seu poder sobre os filhos era ilimitado, seus direitos, protegidos por lei: “Era sádica [...] a relação do senhor com os próprios filhos, os seres que mais sofriam e apanhavam depois dos escravos” (id., p. 83).

A relação do pai com os filhos e filhas era desprovida de afeto, baseada no medo e na brutalidade extrema, não havendo instituições que fizessem frente ao poder do pai/senhor. Os filhos(as) estavam acostumados

[...] por meio de castigos físicos extremamente brutais, a não duvidarem de sua prepotência [do pai]. Os espancamentos com palmatórias, varas de marmelo (às vezes com alfinetes nas pontas), cipós, galhos de goiabeira, e objetos de sevícias do gênero, ensinavam-lhes que a obediência incontinenti era o único modo de escapar à punição. (COSTA, 1979, p. 157)

Com relação às mulheres, estabelece-se uma relação sadomasoquista: as mulheres negras e índias se tornam vítimas do abuso do senhor de engenho: “[...] o furor femeeiro do português se terá exercido sobre vítimas nem sempre confraternizantes no gozo” (FREYRE, 2003, p. 113), ou seja, tratava-se de estupro. A mulher branca, por sua vez é caracterizada

como “[...] vítima inerme do domínio ou do abuso do homem; criatura reprimida sexual e socialmente dentro da sombra do pai ou do marido” (id., p. 114). Eram bonecas para a reprodução e sexo unilateral.

As mulheres serviam de instrumento para estabelecer alianças entre famílias. Eram muitas vezes casadas à força, muito jovens, com homens cerca de 30 anos mais velhos. O casamento não envolvia afeição entre os cônjuges: era uma transação comercial, um tráfico de influências entre as famílias poderosas com o intuito de manter ou concentrar o poder entre as elites latifundiárias rurais.

Mesmo os filhos homens também eram ferramentas. O primogênito era destinado, como herdeiro, a repetir e reproduzir a estrutura social patriarcal ocupando o lugar e as funções do pai (sistema de morgadio), transformando-se num novo déspota. “Por meio desta lei [morgadio], as riquezas continuavam indivisas, favorecendo a continuidade do poder paterno” (id., p. 157), enquanto ao mesmo tempo excluía as mulheres de posições de poder. Já os outros filhos serviam para estabelecimento de alianças interfamiliares (COSTA, 1979).

As filhas mulheres não tinham direito de herdar bens familiares, eram juridicamente dependentes de figuras masculinas (pai, irmão mais velho, marido etc.) e foram categorizadas como uma espécie inferior. Na casa senhorial, viviam confinadas ao trabalho doméstico, servindo como mão de obra gratuita ao marido, zelando pelo patrimônio doméstico do homem.

No papel de filhas, eram totalmente dependentes do pai, passando diretamente a esposas de acordo com seus interesses. “O patriarca prendia as filhas em alcovas ou por trás das rótulas para evitar possíveis ligações afetivas entre elas e homens sem fortuna ou posição social vantajosa” (COSTA, 1979, p. 103-104). Nesse sentido, vê-se que elas funcionavam apenas como peças de uma engrenagem que se lhes sobrepuja em todos os sentidos.

Consta no quarto livro das Ordenações Filipinas³⁷, por exemplo: “E se alguma filha, antes de ter vinte e cinco annos, dormir com algum homem, ou se casar sem mandado de seu pai, ou de sua mãe, não tendo pai, por esse mesmo feito será desherdada e excluída de todos os bens e fazenda do pai, ou mãe, postoque não seja per elles desherdada expressamente.” (p. 928-30). Assim, vê-se um controle sobre a sexualidade feminina e sobre suas escolhas de casamento, que dependiam de consentimento do pai, cuja autoridade estava assegurada por

³⁷ *Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*. Rio de Janeiro, Typographia do Instituto Philomathico, 1870. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>>. Acesso em: 28 jul. 2021. Essas leis tiveram vigência em Portugal e em seus territórios ultramarinos desde a sua promulgação em 1603 até 1867. Mesmo após Independência de Portugal em 1822, o Brasil só alteraria seu código civil com a Constituição de 1916, nesse sentido, grande parte das Ordenações vigeu aqui até essa data.

lei. Caso aquela fosse desrespeitada, a filha errática sofreria a punição de não poder fruir do patrimônio familiar, o que era, na época, uma decisão vital na vida de uma mulher, posto que dependesse do sexo masculino para sobreviver.

O sadismo exercido pelos senhores na esfera privada da família e da sexualidade se transforma em mandonismo quando migra para a esfera pública das relações políticas. Nas palavras de Freyre (2003, p. 114)

Transforma-se o sadismo do menino e do adolescente no gosto de mandar dar surra, de mandar arrancar dente de negro ladrão de cana, de mandar brigar na sua presença capoeiras, galos e canários - tantas vezes manifestado pelo senhor de engenho quando homem feito; no gosto de mando violento ou perverso que explodia nele ou no filho bacharel quando no exercício de posição elevada, política ou de administração pública; ou no simples e puro gosto de mando, característico de todo brasileiro nascido ou criado em casa-grande de engenho.

Esse gosto de mando a que se refere o sociólogo aparece claramente na figura de um Brás Cubas, por exemplo, que quando criança se regozijava montando um menino negro escravo como se ele fosse uma mula, açoitando-o com chicote e obrigando-o a fazer o papel de animal de carga para carregá-lo. Embora o personagem não tivesse crescido na casa-grande de engenho, e sim no sobrado citadino, ele recebe a educação condizente com o sadismo perverso presente na alta sociedade carioca do século XIX. Interessante notar que essa educação é marcadamente paterna: é o seu pai que acha as suas atitudes engraçadinhas, e que não o pune em função delas; pelo contrário, as brandas admoestações meio risonhas servem de estímulo ao menino.

*

Cabe ainda lembrar nesse período o papel dos jesuítas em relação aos colonos e aos indígenas: o papel de educador com traços paternais. Eles vinham d'além-mar educar e corrigir os maus hábitos dos colonos (MESGRAVIS, 2017, p. 25), bem como “[...] forjar na América uma nação cristã pura” (id., *ibid.*). Era uma relação filial, de pai para filhos com os indígenas, em que esses eram tomados como inocentes e ignorantes, necessitando de direção por meio da catequese e da conversão à fé cristã. As missões foram, assim, *utopias tutelares* de criação de católicos perfeitos, tendo como base o corpo indígena, teoricamente infantil, dócil e amoldável aos princípios da doutrina católica.

Conforme Chambouleyron (2016), desde a chegada da Companhia de Jesus no Brasil ela buscou ocupar-se da educação das crianças, em especial das crianças indígenas. O objetivo era claro: cristianizar e converter. Os padres entendiam essas crianças como um “papel em branco” em que desejavam inscrever a doutrina cristã. Visto que era mais difícil evangelizar

os adultos, voltaram-se para os pequenos, pois acreditavam que sua conversão seria mais fácil, além disso, depois de convertidos, poderiam ensinar seus pais.

O autor nos conta que há registros da entrega de crianças indígenas por parte de seus pais para serem educadas pelos padres como um modo de formar alianças e estabelecer relacionamentos. Nesse sentido, as crianças seriam um meio para um fim, a constituição de uma nova cristandade, grande sonho dos religiosos da Companhia de Jesus.

A tal educação dada pelos padres consistia numa total aculturação dos pequenos curumins. Os costumes e tradições, por exemplo, da nudez, da poligamia, da bebida alcóolica, do uso de “feiticeiros”, da antropofagia entre outros, deviam ser abolidos e os pais repreendidos pelos filhos – o que, quando acontecia, era motivo de alegria para os padres: os filhos deveriam servir de exemplo aos pais.

Malandramente, os padres instituíam castigos físicos, por exemplo, a quem fugia da escola, no entanto, jamais os aplicavam eles mesmos, encarregando terceiros não pertencentes à Companhia para a tarefa. Com vistas a tornar a evangelização mais eficaz, além de ensinar a ler, escrever e contar utilizava-se muito da música, do canto, da dança e dos instrumentos musicais para ensinar a doutrina, o que era de grande apelo aos pequeninos. Ainda, ensinava-se também a autopunição, o açoite do corpo dos meninos indígenas por eles mesmos para, por exemplo, abrandar epidemias ou outros problemas. A ideia era ensinar a ter outra relação com o corpo, “agora macerado e domado” (id., p. 66).

Em resumo, em busca de constituir sua utopia de cristandade focavam-se naqueles que eram mais vulneráveis, as crianças, ideia reforçada pela “descoberta” da infância que se realizava no período. É assim que um dos padres da Companhia pôde escrever em carta de 1569 que “[...] esta nova criação, que cá se começa [no Brasil], está tão aparelhada, para se nela imprimir tudo o que quisermos [...] como uma *cera branda* para receber qualquer figura que lhe imprimirem” (id., p. 66, grifo meu). Assim eram vistas as crianças indígenas, como seres maleáveis feito cera, os quais bastaria amoldar à fé cristã.

*

Gostaria ainda de lembrar que o Brasil já nasce *filho* de Portugal. Ele se origina, como país, já dentro de uma estrutura familiar de tutelação colônia-metrópole. Essa relação tutelar parece estar presente nas nossas relações com outros países mais “fortes” do que nós até hoje. Essa dependência do exterior, de outras potências, em diversos períodos de nossa história (Portugal, França, Inglaterra e hoje EUA) parece ser análoga a uma relação com figura paterna, que se olha de baixo para cima, como autoridade: parece-me que o Brasil se organiza muito no reflexo do Outro.

*

Infelizmente, não me foi possível encontrar narrativas literárias que possam nos dar, com maior nuance e pluralidade de significados, uma ideia de como eram as relações entre pais e filhos no período do Brasil Colônia e que tenham sido escritos durante essa mesma época. No geral, as obras que trabalham sobre o período são posteriores, e acredito que aqui, para tratar do assunto, seria ideal utilizar obras dessa mesma data. Fique desde já o leitor convidado a contribuir para o desenvolvimento futuro desta pesquisa.

Da chegada da Corte no Brasil à Abolição da escravidão – 1808 a 1888

Em *Sobrados e Mucambos* (2004), Freyre propõe que a instauração, o desenvolvimento e o declínio das *estruturas* de casa-grande e senzala são encontrados em diversas partes do país, de norte a sul, formando um verdadeiro complexo. Embora haja enorme variação no conteúdo etnográfico, geográfico e econômico – encontraremos no sul o pastoreio, no norte a extração da borracha, em São Paulo o café, as pedras preciosas nas Minas Gerais, o cultivo da cana de açúcar, do tabaco, do algodão e do cacau no norte e nordeste – a unicidade sociológica de *forma e processo* se mantém.

Trata-se de um modelo que se repete, sem grandes alterações nos valores familiares e na sociabilidade, na estrutura fundiária, nas relações de trabalho escravocratas, na organização do poder patriarcal ou semi-patriarcal, no foco monocultor. O autor reconhece a dificuldade de definir detalhadamente esse complexo, visto sua tamanha amplitude, mas reforça que não nos devemos deixar enganar pela multiplicidade dos fatos esquecendo a forma sociológica.

O tensionamento das estruturas latifundiárias, patriarcais e teológicas da família colonial brasileira é impulsionado pela chegada da Corte portuguesa no Brasil. “Para participar de seus favores [da Corte] já não bastavam dinheiro, escravos, terras, brancura de pele, catolicismo da alma ou outra qualquer tradição de importância ligada aos costumes locais. A condição para introduzir-se junto à aristocracia era aristocratizar-se.” (COSTA, 1979, p. 106) Isso significava mudar de sensibilidade, de sociabilidade, de cultura. Essa mudança, no entanto, ocorre paulatinamente, e de forma mais lenta em algumas regiões, enquanto ocorre mais veloz em outras.

Embora os ritmos de modificação sejam diferentes, isso não nos impede de falar de um processo de desintegração lenta e contínua do patriarcado duro brasileiro. Esse processo não foi de forma alguma simples e nem a burguesia se firmou como novo poder tão rápido (FREYRE, 2004). Pelo contrário, tais modificações seguiram um rumo de desenvolvimento desigual e combinado, isto é, as estruturas arcaicas seguiram vigentes convivendo com as inovações. Tratou-se de uma modernização truncada ou seletiva (SOUZA, 2000), e não de um sedimento novo que meramente se deposita sobre os outros apagando-os.

Nessa época, tem início o processo de migração do campo para a cidade. Da casa no latifúndio, passa-se para a casa na cidade moderna. Do ambiente pouco intimista da casa-grande, habitado por inúmeras pessoas (de agregados a escravos), passa-se à intimidade do lar familiar organizado pelos princípios da medicina social. O afeto, a intimidade e o amor entre

os membros da família valoriza-se, em especial a relação dos pais com os filhos e filhas, que passarão a ter maior interesse na vida psíquica de sua prole e em sua singularidade.

Modificam-se os modos de casar: escolher um(a) esposo(a) se torna uma possibilidade, sendo fruto de características subjetivas dos indivíduos em jogo, ao invés de ser uma decisão unilateral tomada pela figura paterna. O sentimento entra em cena, assim como a aparência física, os modos e a educação dos “bons partidos”. Ser rico já não era o único critério de escolha.

Um exemplo clássico dessa mudança de pensamento é a multiplicação das fugas de moças com os homens pelos quais se apaixonavam, contradizendo a conveniência das famílias e a ordem dos pais. Havia, nessas fugas, sinais do conflito ideológico entre a mentalidade feudal patriarcal e a liberal em nítido desenvolvimento. Quebrava-se um pilar essencial do patriarcado: a obediência total da filha à figura paterna. E não eram só as filhas que resistiam. Os filhos também passaram a desafiar a escolha paterna de suas profissões, em especial aqueles destinados a ser padres (FREYRE, 2004, p. 89).

A cultura dos salões desenvolve-se pouco a pouco, em que a mulher, antes confinada à solidão das alcovas³⁸, passa a brilhar nas recepções, bailes e saraus, servindo como mediadora da carreira de seu marido pelo modo como recebia e se insinuava junto a figuras de prestígio da sociedade. “As enclausuradas nas alcovas tornaram-se antifuncionais. A corte requeria a mulher de salão, a mulher da rua” (COSTA, 1979, p. 119). Por esse serviço, as mulheres demandavam nova atenção e direitos que durante a época colonial lhes eram totalmente negados, aproveitando-se da nova situação para enfraquecer o poder patriarcal ao qual estavam submetidas.

É nesta época que a noção de família burguesa, nuclear, começa a ser apropriada. Com relação ao ambiente externo, ao invés da autossuficiência da família rural, a família citadina torna-se mais uma entre as células da sociedade, com a qual passa a se relacionar e da qual passa a depender.

Do ponto de vista econômico, tornou-se mais lucrativo para essas famílias desenvolver habilidades profissionais do que explorar a desqualificada mão de obra escrava. “Na cidade, um filho saudável e educado valia mais do que dois escravos” (COSTA, 1979, p. 141), assim, os investimentos familiares são feitos em saúde e educação. “O dinheiro pago a professores,

³⁸ Destaco que a situação da mulher no século XIX era bastante diversificada: havia mulheres trabalhando nas classes populares e médias, quem não trabalhava eram as mulheres pertencentes às elites. Em *Ordem médica e norma familiar* (1979) aborda-se apenas a elite. No entanto, a supremacia do poder masculino, no universo patriarcal, atravessa as diferentes classes sociais, mas as mulheres pobres eram obrigadas a trabalhar e tinham certa autonomia para deslocamento e para atividades que permitiam a circulação urbana.

médicos, preceptores e governantas tinha que ter retorno. Os desvios físicos e morais dos filhos desperdiçavam os investimentos” (id., *ibid.*).

Os castigos antes impostos às crianças, ou a falta de amor dos pais na infância passaram a ser condenados porque compreendidos como determinantes da psicologia e do bem-estar do adulto. Desenvolve-se a noção de ‘criança’ e a percepção da particularidade e da subjetividade de cada criança, entendendo-as como indivíduos com uma psiquê mais profundamente desenvolvida e com demandas próprias de sua idade e de sua condição infantil. O estímulo dado pelos pais começa a ser valorizado. Cresce o valor do indivíduo, floresce a ideia de interioridade e a busca pelo “verdadeiro eu”. O ser humano passa a contar paulatinamente com a noção de sujeito e começa a ser explicado em termos psicológicos.

De um ponto de vista do conflito de mentalidades, estabelece-se, a partir de metade do século XIX, um descompasso entre “[...] o homem rural, conservador, escravocrata, monarquista, de gostos clássicos e o indivíduo mais jovem, urbano por excelência, liberal, republicano, de tendências românticas.” (MARTINS, 2008, p. 27). Tal conflito tipifica dois grupos sociais, o dos fazendeiros (geração mais velha) e o dos bacharéis (geração seguinte).

Os senhores de engenho, ao enviar seus filhos para estudar na Europa, na Corte, em São Paulo ou Olinda não tinham ideia da enrascada em que estavam se metendo. Esses jovens, em função do choque geracional e do contato com novas ideias políticas, morais, de estilo e de gosto tornam-se gradualmente desertores da aristocracia rural. Nas palavras de Freyre (2004, p. 122):

O bacharel – magistrado, presidente de província, ministro, chefe de polícia – seria, na luta quase de morte entre a justiça imperial e a do *pater familias* rural, o aliado do Governo contra o próprio pai ou o próprio avô. O médico, o desprestigiador da medicina caseira [...] Os dois, aliados da cidade contra o engenho. Da praça contra a roça. Do Estado contra a família.

Segundo Martins (2008), são os bacharéis orientados por ideais românticos que instituirão a República contra a figura paternal do imperador Pedro II. Enquanto anteriormente tínhamos as míticas e atemorizantes figuras paternas centradas nos patriarcas rurais, com o tensionamento desses pais, “o pai dos pais” passa a se centrar na figura do monarca, cuja situação de rei já faz dele um “símbolo natural de paternidade” (id., p. 28).

A hipótese de Martins visa explicar o remorso e o mal-estar entre os republicanos brasileiros de 1889 em relação ao degredo e deposição de Dom Pedro II, e sua subsequente frustração e arrependimento de ter instaurado a República. Ele parte de *Totem e Tabu* de Freud e da obra de Gilberto Freyre para formular sua teoria. Segundo o autor,

Pedro II foi uma síntese de todos os pais particulares, polarizando os ódios filiais da horda rebelde. Depondo-o e exilando-o, os filhos extravasaram seu ódio ancestral,

restituindo, de maneira menos selvagem, o episódio dramático da horda primitiva, descrito por Darwin. Ora, a consequência desse parricídio foi o remorso, de que nasceu a comunidade fraternal totêmica. (id., p. 28)

Nesta análise, não cabe discutir a validade da hipótese levantada acerca do complexo de remorso dos republicanos, apenas constatar o conflito ideológico entre patriarcas-fazendeiros e filhos-bacharéis-citadinos, vivenciado com a mediação da figura paterna de Dom Pedro II, que simbolizava coletivamente a figura do Pai. Além disso, Freyre (2004, p. 161) explica que não se pode generalizar dessa forma no Brasil, dado que muitos esforços liberais e democráticos também partiram das casas-grandes rurais e não apenas dos bacharéis de sobrados citadinos.

O que nos cabe destacar aqui é que houve uma considerável transferência de poder de parte da aristocracia rural branca tanto para o bacharel ou doutor citadino (a maior parte das vezes branco, mas agora também mulato) como para o bacharel da Escola Militar, muitas vezes negro. O bacharel pobre, mulato, que não dispunha de apadrinhamento, e que tão somente estudou pelo esforço de mães e pai trabalhadores, no mais das vezes ascendeu socialmente por meio de casamentos com moças de famílias poderosas e ricas³⁹ (FREYRE, 2004, p. 722). Muito comum foi que os filhos dessa união adotassem o nome matrilinear. Nesse sentido, podemos falar não só de uma transferência de poder de pais para filhos bacharéis, mas de patriarcas para seus genros.

Este foi um período de grandes modificações, “[...] menos absorção do filho pelo pai, da mulher pelo homem, do indivíduo pela família, da família pelo chefe, do escravo pelo proprietário” (id., p. 126). Com a urbanização do patriarcalismo, individualizava-se a mulher, o menino e os negros. Mas como comentamos previamente, foi um processo lento. No começo, recém-transportados os engenhos rurais para os sobrados citadinos, aqueles eram verdadeiros inimigos da rua, e o epicentro dessa batalha era travado em torno da liberdade da mulher.

O *pater familias* buscou mantê-la o quanto pode trancada dentro de casa entre as escravas, como era nos engenhos. Ela só saía para a missa e para as quatro festas do ano, e ainda assim escondida dentro de carros fechados. Quando as visitas chegavam ao sobrado, elas tinham de sumir-se dentro de casa, como dantes. Foi só aos poucos que a rua venceu a disputa e a mulher passou a poder trotar mais livremente, expondo-se primeiro na Corte, no Rio de Janeiro, em bailes e nos teatros.

³⁹ Tal é o conflito em *O Mulato* de Aluísio Azevedo. Ali, um mulato bacharel que retorna de seus estudos na Europa e uma moça branca de sobrado se apaixonam, criando o descontentamento da família da moça, que era imbuída do racismo da época e a queria casada com um português.

No que diz respeito à arquitetura dos sobrados, ela respondia mais a uma necessidade econômica e moral de “guardar mulheres e guardar valores” (id., p. 271) do que ao clima dos trópicos. Queria-se as mulheres e meninas dormindo “[...] em quartos sem janela, no interior da casa, onde não chegasse nem sequer o reflexo do olhar pegajento dos *donjuans*, tão mais afoitos nas cidades do que no interior” (id., p. 317). Que elas espiassem a rua, mas sem ser vistas, pelas gelosias ou rótulas. Só mais tarde as varandas seriam abertas para as ruas e surgiriam os palanques.

Essa mulher, antes uma dona de casa ortodoxamente patriarcal, que levantava cedo para administrar o lar, tocar os serviços, supervisionar as costuras, gerir a “fábrica” que era a casa grande rural, agora, nos sobrados da cidade, dava lugar a uma mulher menos servil e mais cidadina: “[...] acordando tarde por ter ido ao teatro ou algum baile, lendo romance; olhando a rua da janela ou da varanda; levando duas horas no toucador [...] outras tantas horas no piano [...] na lição de francês ou na de dança” (id., p. 226).

Para indignação dos padres, essa mulher afastava-se da religião, diminuía as rezas e a devoção, confessava-se menos ainda: o médico de família começava a ganhar o lugar do confessor. O médico autônomo, mais independente do *pater familias*, será o depositário de sua intimidade, de suas dores e doenças, tornando-se uma figura em quem a mulher cidadina passa a poder confiar mais do que no marido ou no padre.

Embora essa vida semi-patriarcal tenha alargado seus horizontes, uma verdadeira possibilidade de intervir no mundo fora do sobrado ainda lhes estava vedada. Pelo menos até a metade do século XIX, suas formas de participação social ainda estavam no plano da frivolidade; a maior parte delas vivia um tanto ignorantes do mundo, das discussões políticas, literárias, das questões importantes, que decidiriam inclusive o seu próprio destino: a lei, por exemplo, seguia favorecendo a subordinação da mulher ao pai e ao marido.

No entanto, como já comentamos, a partir da metade do século XIX, o rapto de moças cujos pais não permitiam um casamento que fosse do seu agrado – isto é, entre iguais no sentido financeiro, social e, sobretudo, étnico num país racista – se tornou uma prática mais frequente. Moças e rapazes passam a desafiar a lei paterna em nome do direito de amar independentemente de classe, raça, posição social ou sangue (id., p. 246). Com a ajuda da “justiça de juiz”, que se interpõe entre a autoridade paterna e o casal de amantes, obtém-se o consentimento aos casamentos frutos de rapto, o que foi mais uma forma de enfraquecer os poderes paternos.

Outra forma de questionar a autoridade patriarcal nas cidades foi a proibição de ouvir missa em casa. A Igreja, submetida no ambiente rural às determinações dos “monarcas das

casas-grandes”, aos poucos concorre também para o declínio do patriarcalismo. Era costume que as casas-grandes de engenho, de fazendas, de sítios e mesmo de sobrados contassem com uma capela ou oratório próprios para se celebrar a missa. Nas regiões mais remotas, os padres inclusive moravam de favor nas terras dos senhores, o que fazia do capelão quase totalmente subserviente ao patriarca.

Mas isso iria começar a mudar a partir de 1886, quando mais um golpe no poder patriarcal seria desferido pelo arcebispo de Otranto, que, via divulgação de circular normativa, condenava “[...] o abuso de celebrar-se a santa missa em casas particulares, nos oratórios de família. Irregularidade que seria punida com suspensão *ad celebratione Missae*” (id., p. 240) – essa circular chegaria aos bispos brasileiros e causaria tumulto. Tal prática se sustentava em função das grandes distâncias entre fazendas e Igrejas oficiais que impossibilitavam a mor parte do povo de frequentá-las, daí a tolerância da Igreja com a instituição das capelas privadas. Porém, nas cidades, essa justificativa já não surtia efeito, abrindo o flanco dos patriarcas à autoridade dos sinos das catedrais citadinas.

*

“Que tempos seriam esses, Santo Deus?
Esses rapazes tão sem medo, tão sem
respeito pelos mais velhos e até pelos Santos,
pelo próprio Santíssimo Sacramento?
Que fim de mundo seria esse?”
Gilberto Freyre (2004, p. 199)

Conforme vimos, Durante o Segundo Reinado, por obra de Dom Pedro II, os bacharéis e doutores ascenderam social e politicamente, para desgosto dos mais velhos. Os jovens estudiosos e o Imperador compartilhavam uma cultura letrada, a idade e os novos ideais contra o patriarcado agrário: eram os “[...] aliados naturais de sua política de urbanização e de centralização, de ordem e de paz, de tolerância e de justiça.” (id., p. 193). Sua política era avessa ao excesso de poder personalista e mandão dos grandes patriarcas, ao domínio do familismo e ao culto mórbido dos mais Velhos.

Na verdade, Portugal já vinha enviando para o Brasil homens mais jovens, entre 20 e 30 anos, para governar as capitanias mais rebeldes, fazer frente às oligarquias, aos senhores de engenhos e aos senhores das Minas. Era um movimento de a um só tempo dobrar e escandalizar os velhos senhores, destruindo seu prestígio místico.

Mas é Pedro II que vem intensificar essa prática, fazendo com que jovens assumissem cargos que previamente só seriam confiados à experiência dos mais velhos. Ele se rodeia de

moços na administração pública, na política, na justiça, nas letras e na cultura em geral e na diplomacia, escanteando a sabedoria prática e realista dos matusaléns patriarcais.

Até mesmo a Igreja entra nessa dança, entregando o título de bispo a padres que apenas bigode tinham, que dirá uma barba patriarcal! E para falar em barbas, esse símbolo de respeito do patriarcado, Pedro II fazia questão de ser barbudo, mas ele, como tantos outros jovens bacharéis da época, pintava a barba de loira. Já outros as pintavam de pretas: o importante era não pagar tributo à barba branca dos mais velhos.

A partir da ascensão dos bacharéis, o respeito pela velhice, pelos pais ou avós, começa a decair. Já não se pedia a benção dos padrinhos como antigamente, nem se chamavam os pais de “Senhor meu Pai” e sim apenas de pai ou papai, já os severos avôs foram se amaciando pouco a pouco em vovôs.

Para horror dos padres e dos mestres-escolas, seus pupilos agora liam mais poemas eróticos e romances do que a Bíblia; na Igreja, estavam mais interessados em namorar do que em comungar com Deus-pai; conheciam melhor as quadrilhas do que a Ave-Maria ou o Pai-nosso; à mesa, davam suas opiniões e falavam alto mesmo na presença dos mais velhos: foram-se os bons jovens respeitosos de antigamente! (id., p. 199).

A transcrição do patriarcalismo ao individualismo deu-se nessas linhas. “Era o menino começando a se libertar da tirania do homem. O aluno começando a se libertar da tirania do mestre. O filho revoltando-se contra o pai. O neto contra o avô” (id., p. 200). Aos poucos, a atitude de independência e até de revolta dos filhos bacharéis contra os patriarcas se torna comum a ponto de rivalizarem e disputarem entre si o respeito social antes destinado apenas aos mais velhos.

Podemos dizer, em resumo, que desde a chegada da Corte ao Brasil, a maior mudança que ocorreu em nosso país foi o declínio da autoridade primitiva patriarcal, sendo aos poucos despida de seus poderes, de todos os lados, por um poder citadino supra patriarcal “[...] não só do bispo, como do regente, do rei e, afinal, do imperador. Ou do Estado, representado também pelo poder judiciário de magistrados” (id., p. 424). Todos esses faziam frente ao poder pessoalizado dos cabeças de família.

*

A seguir, veremos alguns exemplos de textos literários. Na primeira parte, os contos trabalhados se passam no ambiente citadino da Corte no século XIX e foram escritos por Machado de Assis. Trata-se de um momento conturbado de transição e modificação da figura do *pater familias*. Os personagens escolhidos para estudo exprimem muitas vezes uma mistura de registros históricos e sociais em suas características e ações enquanto pais.

Por exemplo, tratei de pais que sustentam características caducas, herdadas do *modus operandi* dos grandes pais latifundiários, como o mestre-escola Policarpo, o libertino Vasconcelos e o pai adotivo Falcão, pais que habitam a cidade, e cada um a seu modo, reatualizam a figura do patriarca colonial. Trata-se de pais que não incorporaram totalmente a nova função paterna de cuidado, e ainda se orientam em relação aos filhos como se eles fossem moeda de troca ou propriedade. Por sua vez em *O Pai* as figuras paternas mostram uma preocupação com os filhos bastante afetiva que se aproxima timidamente do atual paradigma do cuidado.

Na segunda parte, exploro as figuras do Mestre José Amaro e do Coronel Lula, presentes em *Fogo Morto*, publicado em 1943 por Lins do Rego. O livro se passa no período aproximado de 1860 até a abolição da escravidão, e retrata paternidades no âmbito rural, na época de decadência dos engenhos de cana no Nordeste do Brasil. Além disso, exploro o conto *Virginius*, de Machado de Assis, que também se passa no ambiente rural. Ambos os autores e suas respectivas narrativas dialogam com as questões históricas trabalhadas previamente.

Figurações do pai citadino no século XIX

“[...] a vista do pai, que era para ela a imagem da consciência viva.”
Machado de Assis, *O Pai*

Um conto que dialoga razoavelmente com esse período conturbado de início de transição entre registros históricos é *O pai*, de 1866, de Machado de Assis. Este conto ainda se insere no que se poderia chamar de fase romântica do autor, o que fica bastante claro em função do conflito apresentado, das descrições dos personagens e do cor-de-rosa do desenlace. Habitam o conto quatro personagens, dois pais – Vicente (um hortelão) e Davi (um poeta) – e seus dois respectivos filhos – uma moça, Emília, e um rapaz, Valentim.

Ambos os pais estão preocupados com o bem-estar de seus filhos(as), o que já não é exatamente a atitude do *pater familias* senhor de terras. Temos aqui duas figuras paternas com incipientes e rudimentares valores burgueses e citadinos que apenas começam a se insinuar. Porém, veremos como Vicente está imbuído de um sentimento católico punitivo acerca da pureza da figura feminina (projetado sobre sua filha Emília); além de testemunharmos as cruéis relações de tutela das filhas em relação aos pais e maridos, que remetem a um Brasil orientado por valores arcaicos e patriarcais.

A descrição física de Vicente é a típica de uma figura paterna de respeito: cabelos brancos em cascata a cair pelo rosto, uma tristeza que inspira uma dignidade intrínseca ao leitor, severidade e energia, além de olhos altamente observadores e desconfiados (o que poderia ser quase uma descrição da foto de Dom Pedro II apresentada previamente). Já a descrição de Emília é aquela típica da heroína romântica: jovem, bela e triste: uma mocinha encastelada, vivendo reclusa do mundo numa existência “tumular” (ASSIS, 1866, p. 2).

Moravam apenas os dois em casa, e o pai não permitia que ninguém os visitasse, condenando a filha a viver apenas com ele, num "ermo". No começo do conto, encontramos os personagens vivendo essa vida reclusa, como se a pagar alguma penitência. O mistério dessa reclusão se revela mais adiante no conto.

No destino de Emília estava "ser modesta" e "casar-se", a tutela de seu pai consistindo em “[...] encaminhar o espírito da filha de modo tal que nem lhe sugerisse ambições desmarcadas nem desarrazoadas pretensões.” (id., p. 3). Quando Emília se apaixona por Valentim, seu pai faz uma pesquisa acerca do rapaz para ver se ele "presta" para a filha, sendo o assentimento do pai em relação ao casamento a grande felicidade na vida da moça, pois na época ainda se precisava do aval dos pais (sobretudo do pai) para casar.

Fica claro no diálogo que pai e filha têm acerca do possível casamento que, sem um marido, a mulher sem pai ficava ao deus dará, sem nada. Numa fala que beira o incesto, o pai diz à menina: “[...] era preciso que o marido substituísse o pai... Ora, para substituir um pai como eu, é preciso um marido como eu fui.” (id., p. 4). Em termos jurídicos, era isso mesmo que ocorria: Emília seria tutelada não mais pelo pai, mas pelo marido. A isso se resume a figura paterna: “[...] este casamento dá-me duas *aposentações*: a de pai e a de empregado público.” Vicente, ao passar a tutela da filha ao esposo, pode se aposentar da função de pai (id., p. 5, grifo meu), como se ser pai fosse um análogo do trabalho. A função que exerciam marido e pai na sociedade brasileira da época era a de tutela sobre a mulher, que passa do *status* de filha ao de esposa, de tutelada pelo pai à tutelada pelo marido, num comércio intrinsecamente masculino.

Aos poucos, o futuro genro torna-se filho, sendo abarcado no escopo dos poderes do novo pai que adquire, ao pretender casar-se com a filha dele. Valentim, porém, precisa ausentar-se da casa da futura família por uma suposta viagem de trabalho. Ao jurar que não esquecerá Emília durante o período de ausência, Valentim jura pelo que há de mais sagrado, pela mão do pai da moça, beijando-a (id., p. 5). O rapaz, no entanto, não volta, causando grande sofrimento à Emília.

Eventualmente ele envia uma carta a Vicente devolvendo-lhe suas palavras: “[...] instituo a V. Sa. a palavra que me deu de dar-me sua filha por esposa, presente este que eu aceitava com as mãos abertas” (id., p. 10). Nesse trecho, cabe atentar aos termos usados para definir a relação, que é de dar uma pessoa para outra, no caso, a filha, que é como se fosse coisa, posse do pai. Ainda, a carta é enviada ao pai, não à Emília.

A moça se desespera ao inteirar-se do conteúdo da carta e confessa ter tido relações sexuais com Valentim antes de casar-se, o que consiste em sua vergonha: “[...] Meu pai [...] eu sou dele quer queira quer não.” (id., p. 12). Ela, então, pede perdão ao pai por ter feito sexo com o rapaz. O problema é a situação de Emília diante de um mundo que, tendo ela “pecado”, lhe vira as costas. Eis o resumo do drama de uma mulher naquela época: ao ter “perdido a virgindade” antes do casamento, ou matava-se, ou vivia na vergonha e na miséria, ou prostituía-se, já que homem nenhum se ocuparia de pagar suas despesas vitais (o montante necessário para mantê-la viva, isto é: nutrida e com um teto sob a cabeça). Sem o pai, e sem um marido para exercer o papel econômico do pai, uma mulher não podia nada. A existência de Emília ganha um aspecto mórbido: depois de ter sido “desonrada”, ela basicamente se torna uma infeliz, uma desgraçada, uma enjeitada da sociedade, para quem não há mais salvação.

Diante disso, “Não era só a fé de uma moça que fora iludida; era também a dignidade de pai e de ancião que o inconsiderado moço ultrajava, no velho pai de Emília” (id., p. 11). Ou seja, um jovem insolente ofende um pai e um ancião, duas instituições de poder que inspiram respeito e autoridade – a tradição e a paternidade.

Para enfrentar a situação, ambos decidem passar o resto da vida trabalhando em reclusão para juntar um pecúlio para Emília, para que ela não ficasse na miséria depois que seu pai morresse. Uma extrema dependência mútua os une, a ponto de que quando o pai fica doente, a moça afirma: “[...] Não me seria possível sobreviver-lhe. Que me restava mais neste mundo? Não é meu pai o único fio que me prende à vida?” (id., p. 16).

Tal é a triste história que Vicente narra a seu vizinho, o poeta Davi que, por coincidência, é o pai de um filho desviado, o próprio Valentim. O rapaz é fruto da mesma lógica de conflito geracional entre um pai representante da velha ordem e o jovem que vai para o exterior estudar e retorna com ideias diferentes, questionando o *status quo*. Novamente temos um posicionamento em favor da figura paterna benevolente e sábia, capaz de endireitar o filho perdido.

Ao viajar para o exterior para receber uma herança, Valentim passa a se crer acima dos outros, taxando o casamento com Emília de um casamento desigual. Ele estabelece novos

princípios para sua vida, que consistem em “[...] nunca olhar para baixo; [...] e de não sacrificar a minha liberdade a ninguém, de baixo ou de cima” (id., p. 10). Os ideais de superioridade de classe social supostamente baseada no dinheiro (o não olhar para baixo), e de individualismo extremo (o não ter de dar satisfações ou responder por suas escolhas a ninguém; a utópica liberdade absoluta que recusa a dimensão comunitária da vida humana) passam a orientar o rapaz, em consonância com as novas ideias liberais da época. Eis aí o conflito de gerações.

Temos dois pais neste conto, o pai de uma mulher, e o pai de um homem. Ambos os filhos se “perderam” e se afastaram da autoridade paterna. O que temos no final é um retorno à ordem paterna e da família: Valentim está arrependido, pede perdão à Emília e casa-se com ela tornando-se um marido e filho exemplar; enquanto, por sua vez, o pecado de Emília é “lavado”, pois ela casa-se com aquele que a desonrou e que agora se fará responsável por ela.

Assim, vemos o conto convergir romanticamente com a ordem patriarcal da sociedade. Não muda nela uma vírgula: as ideias supostamente revolucionárias do rapaz são “corrigidas” e ele faz o movimento de retorno à estrutura patrilinear; já Emília, vítima desde o início de um sistema patriarcal opressor, apenas vê-se contemplada em seus desejos pré-fabricados, que jamais fugiram à estrutura desde o começo do conto. Emília nunca aspira a ser uma mulher autônoma, a trabalhar, a desobedecer ao pai, a ter um amante, a não casar-se; pelo contrário, ela aceita todo o ônus da situação injusta na qual desde o começo está colocada, sendo a personagem que mais sofre com as reviravoltas do conto.

*

“Calados, olhos tristes, sem vontade própria,
eram mesmo uns carneiros.”
Gilberto Freyre

Outro aspecto que é interessante destacar nesse período é o modo como acontece a modificação e transferência daquele poder de justiciar e de julgar da figura paterna da casa-grande sob seus filhos para o ambiente citadino. Já destacamos o quanto o corpo da criança era castigado no ambiente rural, a ponto de, depois dos corpos dos escravos, ser o corpo mais punido e sob o qual se exercia o direito de matar. Freyre explica que esse poder continua a funcionar, ainda que atenuado, na casa de sobrado.

Até os sete anos, o menino era tratado por anjo, ostentava cachos, era mimado e idealizado. No entanto, dos sete aos doze anos aproximadamente passava a “menino-diabo”. Raspavam-lhe os cabelos, enxotavam-no da companhia dos adultos, deixava de sentar-se à

mesa para comer, e era tratado por “resto” a quem cumpria endireitar. Que brincasse em silêncio, que quando fosse responder a um adulto, o fizesse com os olhos e a voz baixos: “Em resumo, guardasse dos mais velhos uma distância de inferior, de subordinado, de subserviente” (FREYRE, 2004, p 180).

Agora, na cidade, além de todos os outros familiares de quem era alvo de castigos (tios, avós, padrinhos etc.) outras figuras se somavam, a saber, as do padre, do mestre-escola e do professor de latim. Com o objetivo de educar ou moralizar o menino, a pedagogia da pancada “[...] teve com a decadência do patriarcado rural seu prolongamento mais terrível nos colégios de padre e nas aulas dos mestres-régios [...] Os pais autorizavam mestres e padres a exercerem sobre os meninos o poder patriarcal de castigá-los a vara de marmelo e a palmatória” (id., p. 180). O patriarca passa sua máscara adiante, empresta-a ao professor e ao padre para que exerçam violência notoriamente sádica em seu lugar.

Se o menino não respeitava sua posição de inferior, toda sorte de castigos cruéis, privações e humilhações lhe eram impostas. Freyre relata casos de gagueira gerada por excesso de despotismo patriarcal em molequinhos escravos, meninos de formação patriarcal ou saídos de colégio de padre. Tão oprimidos foram esses meninos de colégio que eram tristes, pálidos, calados e enfermiços. A vitalidade e espontaneidade da criança era-lhe arrancada à força: que amadurecesse logo e se tornasse adulto e severo o mais breve possível.

Em *Conto de escola* (1884) de Machado de Assis lemos a história de dois meninos, Pilar e Raimundo, colegas de colégio, e de suas relações com figuras paternas problemáticas, apresentando estratégias de resistência e momentos de conflito.

Pilar, narrador memorialista do conto, relembra, já adulto, os seus 10 anos de idade, quando oscilava entre frequentar a escola ou correr solto na rua. O menino é definido como robusto, corado e muito inteligente, a ponto de acabar as lições antes dos outros. Pilar, porém, só ia para a escola por medo dos castigos do pai.

Destaca-se a violência física que o pai exerce sobre o menino, isto é, ele se dá o direito de puni-lo por meio da agressão: “[...] uma sova de vara de marmeleiro. As sovas de meu pai doíam por muito tempo” (ASSIS, 2009, p. 207). Também vemos as projeções de carreira do pai em relação ao filho, que praticamente já decidiu o que o menino vai ser em termos profissionais, na mesma linha de ação do pai de *O caso da vara* (ASSIS, 2008), que ainda respeitava a instituição senhorial do filho-padre, da época em que cada família definia que um de seus filhos seria destinado aos serviços da igreja (COSTA, 1979, p. 45).

Na escola, temos a figura do mestre Policarpo que, por um lado, é pai biológico de Raimundo (que é aluno do próprio pai); e por outro, incorpora uma autoridade de tipo paterno

em relação aos alunos. Por exemplo, quando o professor entrava em sala de aula, os alunos se levantavam em respeito e muitos lhe tinham medo.

Raimundo, seu filho, é o contrário de Pilar, sendo definido como uma criança molenga, pequena, esforçada, porém com grande dificuldade de aprendizagem. Era preciso que se esforçasse muito mais tempo do que os outros para reter a matéria. Ainda, “Reunia a isso um grande medo do pai. Era uma criança fina, pálida, cara doente, raramente estava alegre. Entrava na escola depois do pai e retirava-se antes. O mestre era mais severo com ele do que conosco.”, conta Pilar (ASSIS, 2009, p. 208).

Vemos por essa descrição uma criança soterrada em desespero e sofrimento sob o jugo paterno. O menino lhe tinha medo, era infeliz perto dele, evitava-lhe a presença o quanto podia, além de ter desenvolvido um suposto retardo cognitivo que, talvez, fosse uma somatização ou uma projeção do horror que tinha de seu pai. Para piorar a situação, além de pai, era seu professor, o que aumentava a pressão sobre o menino.

O conflito do conto se instaura porque Raimundo precisa da ajuda de Pilar para compreender uma lição e evitar um castigo de seu pai. O medo de Raimundo fica claro, pois ele cuida que o olhar do pai não esteja sobre ele para receber a explicação de Pilar. Entra em jogo a questão do olhar do pai, sempre sobre o filho, que vivia sob o terror da vigilância constante. “Como era mais severo para o filho, buscava-o muitas vezes com os olhos, para trazê-lo mais aperreado”, ou seja, como um cão (*perro*, do espanhol) – à coleira, obediente e nervoso.

Parece que Raimundo não tinha sequer um momento de sossego, relaxamento ou liberdade. O menino se via compelido a entender a lição a qualquer custo, por isso, oferece a Pilar uma moeda que ganhara da mãe em seu aniversário, e à qual era afeiçoado, em troca de ajuda. Claramente, seu processo de aprendizagem era prejudicado pelas condições de terror em que vivia. O narrador chega a comparar Raimundo com um “pobre-diabo”.

Destaco o papel dos instrumentos de punição no conto, que são análogos. A palmatória, “[...] com seus cinco olhos do diabo” (id., p. 211), ficava à vista de todos os estudantes dependurada na sala de aula, sendo utilizada pelo mestre Policarpo para punir os supostos maus alunos: “Era só levantar a mão, dependurá-la e brandi-la, com a força do costume, que não era pouca.” (id., *ibid.*). E por sua vez a vara de marmeleiro, utilizada pelo pai de Pilar. Ambos os instrumentos são usados como forma de correção de crianças entre 10 e 11 anos de idade por figuras que exercem um poder de cunho autoritário e paternal sobre os corpos dessas crianças.

Também destaco o papel da resistência dos meninos aos poderes dos respectivos pais. Raimundo, como forma de evitar o castigo, procura comprar explicações sobre a matéria que não compreendera longe dos olhos do pai, enquanto Pilar segue gazeando aulas e correndo ao ar livre em favor de sua liberdade de ser o que quisesse, ainda que tivesse de suportar as sovas do pai. Ainda, o narrador afirma que ambos sabiam como enganar o mestre escola.

Chama a atenção que o abuso que Policarpo podia ter em relação à escola era normal: ele podia ficar lendo jornais durante a aula inteira sem se importar com os alunos, que lá estavam internados para fazer absolutamente nada. Os tipos de ações permitidas ao professor eram diferentes das ações permitidas aos alunos: esses não tinham a liberdade de ação ou autonomia dentro da sala de aula, enquanto aquele as tinha.

O mestre afinal acaba percebendo o comércio entre Raimundo e Pilar em função da delação de um terceiro aluno. Policarpo fica furioso, brada “com voz de trovão” (id., p. 214) e enterra “pela consciência dentro um par de olhos pontudos” (id., p. 215) em Raimundo, que começa a tremer de medo. A classe inteira estaca apavorada e observa a situação. Raimundo fica mudo, não consegue falar, apenas soluça um “Perdão, seu mestre...” (id., *ibid.*), ao que Policarpo responde: “Não há perdão!” (id., *ibid.*).

Não fica claro porque os alunos estão sendo castigados. Qual seria o problema de um garoto ensinar a matéria a outro em troca de dinheiro? Não é esse inclusive o papel do professor, ensinar? Seria o caso então de o professor estar sendo roubado em sua autoridade de ser aquele que sabe por um menino de 10 anos, o que se torna intolerável e deve ser punido? Em última instância, parece ser a autoridade do professor que está sendo questionada pela ação dos garotos.

O sem fundamento do castigo se explicita pela falta de argumento do professor. A única coisa que ele diz aos alunos são xingamentos – “sem-vergonhas, desaforados, porcalhões, tratantes, faltos de brio” (id., p. 216) –, mas ele nunca explica porque aquela é uma má ação. Trata-se do castigo pelo castigo, da tortura física (as doze palmatórias em cada mão) e do terror por eles mesmos. Nesse sentido, podemos pensar num poder que se expressa de modo niilista: fundamentado no nada. Trata-se de uma autoridade que gira no vazio, e talvez a ação de Pilar de ocupar o lugar do professor ensinando explicitamente esse vazio.

Este é um poder que não perdoad. Ele reaparece em outros contos de Machado de Assis que envolvem uma figura que detenha poder e um subalterno que está sob sua autoridade e que comete algum erro. Os erros dos subalternos são sempre imperdoáveis e demandam punição imediata, tal como em *O caso da vara* (2008), em que a adoentada menininha escrava é punida por sua professora de costura com uma sova de vara de marmelo.

Este conto parece se situar antes das reformas higienistas na educação brasileira, porque ainda se acreditava na palmatória como modo de emendar a criança. Segundo Costa, “Toda a moralidade dos colégios deveria ir contra a prática de castigos corporais. A punição degradava as crianças sem nenhum resultado positivo.” (1979, p. 198): Raimundo e Pilar, porém, sofreram as consequências daquele tipo de escolarização.

*

“[...] é apenas uma mulher que eu te dou.”
Machado de Assis, *O segredo de Augusta*

O tema da venda de filhas e sobrinhas por parte de figuras paternas aparece retratado em *Anedota Pecuniária* (1883) e em *O segredo de Augusta* (1870) de Machado de Assis.

No primeiro conto, o personagem principal, embora não seja pai biológico das sobrinhas que adota no decorrer do conto, acaba exercendo a função de pai das duas moças. O nome do personagem, Falcão, já indica seu aspecto ganancioso, predatório e o seu olhar cobiçoso de ave de rapina. Esta é a história de um avarento que vende, em série, duas sobrinhas, por amor ao dinheiro.

No caso da primeira afilhada, Jacinta, ela é dada em casamento a um amigo para que Falcão não tivesse que arcar com os déficits de um investimento malogrado. Chico Borges, o noivo, aproveita-se do fraco de Falcão pelo dinheiro e lhe propõe arcar com o ônus, desde que lhe concedesse o casamento com Jacinta, dantes recusado.

Notamos que Falcão é apegado à Jacinta, querendo-a para si como pai, conforme nos conta o narrador. De acordo com esse, a paternidade de empréstimo é mais egoísta do que a natural, tornando a separação do adotado mais difícil. Por isso, o pai emprestado de imediato recusa o pedido de casamento. Porém, diante da oferta de Chico Borges, que Falcão não pode recusar, ele cede a sobrinha ao pretendente.

Falcão ainda adota uma segunda sobrinha, mas acaba por vendê-la da mesma forma a novo pretendente, só que desta vez não por dinheiro em si, mas pelo símbolo do dinheiro: uma coleção de moedas de diversos países. Falcão vende essa segunda sobrinha pelo fetiche do dinheiro ou talvez pelo dinheiro fetichizado.

Nota-se, ainda, que desde o começo do conto Falcão já vê um filho como um investimento: “[...] um filho ou uma filha, se ele o tivesse, era como receber um patacão de ouro. Infelizmente, esse outro capital devia ter sido acumulado em tempo.” (ASSIS, 1883 p. 82). Aparentemente, era assim que o desejo de ser pai se manifestava no personagem: travestido de ouro.

Falcão vende as afilhadas por “erotismo pecuniário” (id., p. 81), capaz de vencer até mesmo o amor genuíno que tinha pelas duas moças, os arroubos paternos e quaisquer outros sentimentos morais. O que o domina é o amor ao dinheiro, o que me leva a pensar que as teria dado em casamento a qualquer pessoa que lhe fizesse a melhor oferta. Inclusive, é do conhecimento do caráter de Falcão que se aproveitam ambos os pretendentes das moças. Calhou de as moças terem sorte e casarem com homens de seu interesse, porém, a responsabilidade paterna diante das filhas adotivas é praticamente nula quando confrontada com seus impulsos mais íntimos na direção do acúmulo monetário.

Autoridade vem com responsabilidade. Se ele tinha autoridade sobre com quem Jacinta e Virgínia casariam, era necessário que tivesse também a responsabilidade de pensar em seus destinos, e não que cedesse à sua obsessão pecuniária. Isso faz de Falcão não um pai, mas praticamente um agente de câmbio de moedas, já que ele troca um ser humano por um valor, o que metamorfoseia o próprio ser humano em uma moeda de troca, em mercadoria.

Poderíamos pensar na situação de Falcão como sendo a situação de qualquer pai pertencente às classes abastadas na época que Machado de Assis retrata (final do século XIX), pois todos eles tinham de agregar um valor às suas filhas (o dote) e, se me é permitido usar este termo, vendê-las aos seus pretendentes. De acordo com Marques, o dote era um pecúlio que deveria servir de amparo à mulher quando ela entrava na família de seu esposo.

Após o casamento, o homem se tornava a cabeça do casal e assumia a responsabilidade sobre o patrimônio comum e sobre o dote trazido pela mulher. O marido devia zelar pela manutenção do dote e não dilapidá-lo, pois a mulher podia, em teoria, reivindicar o que era seu no futuro. Da mesma forma, a doutrina jurídica sustenta que o dote não estava sujeito a responder por dívidas do marido. (MARQUES, 2012, p. 118)

A autora, no entanto, ao analisar casos de mulheres brasileiras no século XVIII cujos maridos contraíram dívidas e usaram o patrimônio em comum, incluindo o dote, para pagá-las, nos mostra que ao acionar a justiça para fazer uso de seu dote ou impedir que fosse utilizado para saldar dívidas do esposo, essas mulheres tiveram seus direitos negados. Ou seja, o dote era um amparo duvidoso.

Segundo Costa, na sociedade colonial

Pelo dote, a mulher transferia ao marido parte dos bens de sua família de origem. A natureza eminentemente econômica da transação matrimonial tornou esta cláusula um requisito indispensável à sua efetivação. Sem dote, a mulher estava votada ao celibato. [...] A circulação de bens condicionava a circulação de mulheres [...]. (1979, p. 216)

Na época em que Machado escreve este conto, o morgadio – prática instituída por lei que consiste em destinar a herança ao primogênito do sexo masculino, passando os bens entre homens apenas – já havia sido extinto (fora abolido em 1835). As mulheres já podiam ser

herdeiras, o que por si só contribui para o processo de decadência do poder do patriarca, ainda que a instituição do dote persistisse.

Retomando a discussão dos contos, em *O segredo de Augusta*, Vasconcelos é um libertino que vive sua vida na boemia, esbanjando suas rendas em luxo e prostituição até o dia em que descobre estar falido e endividado. A partir daí, resolve casar (vender) sua filha Adelaide de 15 anos com um homem rico, a despeito do desejo de casar ou das inclinações afetivas da menina.

A ética colonial repudiava o trabalho. O branco livre não se imaginava exercendo uma profissão que lhe exigisse ocupação manual. O chefe de família digno não trabalhava: vivia de rendas ou da exploração parasita do trabalho dos outros. Se não era proprietário de terras ou comerciante, procurava locupletar-se em algum cargo burocrático da administração pública. (COSTA, 1979, p. 168)

Vasconcelos ainda não respondia à ética do trabalho livre, parte substancial do novo capitalismo burguês. Tal moralidade era destinada também às elites e visava transformá-las de indolentes em trabalhadoras, inculcando nelas a ideia de “[...] adquirir a propriedade através do trabalho, e preservá-la através do direito” (id., p. 203), coisa totalmente impensável para a mentalidade colonial, que repudiava o trabalho porque o via como uma coisa corporal, de “negro”, destinada aos escravos. Tal indolência segue em curso na personagem de Vasconcelos: desprovido de escravos para explorar, ele encontra em sua filha um modo de enriquecer.

O aspecto cretino do personagem se explicita quando Gomes, um camarada seu na sociedade dos libertinos, afirma estar apaixonado por sua filha e pede sua mão. O pai responde que apenas com uma condição: se a paixão for recíproca. Ao descobrir, porém, que estava endividado, esquece a condição e mesmo a recusa explícita de sua filha é incapaz de demovê-lo. Em suas palavras: “Gomes é rico [...] Gomes casa-se com Adelaide, e como é meu amigo não me negará o que eu precisar.” (ASSIS, 1870, p. 15).

O pseudo diálogo que Vasconcelos entretém com Adelaide acerca da proposta de casamento é desconcertante. O narrador afirma que vai “sondar” a filha quanto aos seus desejos de casar com Gomes, porém, na verdade, o que o pai lhe faz é um comunicado, num tom autoritário, que termina com estas palavras: “Adelaide, o primeiro dever de uma filha é obedecer a seu pai, e eu sou teu pai. Quero que te cases com o Gomes; hás de casar.” (id., p. 17) diante da súplica da menina: “Oh! papai, disse-lhe Adelaide com os olhos rasos de água, peço-lhe que não me case ainda...” (id., *ibid.*). Mesmo quando seu irmão, Lourenço, o insta a

não obrigar a filha a casar-se com um libertino, Vasconcelos reafirma o poder do pai e proprietário: “É a minha vontade, e nesta casa quem manda sou eu.” (id., p. 19).

Todos esses diálogos ocorrem em meio a grande cinismo e sordidez. Vasconcelos, enquanto arma o casamento da filha, apenas se prepara para dar continuidade à sua vida de libertino interrompida momentaneamente pelas dívidas. Em momento algum o pai pensa em trabalhar para reconstituir a herança malgasta por meio do trabalho ou considerar o ponto de vista da filha: ela é um meio para alcançar um fim e só.

Não aprofundo a análise da figura materna aqui, dado que o foco é a figura paterna, porém destaco que a mãe também atua de modo irresponsável, primeiramente mandando a filha viver na roça por vaidade, para não mostrar à sociedade que tinha uma filha; e, num segundo momento, buscando impedir seu casamento para evitar tornar-se avó. Ou seja, neste conto, ambos os pais atuam de modo sórdido, cada um de acordo com suas paixões, o que faz da filha mero brinquedo.

Também atua de modo sórdido seu pretendente, o libertino Gomes, que buscava no casamento com Adelaide apenas uma forma de saldar suas próprias dívidas por meio do dote da moça, visto que Gomes acreditava que seu amigo Vasconcelos ainda era rico. Assim, o pretendente e o pai são guiados pelos mesmos motivos.

Em minha opinião, em ambos os contos, trata-se do retrato de dois pais que poderíamos colocar na categoria de pai do “oba-oba”. São sujeitos irresponsáveis, orientados intimamente apenas por suas paixões e caprichos sem jamais pensar no bem-estar de suas filhas. Nisso eles se diferenciam de pais como Vicente e Davi (*O Pai*) ou Julião e Pio que veremos em seguida em *Virginius*, pais que se responsabilizam pelos destinos de suas filhas e filhos num *crescendum* que culmina na autoridade absoluta, no poder de vida e morte sobre eles e de decisão acerca de seus destinos profissionais ou matrimoniais. Entretanto, com ou sem responsabilidade, o aspecto despótico desses pais está sempre presente. Eles sempre são a autoridade final sobre os destinos de sua prole.

Figurações do pai no ambiente rural no século XIX

Em *Fogo Morto* (2017), José Lins do Rego retrata a decadência do ciclo da cana-de-açúcar, dos engenhos nordestinos, do próprio patriarcado rural, enfim, de todo um sistema de produção então vigente, e ainda dialoga abertamente com as obras sociológicas *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados & Mucambos* (FREYRE, 2003; 2004) fazendo figurar, por meio de três personagens masculinas centrais, todos pais de família, inúmeros traços de uma sociedade

patriarcal violenta e discriminatória. A seguir, abordo dois desses personagens, o Mestre José Amaro e o Coronel Lula.

Mestre José Amaro e sua família

Homem do povo, o mestre artesão de selas vive em uma casa humilde com a família (sua esposa Sinhá Adriana e sua filha Marta), numa região de passagem na estrada, nas terras do engenho Santa Fé, propriedade do Coronel Lula de Holanda. José Amaro ali vive de favor, sem pagar foro (mensalidade para viver na terra alheia), porque o sogro de Lula, proprietário prévio do engenho, concedera a terra e a casa para seu pai, também um mestre seleiro, porém famoso na época, cujo destino foi diferente do de seu filho.

Pobre, mas “de princípios”, vemos o personagem falar de si para os outros na terceira pessoa, reafirmando suas convicções de não se submeter aos senhores ricos da região: “Não sou criado de ninguém. [...] Aqui nesta tenda só faço o que quero [...] Mestre José Amaro é pobre, é atrasado, é um lambe-sola, mas grito não leva” (REGO, 2017, p. 33, 34, 40). Mesmo perdendo paulatinamente o ofício em função da industrialização – “Hoje estão comprando tudo feito. E que porcaria se vendem por aí” (id., p. 34) –, o mestre se recusa a prestar serviço para determinados senhores de engenho.

Junto ao mestre vivem a filha, Marta e a esposa, Sinhá Adriana. A filha é comumente maltratada e escoraçada pelo pai, que não a entende nem parece aprová-la. Ao referir-se a ela para um compadre, diz: “Tenho esta filha que não é um aleijão” (id., p. 35). O mestre a critica em praticamente tudo: ela não pode cantar ladainhas de igreja, não pode vender seus bordados para determinados engenhos (com os quais o mestre cortou relações), ela já tem 30 anos e não se casou nem pariu filho, ela vive chorando e triste e é motivo para o pai desejar um filho homem:

Ele queria mandar em tudo como mandava no couro que trabalhava, queria bater em tudo como batia naquela sola. A filha continuava chorando como se fosse uma menina. O que era que tinha aquela moça de trinta anos? Por que chorava sem que lhe batessem? Bem que podia ter tido um filho [...] que fosse homem macho, de sangue quente, de força no braço. Um filho do mestre José Amaro que não lhe desse o desgosto daquela filha. [...] Bastava uma palavra, um carão para que aquela menina ficasse assim (id., p. 39).

Quando a esposa lhe pede que pare de agredir a filha, o personagem responde: “Nesta casa mando eu. [...] Falo o que quero. [...] Isto é casa de homem” (id., p. 36). Vê-se o autoritarismo do “cabeça” da família entre os homens do povo, entre os que não são senhores de engenho. A estrutura familiar baseada na autoridade e no mando masculino se repete em

todos os estratos sociais retratados no livro, porém toma formas peculiares a depender da força das estruturas de poder envolvidas.

Ao referir-se à esposa, ele a chama por “vaca velha” inúmeras vezes e diante dos outros inclusive. Amaro também a manda calar a boca, definindo-a como uma esposa de “língua solta”. Na época, não era comum que as mulheres respondessem aos maridos, mas no caso em questão Sinhá responde no mesmo tom, mandando-o calar a boca de volta e ralhando com ele para que pare de perturbar gratuitamente a filha infeliz. Existe a possibilidade, no horizonte de Sinhá, de simplesmente abandonar o marido, não está unida a ele por um casamento imutável, na Igreja, como é o caso da esposa do Cel. Lula, que discuto adiante.

O casamento com Sinhá, segundo José Amaro, ocorrera porque a mulher estava ficando velha e não tinha marido. Então casara com ele, mas não lhe tinha amor: essa era uma das desgraças de sua vida. De fato, Sinhá sentia nojo do marido desde o início do casamento, quando foram viver juntos na casa inundada pelo cheiro de solas de couro que o seleiro batia diariamente. A personagem tinha de se esforçar para suportar o cheiro do marido quando ele se achegava nela: “Era o cheirar de sola, a inhaca medonha de que não podia se separar. Por fim acostumou-se. Teria que viver ali, mas custou-lhe um pedaço da sua vida”. (id., p. 82).

Sinhá apegava-se à vida em função da filha, sua existência lhe dava coragem de seguir vivendo: “Tudo sofrera calada, como escrava, sem direito a levantar a voz, dar uma opinião para resolver uma coisa. [...] de tudo [Zeca] sabia, só ele é que tinha razão” (id., p. 83). Adriana tinha medo do marido como se ele fosse um senhor de engenho, não lhe era possível conversar com ele: “Vivo nesta casa sem uma criatura que me console” (id., p. 143) afirma a mulher. Assim, se nota a opressão em que viviam as mulheres, já destacada por Freyre (2003).

O personagem Amaro é bastante complexo. Ele vive embrutecido em sua raiva das estruturas de mundo às quais está submetido – o bater das solas decadente, a filha choradeira e sem marido, a quem sempre desejava dizer “[...] qualquer coisa que lhe doesse” (id., p. 48), a esposa respondona, a mágoa de não ter tido filho homem, o abuso constante de senhores de engenho poderosos sobre os pobres (roubando-lhes as terras com seus capangas, não pagando por serviços prestados, falando no grito e na faca, tentando coagir o voto etc.) e sobre as autoridades locais (delegados e polícia locais que se submetem aos senhores), enfim, tudo isso faz com que o homem viva encastelado (ou melhor, encasebreado) em seu orgulho de mestre artesão arruinado pela miséria. Ainda assim, “Sinhá, sua mulher, era a culpada de tudo” (id., p. 40), frase reiterada ao longo do romance inúmeras vezes e que expressa a raiva mortal que sentia pela esposa. A secura no trato, o isolamento social e familiar e o orgulho mesmo na decadência são as palavras-chave para o personagem.

Marta, por sua vez, vive com medo do pai (em sua presença não levanta os olhos), encolhida, chorando, triste. Ela nunca reage aos maus-tratos e a não aceitação do pai, a não ser com lágrimas, sendo comparada a um “cordeiro manso”. Vivia dos afazeres domésticos: buscar água, cozinhar, fazer trabalhos de renda, rezar, cuidar das galinhas. Era magra, tinha olhos “amortecidos” e uma boca de “dor nas entranhas”. Nas palavras de seu pai, a moça se parecia com o povo da casa-grande do Lula de Holanda nos gostos, como se não encontrasse sentido na vida monótona e misérrima que vivia com sua família.

Aos poucos, a moça passa a dar sinal de doença: ela tem crises em que grunhe e bate com o corpo no chão. Ao fim das crises, ela fica muda, com o olhar pairando no nada, letárgica. Após uma breve melhora, em que inclusive ela peita o pai timidamente, e depois de modo aberto, num primeiro movimento de revolta, o pai a espanca de forma brutal com a sola de couro, afirmando que batendo ele cura a doença de Marta, que após segundo espancamento ainda mais brutal endoidece de vez.

Na sua loucura, ela balbucia frases entre risos estridentes e choros melancólicos que sugerem abuso sexual sofrido de parte do pai: “Menina, menina, mijá em cima de mim” (id., p. 152). Durante as surras, Sinhá pedia ao marido que não matasse a filha, mas fugia para fora de casa com medo de também ela ser morta a pancadas por José Amaro. Com o tempo, Marta é enviada a um hospício na capital.

A narrativa dá subsídios consistentes à interpretação de que Marta tenha sido abusada sexualmente por José Amaro, o que se expressa no medo do pai, e no rancor pela mãe. Muitas vezes, a filha foge das carícias da mãe, se fecha com ela, o que pode indicar que a menina a culpava por não ter feito nada a respeito dos abusos. As fofocas dos vizinhos acerca de sua família propõem que José Amaro é um pai que fazia “coisas com a filha” (id., p. 104). Destaco, ainda, a tristeza de Marta, pontuada pela raiva do pai em relação a ela, que parece ser fruto não de uma raiva da própria menina, mas dele mesmo por ter violentado a filha e contrariado o discurso que fazia de si para si de que ele era um homem “de princípios”.

A situação do mestre José Amaro se deteriora de vez quando é chamado por Lula de Holanda para uma pseudo conversa. Num diálogo memorável entre os dois personagens, em que o sadismo exercido na esfera íntima e familiar por Lula metamorfoseia-se em mandonismo ao reafirmar as hierarquias em jogo apenas com base em suas inclinações, sentimentos e interesses (SOUZA, 2000; FREYRE, 2003) o coronel, senhor de engenho e proprietário da terra – na paradigmática tradição do “você sabe com quem está falando?” – expulsa José Amaro de seu casebre, que fora antes de seu pai e onde viveu a vida toda:

“[Lula:] Quem manda nesta terra, hein, mestre José Amaro? / [José Amaro:] Quem manda é o senhor de engenho. / [Lula:] Mando eu, hein, mestre José Amaro?!” (REGO, 2017, p. 174).

Reafirma-se o mando e a posse da terra repetidamente num mantra infernal que gera inúmeras questões para o mestre seleiro:

A terra era do senhor de engenho e este podia fazer dela o que quisesse. Então não havia um direito que lhe garantisse sua casa? [...] Não haveria um direito para ele? A terra era do senhor de engenho e ele que se danasse, que fosse com os seus cacos para o inferno. [...] Na escuridão, na rede que rangia nos armadores de corda, tinha raiva, tinha vontade de destruição, de matar, de acabar com o outro (id., p. 178-179).

Coronel Lula de Holanda e sua família

“O senhor novo tinha coração de fera”
J. Lins do Rego

A segunda parte do livro narra a vida do Coronel Lula de Holanda, proprietário do engenho Santa Fé. Homem dado aos luxos: a casa-grande tinha quadros, tapetes, espelho, um piano. Ele jamais saía a pé, mas sempre num cabriolé, o único da região. Tinha hábitos europeizados ou talvez citadinos: ficava dentro de casa vestido de gravata, lendo jornais, fumando cachimbo e rezando obsessivamente. O coronel herdara o engenho de seu sogro, o capitão Tomás, homem trabalhador e ativo que levantara o engenho ele mesmo, com o suor do próprio rosto e da escravatura, homem em tudo diferente da morosidade do genro.

Lula casara-se com Amélia, filha de Tomás, à qual o pai deu educação refinada: a moça estudara na capital, aprendera a ler, escrever, tocar o piano; não gritava com os escravos como as outras senhoras de engenho, sendo caracterizada como um anjo delicado. Os pais não queriam qualquer um para marido da filha, achavam que os homens da região não prestavam para a menina, pois: ou tratavam as mulheres como animais, ou “comiam as negras do pai como pais-d’égua” (id., p. 199), ou então eram secos e duros, voltados apenas ao trabalho.

Foi então que a fina flor do Lula apareceu. Ambos se apaixonam e se casam com o consentimento do pai. É nesta altura que se nota o início do processo de decadência do ciclo da cana. O genro nada queria com o trabalho e com o engenho. Não saía de casa para cuidar da terra, deixava tudo ao encargo dos feitores, “[...] só queria viver de sala, naquela lordeza, falando de política” (id., p. 209). Os prognósticos do capitão Tomás, ao observar a situação, são os piores: “Ele sabia o que era uma propriedade sem senhor de fibra, tomando conta de tudo. O que fariam os negros com um banana na casa-grande, ouvindo piano, lendo jornais, tratando da barba?” (id., p. 210).

Pouco a pouco, Tomás se deprime e se alheia da realidade. À tristeza de um engenho sem futuro se soma a loucura da segunda filha do casal, Olívia, que também é internada no hospício, como Marta. “Tudo para ele [Tomás] se fora de vez. Os partidos de cana, a escravatura gorda, os roçados de algodão. Tudo se fora para a vida do senhor de engenho”. (id., p. 219). Aqui a questão é a herança. Não tendo um filho homem à imagem de si mesmo para servir de herdeiro, tudo que é seu passa às mãos do genro molenga, que não lhe dá segurança de futuro e prosseguimento. Ele vê seu trabalho duro, suado, de anos a fio caminhando para uma lenta, mas inexorável ruína. O sentido de sua vida se esvai, e o homem vigoroso passa a chorar como menino inutilizado na rede, sem cuidar das suas coisas.

Quem toma a frente do engenho é a esposa, D. Mariquinha que, como Tomás, também era mulher de fibra, trabalhadora. No entanto, o povo da região comenta o caso com maledicência: “Com um genro dentro de casa, a velha Mariquinha preferira ser o homem da família” (id., p. 220), o que nos mostra o preconceito com o trabalho feminino, invisibilizado e inferiorizado em relação ao do homem.

Um aspecto essencial para a narrativa e que dialoga diretamente com Gilberto Freyre (2003) é a oposição entre desgosto por trabalho duro e gosto por mando e autoritarismo, tendências que determinam o personagem Lula. O coronel, em tudo diferente do sogro Tomás, gostava de gritar com os escravos e de mandar surrá-los por qualquer ninharia: “Negro só mesmo na peia” (REGO, 2017, p. 222). Era mesquinho com a alimentação da escravatura, retirando privilégios alimentícios concedidos por Tomás previamente, proibira os cultos religiosos de matriz africana e destratava os velhos escravos de respeito do engenho. Nas palavras de uma das escravas: “Seu Lula gosta de dar em negro, sinhá” (id., *ibid.*). Na decadência, parece que o autoritarismo e a crueldade florescem de modo especialmente brutal.

Contra o genro, D. Mariquinha passa a proteger os escravos e não permitir que se batesse em ninguém sem razão. No entanto, com a morte de Tomás, Lula entra em disputa direta com a sogra, exigindo dela as economias em ouro de Tomás e o mando do Santa Fé, ameaçando contratar advogado para alcançar seus fins. Com a pressão da família, Lula cede, porém seus intuitos ambiciosos ficam claros: “Viera para se casar com o dinheiro do capitão, queria roubar a viúva. Era um infeliz” (id., p. 224), um caça-dotes.

O autoritarismo de Lula se exacerba e vemos crescer nele uma obsessão com o mando e a crueldade verdadeiramente monstruosa. Fazia da esposa o que bem entendia e desrespeitava a sogra. Quando sua filha, Nenén, nasce apenas ele se ocupa de sua educação, não aceitando opinião de mais ninguém e não permitindo que a avó se aproximasse da menina. Assim que D. Mariquinha morre, a lei cruel de Lula se instaura. Seu feitor de escolha

massacrava os escravos no chicote como um carrasco, tudo a mando de Lula, fazendo do Santa Fé o engenho mais sinistro da região. Com a abolição da escravatura, entretanto, os negros todos se vão embora do engenho e Lula fica em apuros, sem trabalhador para tirar sua safra. O ouro destinado à educação de Nenén começa a ser posto em uso. A herança passa a ser lentamente dilapidada.

A situação de Amélia é triste. Vivia muito calada em seu canto sofrendo. Lula não era o marido delicado que prometera ser, no entanto, ela vivia em negação, procurando não ver seu caráter. Era passiva ao extremo, jamais contrariava ou questionava, apenas chorava suas circunstâncias. Amélia era capaz de reflexão, porém não era capaz de ação contra o marido em momentos decisivos.

Quanto à Nenén, fora educada em Recife e voltara para o engenho moça prendada. O pai, como sempre, ficava encantado e pegado nela, que era a cara dele, um seu espelho, loira de olhos azuis (europeizada, inspirava “orgulho de raça”), o total oposto de Amélia, que era da gente “dos engenhos”, na visão de Lula, gente menor, tratada por ele com menosprezo.

O marido só tinha olhos para a filha, que cuidava com um zelo exacerbado, aproximando-se do doentio, como se verás. “Nenén era como se só fosse filha dele. Lula fazia de pai e de mãe da menina. A princípio achou bonito aquela dedicação do marido. Tudo que fosse para Nenén teria que ser feito por ele. Agora via que Lula exagerava [...] Lula fazia de Nenén toda a razão de sua vida.” (id., p. 234).

A obsessão com a filha se expande

Às vezes surpreendia-se embevecido, como se estivesse enamorado pela filha. Nos seus silêncios terríveis, só pensava nela. Amélia não existia [...] Só ela vivia, só ela era criatura humana, filha de pele cor de leite, de olhos azuis, de cabelos louros como os de sua gente no Recife (id., p. 239).

E culminaria com pai não lhe permitindo casar-se porque homem nenhum era bom o suficiente para ela. Quando Nenén se apaixonou por um rapaz, o coronel enfurece-se e a trata como uma criminosa. Uma obsessão com a fuga da filha com o rapaz toma conta dele, que a aprisiona dentro de casa ainda mais, impedindo-a de ir à janela ou sair do quarto sob ameaças de morte. “Tudo estava muito bem trancado. Então, seu Lula pôde olhar para sua filha como uma propriedade sua; que ninguém tocaria” (id., p. 256). A menina murcha. Passa os dias dentro de casa lendo, nunca via gente, torna-se moça velha como Marta.

O engenho, por sua vez, se arruína. A cada ano mói menos e o lucro diminui devido à falta de empregados, de animais, de manutenção, de insumos etc. Lula nada faz pelo engenho, só faz utilizar a herança em ouro que Tomás lhes deixara. Quando um excelente lavrador se emprega no engenho e lhe dá lucro, Lula logo se incomoda com as “exigências descabidas”

(id., p. 270) do assalariado e ele se demite. Amélia passa a administrar o Santa Fé, porém não tinha o calibre de sua mãe e o engenho segue decaindo.

Façamos um balanço dos dois personagens no que diz respeito às questões que nos importam. Quanto às figuras femininas, mulheres eram apenas mães, filhas e esposas, ou seja, jamais extrapolavam seu papel social estereotipado junto (atrás) do homem. As figuras femininas que procuravam escapar a esse padrão iam parar no hospício, “enlouquecidas”. Esposas e filhas eram posses dos homens: “*Tenho* uma mulher e uma filha. É tudo o que *tenho*” (id., p. 85, grifo meu), nos diz o mestre Amaro. Já Nenén foi proibida de casar-se. Naquele universo, ainda era o homem a única figura que podia se impor e mudar o curso da realidade, sobretudo se esse homem for poderoso, como um senhor de engenho ou um cangaceiro.

A agressão paterna se dirigia fortemente contra as filhas mulheres. Nas palavras de José Amaro: “A filha voltava da beira do rio naquele seu passo de velha. Teve ímpeto de sacudir-lhe aquele martelo, de quebrar-lhe o corpo em pedaços” (id., p. 119), a filha era designada como um “fracasso” e seu desejo era ter tido um filho homem, que era louvado e desejado nas famílias, pois era visto como dotado de poder de mando e força.

No que tange ao personagem negro Floripes, era agregado do engenho de Lula de Holanda e o chamava de padrinho, sendo por ele chamado de afilhado. Quando Lula queria dar um recado para alguém, mandava o rapaz. Geralmente, seus recados eram uma espécie de ameaça velada, não explícita, mas que visavam coagir ao ameaçado a votar conforme seu gosto, a não expressar certas ideias etc. Acredito que haja possibilidade de Floripes ser filho de Lula, dada a afeição pelo menino. Teríamos o caso hipócrita de um homem que manda açoitar, humilhar e massacrar seus escravos, que se coloca como homem branco, de cultura, superior aos outros, mas abusa sexualmente de suas escravas negras. O apadrinhamento de Floripes dá ensejo a pensar no caso de um agregado fruto de família estendida, tal como descrito por Gilberto Freyre (2003). Outra hipótese seria a busca de Lula por exercer a paternidade de um filho homem, mas com a possibilidade de que ele não fosse o pai biológico do menino.

É interessante pensar o papel do cangaço como forma de luta contra os poderosos da terra. No caso de José Amaro, era baixar a cabeça para Lula ou se apegar com Antônio Silvino, cangaceiro da região, e que lhe dava esperança de uma vida mais justa e um apoio no caso de sua expulsão das terras de Lula. Ele se apega, então, com o cangaceiro contra os senhores de engenho e passa a fazer trabalhos gratuitos para o bando e enviar-lhes comida em

segredo. “Ele trabalhava para um homem que era maior que o coronel José Paulino, que era dono de todos os partidos, senhor de todos os senhores de engenho” (REGO, 2017, p. 131).

Antônio Silvino era chamado de “pai dos pobres” (id., p. 280) e exercia um poder carismático sobre os miseráveis da região contra os senhores de engenho. Arrasavam casas-grandes e comércios, e distribuía parte dos saques aos mais necessitados, além de soltar os presos. O povo adorava o bando, e em especial seu chefe, que exercia um poder semelhante ao messiânico ou de um líder populista (SOUZA, 2000; FREYRE, 2003), poder esse fundado na pessoa do cangaceiro, poder que podia ser tão tirânico quanto o de um senhor de engenho, porém no plano das massas pobres.

*

Outro diálogo que podemos estabelecer com a literatura seria o conto machadiano *Virginius* de 1864, um retrato daqueles laços de família enviesados, e atravessados duramente por relações de poder. Nesse conto, o narrador é um advogado que vai defender uma causa numa vila no ano de 185X. O réu chama-se Julião, e o narrador é intimado a defendê-lo por um fazendeiro da região conhecido como “o Pai de todos”, cujo nome é, convenientemente, Pio. Do latim

pius, -a, -um, que cumpre os seus deveres para com os pais, a pátria, os deuses. Como adjetivo: 1. Inclinado à piedade. = DEVOTO, RELIGIOSO ≠ ÍMPIO. 2. Benigno, compassivo, misericordioso. 3. Que denota caridade. 4. Onde se recolhem, sustentam ou educam pessoas desvalidas (ex.: estabelecimento pio). Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.

Pio é uma espécie de juiz local, mediador de contendas: um intermediário antes que se recorra ao poder judiciário. Tudo é decidido nas imediações de sua fazenda por sua autoridade, à qual as pessoas se submetem como uma “decisão divina” (ASSIS, 1864, p. 2) segundo um dos personagens, que ainda afirma que é “caso de consciência” (id., p. 2) aceitar o julgamento de Pio.

A fazenda de Pio é uma espécie de “[...] asilo dos órfãos e dos pobres. Ali se encontra o que é necessário à vida: leite e instrução às crianças, pão e sossego aos adultos. Muitos lavradores nestas seis léguas cresceram e tiveram princípio de vida na fazenda de Pio” (id., p. 3). Que espécie de asilo é esse? E qual a finalidade de mantê-lo e recolher aquelas pessoas? E quem são aqueles lavradores? São negros, são escravos, são brancos pobres? E quem paga a conta?

Logo descobrimos como as contas são pagas: pelos negros, escravos de Pio. No entanto, hesita-se em definir os escravos enquanto escravos.

Escravo é o nome que se dá; mas Pio não tem escravos, tem amigos. Olham-no todos como se fora um Deus. É que em parte alguma houve nunca mais brando e

cordial tratamento a homens escravizados. Nenhum dos instrumentos de ignomínia que por aí se aplicam para corrigi-los existem na fazenda de Pio. Culpa capital ninguém comete entre os negros da fazenda; a alguma falta venial que haja, Pio aplica amenas uma repreensão tão cordial e tão amiga que acaba por fazer chorar o delinquente. (id., p. 4)

Por mais que ele exerça a autoridade de modo brando, “como um pai”, ainda assim são homens escravizados que foram roubados de si, de sua vida e cultura, para trabalhar na fazenda de Pio. Pio os comprou, pagou dinheiro por aquelas pessoas, como se elas fossem bens intercambiáveis. Se elas se libertassem, como poderiam ganhar a vida naquele tipo de sociedade? Não é porque se exerce autoridade de forma branda que não existe domínio, trata-se simplesmente de pessoas que não têm outra saída, estão encurraladas. O tipo de poder sendo exercido não se desvanece quando se disfarça por trás da brandura, pelo contrário, ele tenta mascarar a dominação. O poder paternalista ainda é um poder, uma forma de subjugação do outro. Liberdade seria Pio dividir os meios de produção, de subsistência, e a terra entre todos e pegar na labuta com eles, todos de forma autônoma, igualitária e comunitariamente.

Nas palavras de Costa “A submissão pela força somou-se à sujeição afetiva dos dependentes para com os senhores” (1979, p. 42), tratava-se de uma relação de um pai-patrão para com um filho-empregado, o que cria a ilusão nesses protegidos ou favorecidos de que “defendendo o latifúndio, defendiam a própria família” (id., *ibid.*).

Como forma de reforço do despotismo, chama-se a religião para dar sustentáculo espiritual à autoridade terrena do patriarcado rural. Pelo influxo da paternidade divina temos a fusão do Deus cristão com o *pater familias* e o proprietário, conforme vemos claramente retratado na figura de Pio. Costa destaca um procedimento que ocorria na época definido como a “sacralização do senhor de engenho” (id., p. 44). Ela consiste em colocar a arte (pintura e escultura) a serviço do patriarca rural, representando-o em associação com a figura do Deus-pai enquanto uma figura paternal e bondosa.

Por esse ângulo, vale expor as colocações de Gilberto Freyre (2004, p. 657-659) sobre a necessidade continuada, ao longo da história brasileira, de uma figura paternal. Segundo o sociólogo, ela teria origem no tratamento paternalesco dado por senhores brancos e poderosos a negros escravos. Era apenas quando os brancos fracassavam nesse seu papel de “pai social” e deixavam de tratá-los como pessoas, tratando os escravos como meras máquinas de produção, que os negros se rebelavam e fugiam, indo se apadrinhar com outros senhores de quem supostamente esperavam um tratamento mais filial⁴⁰. Daí derivam “[...] as místicas

⁴⁰ Neste ponto, convém que o leitor perceba a tendência do autor de adocicar o período de escravidão no Brasil, como se ele não tivesse sido tão ruim assim em nosso país. Nessa linha argumentativa, ele chega ao ponto de sugerir que a escravidão teria sido um “sistema cooperativo de sociedade” e que muitos escravos reconheciam a

recorrentes entre nós em torno de políticos consagrados como “pais da pobreza”, “pai dos pobres”, “pai dos humildes”.” (id., p. 659), afirma Freyre. Nessa toada, o personagem Pio seria um desses senhores que disfarçam a escravidão com um tratamento paternal.

O conflito do conto se instaura quando Elisa, filha de Julião, um lavrador mulato que trabalha na fazenda de Pio, passa a ser constantemente assediada por Carlos, filho de Pio. Por algum tempo, quando ainda não conheciam as regras da sociedade e das condições financeiras, que separam as pessoas, brincavam juntos. É Carlos quem instaura a separação baseada nas hierarquias sociais e financeiras e apaga o passado em comum.

Carlos faz o movimento que Martins descreve em *O patriarca e o bacharel* (2008). O *pater familias*, proprietário, que não se educou, resolve investir na educação do filho, que se torna bacharel na cidade; no entanto, ao voltar para a fazenda, não parece exibir valores diferentes daqueles de seu pai. Permanecem os valores que dão alicerce à sociedade escravocrata na crença de Carlos de que tem direitos sobre o corpo de Elisa. A moça era mulata, e seu pai, Julião, também mulato, viera pedir abrigo na fazenda de Pio anos antes, colocando-se em situação de dependência e sob a autoridade do “Pai de todos”, tornando-se um agregado rural. Carlos, enquanto filho, julga que a autoridade emana do pai para si, vendo Elisa como propriedade da qual tem direitos de usufruir.

Recém-chegado na fazenda, o rapaz passa a se ocupar com a caça dia e noite, deixando os livros de lado. A caça é muito simbólica: assim como ele caça os animais, ele vai caçar também Elisa, que é objetificada. A crueldade e a violência sobressaem. O bacharel prefere as armas aos livros; o estupro a uma relação de igualdade. Ele varre as terras e o mato como se possuísse direito sobre tudo ali, o direito de posse, o direito de matar, assim como ele julga ter direitos sobre Elisa, que mora em sua propriedade. Carlos representa a arrogância de uma elite escravocrata e dona de terras que julga que tudo lhe é devido.

Nesse sentido, do ponto de vista de Costa (1979) e Martins (2008) ele seria um bacharel às avessas. O personagem vai estudar na cidade e volta ao campo com as mesmas ideias de violência e subjugação do paradigmático *pater familias*, proprietário de tudo e de todos. Embora Pio não exerça o poder do *pater* à base da força física, o exercício de poder está presente na estrutura fundiária, nas relações escravocratas e de dependência entre os sujeitos em jogo.

superioridade cultural e social de seus senhores, aceitando conformados e até satisfeitos serem tutelados por eles quando se tratava de um senhor que zelasse por eles paternalmente. Isso não se sustenta historicamente, além de ser expressão de racismo. No entanto, não me parece totalmente descartável a conexão entre poder paternal durante a escravidão e continuidade dos políticos que se apresentam como pais do povo.

Carlos não pede Elisa em casamento, o que significaria inseri-la dentro de um sistema social institucionalizado; pelo contrário, ele tenta comprá-la com riquezas e objetos, prometendo o mundo à moça, porém certamente não o dará: o mais que ele lhe daria é um filho para criar sozinha. Ainda, os termos em que brada à Elisa, quando ela lhe recusa as vontades, indicam desejo de possuí-la como objeto por meio do sexo: “Hás de ser minha” (ASSIS, 1864, p. 7).

O que Julião, como pai, pode fazer diante do conflito? Ele pede a Carlos que pare de perseguir sua filha. Mas veja o leitor que ele *pede*, não demanda. Quando o rapaz concorda com cessar com as perseguições, “Julião, na sua alegria, quase beijou as mãos de Carlos” (id., p. 8). Nesse gesto, fica clara a autoridade de Carlos: ele é o filho do Pai de todos. Tendo errado o rapaz, é Julião quem lhe agradece que ele não volte a errar. Que o rapaz não volte a intimidar a menina é uma benesse que ele faz aos dependentes, não um dever.

Carlos, porém, não respeita o acordo e retorna a casa de Julião e Emília agora com um bando de capangas armados, resolvido a estuprar a moça. Num ato de desespero, o pai a mata depois de fazer as seguintes questões à menina: “Elisa, tens realmente a tua desonra por uma grande desgraça? [...] se te faltasse a pureza que recebeste do céu, considerar-te-ias a mais infeliz de todas as mulheres?” (id., p. 9).

O que surpreende é que antes está a questão da desonra, não a questão do sofrimento da menina diante de um estupro. Para uma mulher, na época, praticar sexo fora do casamento destruía suas possibilidades de casar, e de poder ser sustentada por alguém que não fosse seu pai, isto é, lhe roubava as chances de uma vida considerada digna para uma mulher. Sem dote (devido à pobreza) e sem hímen, Elisa estaria desgraçada, seu destino seria a prostituição.

A situação da moça vai de encontro ao que Costa define como “A assimilação da família senhorial à sagrada família” (1979, p. 44), com a mulher respondendo ao modelo da Virgem Maria, ao culto da virgindade feminina e da pureza. O curioso é que essa conduta é um imperativo não para figuras de elite, mas para os agregados. O que explica essa transposição? Inverossimilhança de Machado de Assis? Ou a força dos valores do patriarcado rural, que se imiscui nos valores dos subalternos? De acordo com Costa, todas as famílias, fossem elas de elite ou não, “[...] modelaram suas famílias de acordo com os cânones senhoriais” (id., p. 47), mesmo que fossem desprovidas de terras ou propriedades. No entanto, como já destaquei previamente, Willems (1953) e Samara (2004) argumentam que esse não era o caso.

Chama a atenção também que é o pai quem decide pela vida da filha, é ele quem decide matá-la para proteger sua honra, uma honra que também é dele. Trata-se de um poder

absoluto, de vida e morte, sobre o corpo da filha. Julião se vê como seu salvador, não como seu assassino: em termos psicológicos, ele se entendia como no direito de matá-la estando na função de pai.

Pio, por outro lado, também julga possuir direito de dispor da vida de seu filho. Indignado e ressentido com a violência praticada pelo rapaz, a quem culpa pela morte de Elisa, o pai o condena a ser soldado, para que ele aprenda a servir e defender a vida dos outros membros da sociedade. A um só tempo ele priva o filho dos luxos a que estava acostumado, como lhe pune com um trabalho insuportável.

É a manifestação da violência de sua própria geração de fazendeiros que o pai, exercendo o direito do *pater*, pune no filho: nessa linha de raciocínio, o pai teria inclinações menos arcaicas do que o filho, o que inverte o suposto descompasso entre gerações assinalado por Costa (1979), Martins (2008) e Freyre (2003; 2004). Por outro lado, por que Pio, que era tão pio, não bota o próprio filho na cadeia ou o denuncia às autoridades? As benesses que a elite concede têm os seus limites.

Brasil República, 1889 a 1930

De acordo com Napolitano (2018), a República será uma tentativa de elaborar novos caminhos diante de uma sociedade de costumes arcaicos, com um passado escravista e dominada muito fortemente pelo mandonismo rural dos latifundiários. O esforço da República vai na direção de modernizar o país, fomentar a industrialização e estabelecer a democracia, cujo objetivo seria o bem comum e a garantia dos direitos do cidadão de forma igualitária e universal.

A Primeira República, que se estende até 1930, é um período bastante denso e complexo. Para nosso intuito, que é tratar, sobretudo, do desenvolvimento do patriarcado em ambos os planos, micro e macro político, escolhi alguns fenômenos que julguei de interesse para nossa temática, a saber, o coronelismo, as novas funções de um Estado higienista, a Guerra de Canudos e os alvoreceres do feminismo.

Coronelismo

“para os amigos, pão; para os inimigos, pau”

De acordo com Napolitano (2018, p. 22), dentro dos principais Estados brasileiros, nas áreas rurais dos municípios, ainda atuavam figuras paternaescas no estilo colonial, os chamados coronéis. Eles eram chefes de famílias e clãs proprietários de latifúndios rurais, e formavam oligarquias variadas (pequenos núcleos de poder familista) em disputa pelo domínio nos Estados. Tudo passava pelos seus interesses e podia vir a ser resolvido na base da violência, desde assassinatos pontuais até “guerras civis” que exigiam intervenção do governo federal.

Em *Coronelismo, enxada e voto* (2012), Victor Leal propõe que o coronelismo é um processo em que ocorreu a “[...] superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada” (id., p. 43), ou seja, não se trata de uma mera manutenção do poder privado do *pater familias*, mas antes de uma *adaptação* do poder patriarcal a um regime de base representativa e cujo acesso à mão de obra escrava fora retirado.

O coronel ocupa nesse processo o lugar da liderança. Resume, em sua pessoa, variadas instituições sociais, por exemplo, pode exercer “[...] jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam” (id., p. 45). Também exerce papel policial por meio de agregados, empregados ou sicários.

A ascendência sobre o trabalhador rural provém da sua propriedade de terra ou de gado, que o coloca como ‘rico’ diante de uma massa humana miserável, que vive no mais completo abandono. Sendo assim, é para o coronel que o roceiro vai pedir dinheiro nos momentos de dificuldade, é nos seus armazéns que comprará fiado para pagar com a colheita, é à sua boa vontade que apela diante de emergências médicas, é ele quem lhe dará um pedaço de terra para cultivar e onde morar – todas práticas paternalistas, que demandarão do apadrinhado uma recíproca. “Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural [...] tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece”. (id., p. 47).

Nessa toada, não é de se estranhar que o campônio caia sob esfera de influência política do coronel, *com quem ele luta e por quem luta*. Eis aí como se instala o sistema de voto de cabresto, resultado direto da má distribuição da terra no Brasil e da falta de acesso à educação. A situação desses trabalhadores é a de completa dependência dos coronéis: sem terra ou casa própria, sem direitos e submetidos à justiça dos senhores de terra, mesmo que quisessem sair dessa situação não poderiam fazê-lo, dado que qualquer sinal de revolta ou reclame poderia significar despejo.

Como decorrência das práticas coronelistas de “filhotismo”, o serviço público local se torna um tanto precário. Ao invés de ser assumido por trabalhadores capacitados para tocar a burocracia, os cargos públicos são dados como obséquio aos amigos e agregados, que são convocados “para a gamela municipal” (id., p. 60). Aí se vê claro problema de limites entre a coisa pública e o particular, entre o lícito e o ilícito. No entanto, “[...] a solidariedade partidária passa sobre todos os pecados uma esponja regeneradora” (id., *ibid.*) e a situação fica assim mesmo. O resultado é a desorganização ainda maior da máquina pública no interior do país, que, se nas capitais já tinha dificuldade de encontrar funcionários habilitados, no interior via-se com ainda mais dificuldades, situação que é agravada pela prática descrita.

O outro lado do filhotismo é o mandonismo, nosso velho conhecido do *pater familias* colonial. Todavia, a prática se vê alterada em função das agora existentes disputas eleitorais. A hostilidade entre as oligarquias e chefes locais era constante, não havia cordialidade ou troca de favores. O ápice da rivalidade antecedia as eleições, já o período entre pleitos era o momento de construir compromissos e apoios entre coronéis e conseguir adesão de eleitores urbanos. Definidos os pactos, iniciam-se as coerções e violências.

Para se entender quão enraizado estava o coronelismo nas primeiras décadas da República, basta analisar suas relações com o Estado. Dado que o poder público estava

ausente, sobretudo no interior rural, eram os coronéis que exerciam as funções que o Estado não exercia para com seus dependentes, daí tiravam sua influência.

Há um verdadeiro sistema de reciprocidades constituído entre coronel e Estado. Nesse sentido, as antigas relações coloniais patriarcais, em que o *pater familias* dominava realmente todos os âmbitos se veem reorganizadas. Ele já não pode se colocar como autoridade total. Tanto o coronel quanto o Estado entram numa relação de dependência mútua. De um lado, o coronel atende a população rural e obtém com isso eleitores “como quem toca tropa de burros” (id., p. 63), nesse sentido, os governos estaduais e federais, na tentativa de permanecerem sendo “situação” nas eleições, terminavam por apoiar e dar carta branca aos mandos e desmandos dos chefes municipais; de outro lado, entra o Estado, “[...] que dispõe do erário, dos empregos, dos favores, da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça” (id., *ibid.*).

Tanto o governo da metrópole, quanto o do Império e agora o governo na recente República se viram obrigados, pelas condições estruturais, a conciliar-se com poderes privados de patriarcas a coronéis. Com a paulatina democratização, era de se esperar que as coisas mudassem, mas não foi o que ocorreu. O crescimento do número de eleitores veio a originar os currais eleitorais de grandes coronéis. Acredito que, se a estrutura agrária do país fosse outra e houvesse maior presença do poder público nas zonas rurais, o coronel fazendeiro teria uma influência muito menor sobre seus dependentes e o Estado não se veria obrigado a estabelecer tal relação de reciprocidade com ele.

É interessante abrir espaço para uma pequena polêmica já que tratamos do pacto governo-coronel. De acordo com Napolitano (2018), os coronéis não estavam preocupados com o bem-estar geral da população rural, pelo contrário, atuavam como agentes patrimonialistas, confundindo seus domínios particulares com a coisa pública. Por isso, se achavam no direito de coagir o voto dos cidadãos, de direcionar a política pública para seus interesses pessoais e familiares, de aparelhar a máquina pública com seus compadres etc.

Argumentando o contrário, Leal (2012, p. 58) propõe que na literatura política partidária da época (o livro foi escrito em 1975), a figura do coronel vinha sendo muito atacada, quando, na verdade, é “[...] à sua insistência que se devem os principais melhoramentos do lugar. A escola, a estrada, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde, o hospital, o clube, o campo de futebol [...] tudo exige seu esforço [...] que chega ao heroísmo”. Segundo o autor, é por meio desses feitos que conservará sua posição de coronel e líder local.

Segundo ele, a falta de recursos financeiros das municipalidades retroalimenta o coronelismo: de um lado, o coronel é chamado a contribuir com seu quinhão nos melhoramentos; de outro, dado a escassez de capital, o Estado se vê na situação de “[...] dar preferência aos municípios cujos governos estejam nas mãos dos amigos” (id., p. 65) quando vai investir em estradas, assistência hospitalar, construção de escolas e outras melhorias – assim, vai se sustentando a trama.

Nesse cenário, há uma total falta de autonomia permeando todas as partes, em especial do lado do eleitorado. Tal situação, que o autor denomina “autêntica mistificação”, burla diretamente o regime representativo que a República tenta implementar.

Outra questão levantada por Leal é a da hegemonia. No senso comum, não entendemos o quão fragmentada é a hegemonia dos donos de terras. Seu curral eleitoral, seu punhado de votos de cabresto, se estende apenas até aqueles que dependem da sua propriedade, e não a todo o município. Esse último está dividido em distritos, e o distrito urbano, por exemplo, escapa ao poder do coronel; além disso, os outros distritos rurais são compostos de várias fazendas de proprietários distintos. Tal fragmentação se explica em parte pelas áreas de lavouras decadentes ou de baixa produção, pelo nosso sistema de herança (que divide a terra entre irmãos) e pelo empobrecimento dos fazendeiros.

Por isso, o que ocorre é um agrupamento em torno de um chefe de distrito, e depois, dos chefes de distrito em torno de um chefe de município. Esses agrupamentos ocorrem por diversos motivos: em função de maior vocação ou habilidade, por motivos financeiros, ou seja, proprietários mais ricos têm maior número de votos de cabresto disponíveis ou por tradição, isto é, “permanência da chefia na mesma família”. (id., p. 73). Para evitar a instabilidade dos polos políticos locais, entra na mistura a argamassa do governo, que fica mais forte quanto mais fraco é o município. Seu poder de coesão evita que cada pleito municipal se torne uma disputa incerta, pois “[...] predisõem o eleitorado em favor dos candidatos governistas” (id., *ibid.*).

Na visão de 1975 de Victor Leal, o fenômeno do coronelismo é muito mais um atestado de enfraquecimento do poder dos donos de terra do que de força. Se compararmos esses coronéis, que frequentemente têm que apelar para o braço armado da polícia, com seus antepassados, os *pater familias* que eram a própria lei nos seus domínios no auge do sistema patriarcal de base escravista, constata-se uma grande diferença. Nas palavras do autor, o coronelismo se fundamenta em duas fraquezas “[...] fraqueza do dono de terras, que se ilude com o prestígio do poder, obtido à custa da submissão política; fraqueza desamparada e

desiludida dos seres quase sub-humanos que arrastam a existência no trato das suas propriedades”.

Estado

No que diz respeito ao governo nesta nova fase, ele será paulatinamente compreendido como “pai da mocidade”, aliado à medicina social, no seu intuito de dismantelar o poder das grandes famílias e redirecioná-lo a si, enquanto responsável pela vida biológica do indivíduo. Esse movimento, que tem início no século XVII na Europa, migra para o Brasil pós-colonial, constituindo-se lentamente naquilo que Foucault denominará biopoder, a saber, a atenção do Estado à saúde e à vida dos seus membros na forma de controle biossocial e biopolítico, auxiliado pela medicina higienista (COSTA, 1979; FOUCAULT, 1999).

Assim, a família urbana será colonizada pela medicina social, que constrói toda uma nova ciência do cuidado com os filhos e do autocuidado extremamente complexa a ponto de confundir os membros da família, que terão de demandar novo apoio do médico num movimento cíclico de dependência (COSTA, 1979, p. 87-88). “As velhas regras do certo e do errado, exclusivamente dependentes de Deus e do pai, caíam por terra. O controle higiênico era microscópico, detalhado, improvisado. Não havia um código claro, permanente, que orientasse o sentido das proibições.” (id., p. 138-139).

O Estado passa a se apresentar como o “pai dos povos [...] um corpo natural, uma entidade orgânica de que a família era, simultaneamente, apêndice e útero” (id., p. 148). Difunde-se a ideia de que um filho era antes de tudo um “filho da nação”, estando nesse papel destinado a construir o povo e o Estado brasileiros. O patriarca rural, antes proprietário dos filhos, se torna “*Tutor* de filhos cujo verdadeiro proprietário era a nação, o país” (id., p. 170, grifo meu). Homens e mulheres adultos serão reduzidos agora às funções de pai e mãe.

*

Um romance que dialoga com esse momento é *Amar verbo, intransitivo* de Mário de Andrade, publicado em 1927. O texto mostra a estrutura da família burguesa citadina já plenamente apropriada. Trata-se de um núcleo familiar (com mãe, pai e filhos) mais ou menos isolado do resto da sociedade, vivendo uma vida privada toda sua.

Dentro desse núcleo, observa-se uma submissão da esposa em relação ao marido, espécie de novo patriarca burguês. Cabe ao pai decidir sobre a educação do filho, mas não de forma abertamente autoritária, como os antigos patriarcas rurais, mas sim, disfarçada com uma capa de ternura e cuidado. A esposa e mãe, definida como “santa”, só se ocupa de administrar a casa, restando ignorante acerca dos acontecimentos importantes e alijada da

tomada de decisão. Ela desconhece, por exemplo, que a preceptora alemã foi contratada por seu marido para ensinar sexo ao seu filho.

A condição de família nuclear já “higienizada” aparece aqui na contratação da personagem da governanta alemã, professora nas “artes do amor”. Para evitar que o filho “arranjasse confusão”, dormisse com prostitutas ou adquirisse alguma doença venérea, a figura paterna se antecipa e, escondido da esposa, investe em uma professora particular “limpinha”, “ariana” e que mantenha o menino dentro de casa.

Observa-se a instalação de uma dupla moralidade sexual de origem patriarcal que é migrada para a família burguesa na cidade. Embora a governanta deva ensinar “as artes do amor”, percebe-se que o termo é um eufemismo, e o objetivo é ensinar sexo, e sobretudo ensinar a separar o sexo do amor, entendidos como coisas diferentes. Essa separação educacional já dá indícios sobre a natureza da relação do pai com a mãe (a “santa”), e deve vir a refletir sobre as relações futuras do filho com as mulheres. Eis aí um retrato da adaptação da moralidade colonial às novas sensibilidades burguesas.

Canudos e Antônio Conselheiro

A ocupação da região de Canudos se estendeu de 1893 a 1897 e teve como consequência trágica a morte de milhares de camponeses. O conflito em si começa com uma contenda local entre o governo baiano e lavradores desfavorecidos e toma as proporções de uma guerra civil com envolvimento do Exército, que viria para reprimir os campônios do aldeamento. Tratados como ameaças à República, eles seriam duramente massacrados. Suas súplicas por uma melhoria nas condições de vida jamais foram ouvidas (NAPOLITANO, 2018, p. 22-23).

Para entender melhor o movimento de Canudos e até movimentos similares desenrolando-se nessa época, é preciso falar rapidamente do conflito com a Igreja Católica, que vinha ocorrendo desde a instauração da República. Com as discussões em torno da nova constituição brasileira, ficou claro que se visava limitar os poderes da Igreja por meio de:

[...] reconhecimento e obrigatoriedade do casamento civil, laicização do ensino público, secularização dos cemitérios, proibição de subvenções oficiais a qualquer culto religioso, impedimento para abertura de novas comunidades religiosas, especialmente da Companhia de Jesus, inelegibilidade para o Congresso de clérigos e religiosos de qualquer confissão (HERMANN, 2003, p. 122).

A reação local à possível perda de autonomia da Igreja se insere num contexto maior, internacional, a chamada Romanização. Em linhas gerais, se visava retomar as diretrizes do Concílio de Trento, reforçar as hierarquias dentro da Igreja, fortalecer a prática missionária,

corrigir o clero e enfraquecer o poder de irmandades leigas. (id., p. 124). Com isso, a Igreja se fortaleceu em termos institucionais e patrimoniais. No entanto, o povo também veio a dar sua resposta diante do tensionamento e do enfraquecimento da autoridade da Igreja e da religião. Variadas foram as manifestações dessa religiosidade popular; variados foram os movimentos em defesa da Igreja e de suas diretrizes no Brasil: Canudos, Juazeiro, Contestado etc.

Por sua vez, o contexto político no Brasil era bastante delicado. Se havia unanimidade quanto à instalação da República, agora, depois de instalada, multiplicavam-se as oposições e conflitos sobre os rumos do país. Especialmente tensionado estava nosso primeiro presidente civil, Prudente de Moraes, em vista da disputa de forças com o Exército.

O líder do movimento de Canudos, Antônio Conselheiro, era uma figura bastante curiosa. Originalmente, Antônio Vicente Mendes Maciel nasceu em 1828 na vila de Quixeramobim, no Ceará. Seu pai queria-o exercendo funções eclesiásticas, assim, o menino estudou português, latim e francês. Após a morte do pai, assume a casa comercial da família, porém, já meio falida. Liquidando os negócios, passa a exercer os mais diversos ofícios para garantir a sobrevivência: dá aulas de português, matemática e geografia, trabalha como pedreiro, advogado informal e caixeiro-viajante.

Já casado desde 1857, o casal sai a peregrinar pelos sertões ganhando a vida aqui e ali; sua esposa foge com um militar, o que o perturba fortemente, porém decide deixá-la ir sem buscar vingança. A partir daí, encontraria outros propósitos que o conduziram a Canudos. Em suas andanças, passa a construir e restaurar igrejas, cemitérios e capelas acompanhado de um grupo de ajudantes. Além disso, dá conselhos e aos poucos inicia as pregações, em torno de 1870. Com o passar do tempo, vão se juntando ao seu redor uma porção de seguidores.

Nessa época, a Igreja ainda apoiava as pregações de leigos nos sertões onde não conseguia chegar, contanto que não realizassem missas ou dessem sacramentos. Assim, nessa primeira fase, Antônio Conselheiro, mesmo agindo de forma não oficial, nunca sofreu qualquer reprimenda institucional. Essas só viriam mais tarde, em 1882. Conselheiro e suas prédicas começam a incomodar parte do clero baiano, em especial o arcebispo da Bahia, que chega a lançar uma circular chamando a atenção para um sujeito que estaria “perturbando consciências”.

Já em 1893, de acordo com as historiadoras Schwarcz e Starling,

[...] Conselheiro e seus seguidores chegaram a Bom Conselho, Bahia. Ali assistiram a uma cobrança de impostos que haviam aumentado muito com o advento da República e, diante do povo reunido num dia de feira, Antônio Conselheiro arrancou os editais pregados nas paredes e os queimou. Ao saber do ocorrido, o governador do estado, Rodrigues Lima, enviou soldados para prender o beato e dissolver seu grupo. Mas os policiais foram atacados e facilmente derrotados pelos sertanejos.

Esse combate levou Conselheiro a pôr fim à peregrinação e se estabelecer na fazenda de Canudos. (2015, p. 403).

Mais adiante, em 1895 o novo arcebispo da Bahia enviaria o frei Marciano para tentar argumentar com Conselheiro e fazê-lo aceitar a República e suas leis, dispersar o arraial, e cessar as pregações não oficiais, o que não surte efeito. Pelo contrário, o frei acaba sendo expulso pela população irritada de Canudos. Ao retornar, escreve em seu relatório maledicente:

A seita político-religiosa, estabelecida e entrincheirada nos Canudos, não é só um foco de superstição e fanatismo, é um pequeno cisma na igreja baiana, um núcleo na aparência desprezível, mas um tanto perigoso e funesto de ousada resistência e hostilidade ao governo constituído do país. (MARCIANO, 1895 apud HERMANN, 2003, p. 158).

De fato, Antônio Conselheiro entendia a República como “o mal na terra” e estava disposto em favor da monarquia. O pregador defendia que a República era ilegítima, visto que na Monarquia, o monarca era escolhido por Deus, tendo legitimidade divina. Nesse sentido, o poder deveria retornar às mãos da família Orléans e Bragança. Além disso, entendia que o casamento civil era uma imposição da República que desrespeitava os preceitos da Igreja Católica, de acordo com a qual o único casamento válido é na Igreja, sendo indissolúvel. (OLIVEIRA, 2018).

Nas palavras do próprio Antônio Conselheiro, em trechos da prédica *Sobre a República* transcritos a seguir, temos em (1) a República como um mal, em (2) a falta de legitimidade do poder do presidente, em (3) um argumento contra o casamento civil.

- 1) [...] a república, que é incontestavelmente um grande mal para o Brasil [...]a república, cuja idéia tem barbaramente oprimido a Igreja e os fiéis: chegando a incredulidade a ponto de proibir até a Companhia de Jesus [...]a república quer acabar com a - religião, esta obra-prima de Deus (NOGUEIRA, 1978, p. 175)
- 2) [...] O presidente da república, porém, movido pela incredulidade que tem atraído sobre ele toda sorte de ilusões, entende que pode governar o Brasil como se fora um monarca legitimamente constituído por Deus [...] Quem não sabe que o digno príncipe o senhor dom Pedro 3.0 tem poder legitimamente constituído por Deus para governar o Brasil? (NOGUEIRA, 1978, p. 177)
- 3) [...] o casamento civil ocasiona a nulidade do casamento, conforme manda a santa madre Igreja de Roma. [...]o casamento é puramente da competência da santa Igreja, que só seus ministros têm poder para celebrá-lo. (NOGUEIRA, 1978, p. 178)

No entanto, segundo Oliveira, nada indica que houvesse uma “estratégia organizada de destruição do regime republicano” (2018, p. 7). Pelo contrário, pela análise que faz dos discursos conselheiristas, a forma de lidar com a República era a “[...] da espera e obediência paciente na ação divina. [...] A ordem dada aos fiéis era [...] a de resistir na oração, na

penitência e na fé” (id., p. 8-9) – qualquer ação viria da parte de Deus, o que os canudenses podiam fazer até lá era resistir.

Embora sustentando um discurso antirrepublicano e um catolicismo rígido (que valorizava os rituais de base como a missa, o matrimônio, a confissão, o batismo etc.), os textos do sertanejo estavam

[...] impregnados pela lógica da sujeição e do sacrifício à ordem maior e única imposta pelo Senhor dos Senhores, o Pai da Criação. [...] A ética conselheirista é a do sofrimento resignado às leis supremas, e em seus escritos não há promessa de vida eterna, fim dos tempos, previsões escatológicas ou salvação incondicional. O beato pregava a continuidade da sujeição à ordem, desde que Deus seja a autoridade suprema. (HERMANN, 2003, p. 164).

Para Napolitano, o conflito armado em Canudos foi muito mais o “[...] resultado de tensões sociais e políticas causadas pela extrema miséria e exploração do homem do campo como mão de obra barata e massa agregada aos “coronéis” locais” (2018, p. 23) do que uma manifestação pró-monarquista radical ou “fanatismo religioso arcaico” (id., *ibid.*) como fabulou a imprensa no Rio de Janeiro à época.

Para Schwarcz e Starling (2015), o que incomodava de verdade no aldeamento era ter estabelecido uma maneira de viver no sertão fora do *status quo*, à parte e pondo em cheque o pressuposto básico dos grandes latifundiários, a propriedade privada e a posse de terra concentrada nas mãos de uns poucos. Ao chegar no arraial, cada um recebia de graça sua porção de terra para cultivar e onde se instalar. Os produtos da terra eram socializados entre os membros da comunidade e seu produtor. Lá se plantava tudo que a terra podia produzir, além de criar animais e curtir o couro. A autoridade religiosa de Antônio Conselheiro não estava associada a reconhecimento por nenhum tipo de religião, em especial a Católica. O arraial era autônomo em relação aos chefes políticos e aos coronéis donos de terra, performando, dentro de seu espaço, uma espécie de minirreforma agrária. Essa situação de autogoverno só podia incomodar a ordem constituída.

Os sertanejos pobres ali aldeados responderam aos braços armados dos fazendeiros locais unidos aos do Exército brasileiro, enviado pela República para reprimir o arraial. Enquanto isso, para justificar a ação violenta diante da opinião pública, a imprensa divulgava que a organização era um perigoso reduto monarquista e arcaico que precisava ser reprimido, além de sugerir que recebia patrocínio do exterior. Foram quatro as incursões do Exército até dinamitar e queimar o arraial completamente e executarem, por meio de degola, inúmeros sertanejos que já haviam se rendido. A violência barbárica foi extrema. Nenhuma prova de que estivessem recebendo ajuda internacional foi encontrada.

Segundo as autoras, por trás de todos esses movimentos (Canudos, Pau de Colher, Contestado etc.) estavam a questão da concentração de terras nas mãos de poucos, as injustiças sofridas, a miséria, “[...] a imoderação religiosa, e o encontro entre revolta e mística” (id., p. 404). A linguagem religiosa era aquela a que tinham acesso esses camponeses numa sociedade que não lhes oferecia outras oportunidades de instrução: era por meio dessa linguagem que expressavam todas as injustiças a que estavam submetidos e os seus anseios por uma vida melhor.

Mas o que o movimento de Canudos tem a ver com nossa temática?

Um ponto que me chamou atenção no texto das historiadoras foi o que elas descrevem como “persistência de estruturas de poder” na organização de Belo Monte, a saber, estavam fundamentadas “[...] nas polaridades dispostas entre padres e fiéis; coronéis e seus dependentes; padrinhos e afilhados; beatos e seguidores; santos e devotos; coronéis e bandos armados” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 404). Além disso, Negrão explica que Canudos tinha como característica “[...] a presença do parentesco como elemento estruturador das relações sociais” (QUEIROZ, 1965 apud 2001, p. 7).

Muito se fala que Canudos era uma comunidade religiosa de caráter *messiânico*. Por messianismo entende-se uma comunidade que crê e segue um salvador (no caso Deus ele mesmo, ou um enviado seu), e espera pela sua chegada, que por sua vez acabaria com as injustiças na terra e criaria uma nova ordem de bem-aventurança. Os movimentos messiânicos são aqueles que se mobilizam efetivamente para construir na terra esse reino de bem-aventurança tendo como guia o enviado de Deus, o líder tipicamente chamado de carismático. (NEGRÃO, 2001, p. 1).

No caso de Antônio Conselheiro, como vimos, ele não se colocava como um enviado de Deus nem profetizava qualquer reino futuro, embora temesse pelo fim dos tempos ocasionado pela República. Canudos tampouco era uma tentativa de construir esse reino na terra. No entanto, me parece fora de dúvidas que a organização do arraial tinha um caráter patriarcal, manifesto na ideologia católica *per se*. Por exemplo, no trecho da prédica *Sobre a República* vemos o que o sertanejo entende por uma hierarquia de poder.

[...] todo poder legítimo é emanção da Onipotência eterna de Deus e está sujeito a uma regra divina, tanto na ordem temporal como na espiritual, de sorte que, obedece ao pontífice, ao príncipe, *ao pai*, a quem é realmente ministro de Deus para o bem, a Deus só obedecemos. (NOGUEIRA, 1978, p. 176, grifo meu).

Nessa organização, que emana espiritualmente de Deus-Pai, vemos um poder masculino se organizar na terra em ordem decrescente de respeito, primeiro o pontífice, depois o monarca,

após ele o pai e depois os ministros de Deus (padres, pregadores etc.). É através desses poderes patriarcais que obedecemos a Deus.

Nesta mesma prédica, ele se dirige diretamente ao pai de família e o exorta a cuidar dos valores de família, do casamento e de suas filhas. Os filhos homens não são mencionados. Vejamos: “É nessa crise [do casamento civil] que mais se aumentam as vossas obrigações como guardas de vossas famílias; como se neste momento houvesse uma voz dizendo: sustentai ó pai de família a moralidade de vossas famílias” (NOGUEIRA, 1978, p. 179).

Além disso, a liderança do beato sertanejo, que oscilava entre a moralização rígida dos costumes, o empréstimo do ouvido para escutar a dor dos canudenses, a consolação e orientação paternas (ele começou, de fato, dando conselhos), e o seu vigor administrativo aliado à punição de delitos menores (no arraial, quem decidia a punição dos delitos pequenos era o próprio beato, já os delitos maiores eram encaminhados para punição pelo governo) faziam da sua liderança um misto de autoridade a ser respeitada, que se olha de baixo para cima como um modelo de comportamento, e um orientador de sentido para as vidas dos camponeses vulneráveis. Nas palavras de Hermann (2003, p. 160)

A força de suas pregações em um meio onde a cultura era predominantemente oral e o fato de suas falas serem entremeadas por inúmeras citações em latim certamente lhe conferiam um poder que o distanciava positivamente, pois o tornava parte de uma cultura letrada e superior, de um lado, e o aproximava pela vivência prática e cotidiana do que pregava, de outro.

Ou seja, havia certa hierarquia entre o beato e seus seguidores, havia um poder instituído ali. Se não se colocava como enviado diretamente por Deus, também não abdicava de uma autoridade de “ministro de Deus”.

No que diz respeito à possível relação entre o Conselheirismo e o Sebastianismo, para Hermann (2003), não há dados suficientes para afirmar que haveria tal conexão, visto que ela só é feita por Euclides da Cunha em *Os sertões* sem que oferecesse dados que provassem a ligação, podendo se tratar apenas de sua opinião. Além disso, as pregações encontradas em Canudos não fazem menção a Dom Sebastião ou ao Sebastianismo. Entretanto, a autora destaca que essa correlação foi pouco estudada.

Movimento Feminino

De acordo com Telles (2019), o movimento das mulheres não é algo novo no Brasil, no sentido de ter se desenvolvido no último século, como talvez conste no imaginário brasileiro. Suas origens estão em lutas muito anteriores, seja da parte de mulheres intelectualizadas que singularmente participaram de eventos políticos, da parte de mulheres

quilombolas que fundaram quilombos, os chefiaram e tomaram parte na defesa da liberdade, da parte de mulheres populares livres que atuavam exercendo todo tipo de trabalho e sustentavam suas famílias, da parte daquelas mulheres de elite branca que se rebelavam e iam parar nos conventos como “loucas”, internadas à força pelo pátrio poder ou da parte de negras escravizadas que provocavam aborto ou matavam seus filhos recém-nascidos como forma de resistir.

Resgatar a história desse movimento, começando no Brasil colonial, esbarra nas dificuldades de encontrar registros históricos, dado que, devido à nossa tradição patriarcal, a documentação na maior parte das vezes gira em torno dessa elite branca e masculina, enquanto a presença de mulheres negras, indígenas ou de prostitutas brancas não interessava aos registros ou mesmo não conseguia registrar a si mesma devido a ser iletrada. A documentação passa a surgir, sobretudo, no período de chegada da Corte no Brasil, tornando-se mais significativa quando a mulher começa a escrever para jornais e revistas femininas entre 1850 e 1934.

Aqui, vamos focar no período da Primeira República, mas narrar os primeiros golpes que o patriarcado viria a receber antes da queda da monarquia. Aproximadamente em 1850 começam as reivindicações pelo direito à educação. Até então, as mulheres só recebiam uma instrução voltada aos trabalhos que viriam a desempenhar no lar, como esposa, mãe e dona de casa ao invés de aprender a ler, fazer contas e escrever. Além disso, as professoras ganhavam menos, e a quantidade de escolas femininas era muito inferior às escolas masculinas. Só em 1881 a primeira mulher entraria numa universidade, e só em 1887 se formaria a primeira médica mulher.

A partir da segunda metade do século XIX começam os primeiros questionamentos explícitos acerca da condição de submissão da mulher na sociedade brasileira. “Uma das primeiras feministas do Brasil, Nísia Floresta Brasileira Augusta, defendeu a abolição da escravatura, ao lado de propostas como a educação e a emancipação da mulher e a instauração da República.” (TELLES, 2019, p. 27), contribuindo ativamente em favor da emancipação feminina de um poder que a infantilizava e a submetia aos desmandos de pais, maridos, tios, irmãos. Nísia chegou a fundar um colégio exclusivo para mulheres visando oferecer uma educação progressista. No entanto, era duramente atacada e perseguida por suas ideias.

Em 1859 publica-se o primeiro romance escrito por uma mulher, Maria Firmina dos Reis, que além de incomodar por ser negra e mulher, incomodava por ser abolicionista. A escritora também fundaria uma escola, dessa vez, mista. Ainda na toada abolicionista, o

ativismo de Luísa Mahim em favor da causa foi essencial no período, em especial, durante a Grande Insurreição e a Revolta dos Malês.

Outra figura feminina chave foi Chiquinha Gonzaga, que tanto pela carreira musical, quanto pela vida pessoal, desafiava praticamente todos os padrões de uma sociedade patriarcal. Além de abandonar o marido com quem casara forçada pelo pai em favor da Música, Chiquinha teve outros companheiros, apresentava-se em público, e participava do cenário musical da época. Ainda, foi ativista do movimento abolicionista e republicano e crítica dos rumos do governo de Floriano Peixoto, para quem compôs uma música que o incomodou, tanto foi que chegou a decretar sua prisão e a partitura foi apreendida.

Segundo Céli Pinto (2003), esse foi um momento muito associado a personalidades, ícones femininos pontuais que desafiavam os poderes estabelecidos, sem que estivessem propriamente organizados. Mesmo quando havia alguma coisa mais organizada, “[...] esta derivava do esforço pessoal de alguma mulher, que, por sua excepcionalidade, na maioria das vezes intelectual, rompia com os papéis para ela estabelecidos” (id., p. 14) e se lançava na esfera pública para defender os direitos da mulher.

Outra faceta do movimento de mulheres nessa época foi definido como *feminismo difuso* pela autora e manifestava-se na imprensa escrita, única mídia de massa da época, daí sua importância na divulgação de ideias. A publicação de variados jornais editados por mulheres foi de grande ajuda para informar e educar as mulheres para suas possibilidades e real situação, além de questionar e tensionar o *status quo* opressor. Num primeiro momento, esses jornais ainda atrelavam muito as potencialidades das mulheres ao seu papel de mãe e de esposa amorosa dentro da família conjugal. Mas isso foi mudando com o passar do tempo.

O jornal *O Sexo Feminino*, dirigido por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, que inicia publicação em 1873, dirige-se “[...] diretamente às mulheres, para que tomassem consciência de sua identidade e seus direitos. Ela [Francisca] defendia a ideia de que a dependência econômica determina a sujeição feminina e uma educação melhor ajudaria as mulheres a elevar seu *status*”. (TELLES, 2019, p. 31). Para se ter uma ideia da dimensão do jornal, quando ele passa a ser publicado no Rio de Janeiro, em 1889, já contava com tiragem de 2400 exemplares quinzenais, o que era muito na época, considerando que apenas 29,3% da população feminina no Rio sabia ler.

Em 1889 o jornal *A Família* passa a ser editado no Rio de Janeiro sob direção de Josephina Álvares de Azevedo. A editora dirigia-se, por sua vez aos homens brasileiros pedindo que apoiassem a educação das mulheres, que deixassem de ser egoístas e permitissem que desenvolvesse suas potencialidades. Além disso,

[...] defendia o direito de voto. Ao contrário de suas antecessoras, não aceitava a chefia do homem na família. Considerava-o “um déspota”, que tratava sempre de exercer o domínio sobre os outros indivíduos. Defendia o divórcio alegando que, ‘se uma mulher pudesse repudiar o marido que os pais lhe impuseram sem a sua afeição’, ela poderia controlar “seu destino” mais do que aquelas que sacrificavam ‘a existência inteira a um capricho da autoridade paterna’[...] acreditava na rebelião das mulheres contra o tratamento de “escravas do homem”. (id., p. 35-36).

Após instaurada a República, uma boa parte das lutas femininas seguiu na direção do direito de voto. Mas um novo fator surgia, o trabalho feminino operário, em especial nas indústrias têxteis. Nesse âmbito, a mulher trabalhava mais horas que os homens e recebia um salário menor. Ademais, tinha dupla jornada de trabalho, pois ainda lhe cabiam exclusivamente as funções do lar. Ao longo das muitas greves e reivindicações, numa primeira fase, embora lutassem lado a lado por direitos, apenas os homens obtinham redução da jornada ou regulamentação do trabalho, ficando os direitos das mulheres estagnados. Além de tudo, eram as mulheres e os menores que sofriam mais violência quando a polícia vinha reprimir os grevistas.

O movimento operário feminista sofreu grande influência da imigração, sobretudo italiana, em especial das correntes anarquistas que aqui chegavam com os imigrantes. O anarquismo, ainda que incorporasse a mulher como uma igual, companheira de lutas, resistia a compreender a “[...] questão da dominação da mulher como diferente da dominação de classe” (PINTO, 2003, p. 34). Ainda que fosse a princípio um movimento não feminista, foi ali que surgiram as expressões mais radicais do feminismo. Ali se denunciou abertamente a opressão masculina e a exploração da mulher em função dos papéis de gênero. Pela primeira vez, no seio do movimento operário conduzido por mulheres, reconheceu-se a “[...] especificidade da opressão, isto é, que os oprimidos não são oprimidos da mesma forma” (id., p. 35).

Maria Lacerda de Moura foi uma das mais importantes feministas ligadas ao movimento anarquista. Em suas ideias, estava muito presente a questão da exploração do trabalho feminino pelo patrão, homem capitalista industrial. Defendia abertamente o amor livre, a educação sexual, a inexistência de Deus e o pacifismo, opondo-se à noção de amor à pátria, ao militarismo e ao fascismo, participando de conferências e envolvendo-se em polêmicas. Foi sem dúvida uma das posições mais avançadas da época.

Em 1910, Leolinda Daltro e Gilka Machado fundam o Partido Republicano Feminino, com a intenção de demandar, sobretudo, a elegibilidade feminina para cargos públicos. Célio Pinto (id., p. 18) chama a atenção para o quão interessante era essa estratégia, que reunia mulheres, que não tinham direitos políticos, isto é, não eram cidadãs, colocando-se numa zona

de ilegitimidade, mas deixando claro qual era o objetivo, a saber, representar as mulheres e as demandas femininas no espaço público. O estatuto do partido defendia o direito ao voto, a emancipação e independência femininas, propondo que as mulheres eram mais do que capazes de atuar no mundo político e do trabalho. Ademais, defendiam o fim da exploração sexual, luta que só surgiria oficialmente meio século depois, nos feminismos do século XX.

Em 1922 Bertha Lutz funda a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, cujos objetivos eram

[...] promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina; proteger as mães e a infância; obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino; auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão; estimular o espírito de sociabilidade e cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público; assegurar à mulher direitos políticos e preparação para o exercício inteligente desses direitos. (id., p. 46).

No entanto, segundo Pinto, embora seja o feminismo mais organizado do período, o feminismo de Lutz “falha” ao não entender que a exclusão da mulher é “decorrência da posição de poder do homem” (id, p. 14). Para Bertha, bastaria incluir a mulher na cidadania, sem atentar para as questões de gênero subjacentes.

Em 1934 o direito ao voto se torna finalmente realidade. A partir daí, o foco da luta se desloca para o trabalho feminino e para questões relativas à maternidade.

Considerações finais

“Andamos precisados de menos líderes carismáticos
e de mais cidadania consciente e ativa”
Lília Schwarcz

De acordo com Gilberto Freyre (2004), a família tem sido, ao longo de nossa história, uma influência poderosa permanente. “Em torno dela é que os principais acontecimentos giraram durante quatro séculos, e não em torno dos reis ou dos bispos, de chefes de Estado ou de chefes de Igreja” (id., p. 78). Nada dava a entender, em 1936, quando Freyre publica pela primeira vez *Sobrados e Mocambos* que a família deixaria de ser “[...] a influência se não criadora, conservadora e disseminadora de valores” (id., ibid.) que foi durante a fase de patriarcado duro dos primeiros séculos de Brasil.

Ainda hoje, em 2021, não me parece que a família tenha perdido esse lugar, apenas se reorganizado. O sociólogo acreditava na metamorfose da família em uma forma que lhe permitisse resistir às forças de instituições mais fortes do que ela, adaptando-se. Ela desenvolver-se-ia “[...] com a igreja, a cooperativa, a comuna, o sindicato, a escola” no sentido da “renovação e da descentralização de poder” (id., ibid.). Por sua vez, a família no formato patriarcal rígido, tutelar estaria “[...] quase extinta no Brasil; e sua missão, bem ou mal cumprida” (ibid.). Ela sobreviveria, no entanto, longa e talvez eternamente tanto no caráter quanto na vida política do brasileiro. Em suas palavras, “O patriarcal tende a prolongar-se no paternal, no paternalista, no culto sentimental ou místico do pai ainda identificado, entre nós, com as imagens de homem protetor, de homem providencial, de homem necessário ao governo geral da sociedade” (ibid.). Isso me parece ser um fato entre nós. Continuamos utilizando a estrutura familiar, o modelo da família, como base para o Estado, e continuamos esperando do “cabeça” que venha nos dar um norte e cuidar de nós.

De acordo com Mary del Priore (2013, p. 182) a partir dos anos 1970 e 80 a imagem do pai autoritário sofre tensionamentos mais diretos. Há toda uma nova conjuntura que reorganiza o papel paterno tradicional. As classes mais altas laicificam-se; os índices demográficos passam a descer, o que significa uma redução no número de filhos por família (foi-se a família patriarcal estendida, dando lugar ao núcleo familiar conjugal); os modos de casar modificam-se profundamente (apenas mora-se junto, faz-se contrato de união estável etc. sem que isso seja socialmente malvisto); a mulher ingressa maciçamente no mundo do trabalho, o que modifica as demandas e funções exercidas dentro da família tanto na cidade quanto no campo; as mais variadas técnicas de controle da reprodução humana são desenvolvidas (inseminação artificial, pílula anticoncepcional, vasectomia etc.); o Estado

passa a ser, ao lado dos pais, um órgão que mediará as relações familiares esvaziando o poder de patriarcas despóticos. Atualmente, o pai não ocupa um *locus* de poder tão somente de autoridade final. A autoridade familiar é dividida com a mãe. Por sua vez, gritar, humilhar ou agredir uma criança é sinal de um indivíduo violento contra o qual o Estado teoricamente protege o vulnerável por meio de sanções. Enfim, toda essa nova realidade dá ensejo a novas sensibilidades e à reivindicação de novas liberdades nas relações familiares. Ainda assim, a autora argumenta que “[...] muito do *pater familiae* [ainda subsiste] ao lado da figura do pai divorciado, homossexual, viúvo, migrante, adotivo, ausente” (id., p. 183).

O que se espera de um pai hoje é que encaminha a criança desde o nascimento até sua inserção na sociedade e no mundo do trabalho, de preferência de modo responsável e afetivo. Enquanto antes o ônus econômico era só dele, hoje ele o divide muitas vezes com a mãe. Se antes o pai tinha direito de vida e morte sobre os filhos, hoje ele tem *deveres* para com eles, e o Estado atuando em seu encalço para que esses deveres sejam cumpridos. Inclusive, para não ser pai e deixar de cumprir essas obrigações, já não basta não ser pai biológico, é preciso demonstrar diante da Justiça que “[...] não tenha sido construído o estado de filiação, marcado pelas relações socioafetivas e consolidado na família” (id., *ibid.*). O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a necessidade, para melhor desenvolvimento da criança, de que a figura paterna seja presente em sua vida.

Diante desse novo cenário, gostaria de explorar rapidamente o livro *Do seu pai*, Pedro Fonseca (2016) de Pedro Fonseca. Nessa narrativa, o que muda radicalmente, se comparadas a narrativas prévias que abordam a temática, é que agora temos um narrador que se tornou pai quando seu filho nasceu e que vem, em primeira pessoa, relatar sua paternidade e mergulhar numa análise das relações pai-filhos.

É esse pai em construção, em busca de auto compreensão e banhado no amor paternal o novo centro das relações. Antes, eram os filhos que escreviam em um movimento de denúncia da realidade, das crueldades e contradições de seus pais – eternamente filhos, nossos escritores – agora, o escritor se tornou pai e assume um novo ponto de vista, uma nova condição.

O livro começa já explicitando um conflito geracional de visão de paternidade por meio de um prefácio escrito pelo próprio pai de Pedro Fonseca. Nesse prefácio, ele se desculpa com o filho por estar demasiado preocupado com o mundo e a humanidade, mas pouco preocupado com as pessoas reais em seu entorno. Para isso, ele faz todo um percurso histórico, aborda as temáticas geracionais, etc. Porém, parece que ele só queria se desculpar

por não ter estado presente, por ter deixado uma lacuna na formação do filho: “Preocupei-me mais em aperfeiçoar a sociedade [...] do que em cuidar dos próximos, incluindo os muito próximos. Querendo salvar a humanidade, em certo sentido, me desumanizei. [...] Devo ter sido um pai ausente para você, Pedro.” (FONSECA, 2016, p. 9).

O objetivo de Pedro é justamente não ser como seu pai, um ausente. Pelo contrário, ele quer estar presente afetivamente para os filhos. O foco do livro é “deixar cartas para os meus três filhos” (id., p. 11) que sirvam como guia ou mapa diante das dificuldades que possam vir a enfrentar. São explicações do mundo, conselhos de vida, ensinamentos de pai para filhos, descrições de acontecimentos compartilhados e da evolução emocional e cognitiva dos filhos, compilado de anedotas familiares e narrativas memorialísticas.

Em termos formais, o livro é ilustrado com as fotos íntimas da família. Há um uso constante de verbos no imperativo (conselhos de vida) e o uso dos vocativos “filho/a”, visto que o pai está escrevendo para os filhos. A linguagem é poética, por vezes sentimental e próxima do piegas. Pedro começou a escrever o livro na internet, em forma de *blog*. Só depois resolve publicá-lo, a partir da comunidade de pais que vai se formando em torno do *blog*, e da constatação de que havia, Brasil afora, muitos pais como ele, em busca de construir uma boa relação com os filhos, e às vezes perdidos em relação a essa nova identidade de pai que vinha se construindo com o nascimento de uma criança.

Na contracapa está escrito que aquele é “o livro sobre o nascimento de um pai”. Fiquei me perguntando sobre a necessidade de se construir, se produzir, se criar enquanto pai ficcionalmente. Ou seja, como a escrita pode ajudar a processar essa mudança de paradigma, do que se espera socialmente de um homem que se torna pai. É curioso, ainda, que ele escreva isso sob os olhos públicos dos leitores do *blog*.

Pareceu-me relevante levantar os valores éticos contidos nos conselhos de vida paternos, porque nisso se pode ver o retrato de uma geração inteira de classe média e média alta de esquerda no Brasil: há preocupação com a saúde (faça exercícios), o incentivo ao perspectívismo (afastar-se das situações para ver sob outra perspectiva, de longe), o estímulo a resolver as coisas pelo diálogo e não com agressividade, a valorização de conceitos como: cuidado, empatia e respeito à diversidade em todos os âmbitos.

Vemos também uma paternidade de classe nas referências às ocupações dos pais e ao seu estilo de vida. Há referências a palavras em inglês e outras línguas, à cultura pop (Star Wars, filmes da Disney), ao colégio que o filho frequenta e aos coleguinhas ricos e esnobes, ao carnaval passado em Olinda, ao costume de receber amigos em casa para jantar, à prática de Yoga. A ideologia política é de esquerda, vive-se sob o paradigma do cuidado (empatia,

Outro, respeito, diálogo etc.). Além disso, a quantidade de filhos gerados (quatro) enquanto escolha *consciente* da família deixa subentendido de que se trata de uma família com bons recursos financeiros.

A velha temática do “tal pai, tal filho” é reelaborada em outros termos. Pedro escreve se referindo a João: “Você é a minha cara. [...] somos...” Quase iguais” (id., p. 19), contente com a situação. O pai se busca e se reconhece no filho. Ainda assim, ele identifica nesse reconhecimento um de seus maiores desafios como pai. O que está em jogo aqui é lidar com as expectativas que se tem sobre os filhos, com esse desejo de reprodução do mesmo, e com a consciência contemporânea de que os filhos são livres, que é melhor que eles sejam quem eles quiserem ser, mesmo que isso contradiga intimamente os pais. Uma reflexão como essa era, num paradigma patriarcal, impossível até cognitivamente de ser feita.

Em alguns momentos, esse amor paterno pode parecer excessivo, a ponto de o sentido da vida do pai ser o filho, como se ele se esquecesse de si mesmo um pouco: “[...] quando adoce, adoço também. [...] Vê-lo doente me deixa igual”, ou “[...] tudo que faço, faço por você, filho” (id., p. 25). Quem diria que o filho se tornaria o sentido da vida de um pai!? Tais excessos poderiam levar os desconfiados a perguntarem, mas o que será que ele não nos conta? Tudo é bonito demais nesse livro, há amor demais, respeito demais, empatia demais. Será que nunca ninguém se irrita, briga, se deprime ou se frustra? Nunca ninguém diz uma palavra que dói no outro? Será que ser pai 24 horas por dia também não enche o saco?

Desse texto, gostaria de oferecer ao leitor uma imagem. Dois pais de primeira viagem, melhores amigos desde a infância, levam seus respectivos filhos para brincarem juntos num parquinho. Enquanto as crianças brincam, eles discutem sobre paternidade, sobre suas dúvidas e angústias. Essa imagem fala tudo, é uma mudança de paradigma ela mesma. Que revolução! Quantas mudanças sofreu a figura paterna nesses 500 anos de Brasil.

Enquanto isso, longe daquele parquinho de classe média, nas classes sociais mais vulneráveis, o Brasil segue sendo um dos países com maior índice de abandono paterno no planeta. 12 milhões de lares no Brasil são geridos e sustentados por mães solo, 64% delas são negras ou pardas. 5,5 milhões de brasileiros não possuem em sua certidão de nascimento o nome do pai. Esses números vêm crescendo nos últimos dez anos, o que tem levado os estudiosos a denominar esse fenômeno de “epidemia silenciosa”.

*

Chegou o momento de encarar algumas das questões levantadas ao longo deste ensaio e experimentar algumas respostas. Qual é o sentido da crônica de Martha Medeiros, que clama por um pai para aplacar a orfandade do povo brasileiro? O que está por trás desse

apelo? Como resolver a encruzilhada da figura do líder paternalesco? Temos escutado diversos intelectuais, políticos e jornalistas proporem que está na hora de criarmos autonomia, de deixarmos de esperar por um salvador, por um líder que venha na forma paternal nos indicar o caminho. Mas, diante de uma população vulnerável, isso é factível?

O abandono e a vulnerabilidade da nossa “ralé brasileira” (SOUZA, 2018) são elevados em todos os seus aspectos. Eles se expressam como: vulnerabilidade ocupacional, isto é, a falta de emprego, o emprego precário (ocupação com atividade precária e/ou temporária, más condições de trabalho, salário que não permite o sustento, falta de proteção em caso de acidente, jornada excessiva, discriminação de todos os tipos), o emprego informal e os subprodutos dessa situação – os baixos salários, as desigualdades salariais de gênero, a pesada jornada de trabalho, a precariedade da previdência social, entre outros (PRONI, 2013); vulnerabilidade alimentar – *Geografia da Fome* de Josué de Castro já era, em 1964, o primeiro alerta de que o brasileiro miserável antes de tudo passa fome e é mal nutrido; vulnerabilidade habitacional⁴¹ (KOHARA, 2018) entre outras. Toda forma de vulnerabilidade social gera insegurança, e abre brechas para que os cidadãos se tornem presas fáceis de apelos paternalistas.

Veja o leitor como foi relativamente fácil a Jair Bolsonaro reunir entre seus apoiadores os policiais militares, que há décadas estão em situação de abandono por parte do poder público, fazem reivindicações e não são atendidos. Bastou estender a mão, fazer um aceno de valorização da classe, atender formaturas, reconhecer o direito de revolta da categoria, enfim... Com isso, formou-se, pouco a pouco, um grupo de bolsonaristas armados⁴² dispostos a seguir o líder.

Schwarcz chama atenção para uma estratégia que é utilizada por líderes autoritários paternalescos: “[...] governos de tendência autoritária costumam criar a *sua* própria história – voltar ao passado buscando uma narrativa mítica, laudatória e sem preocupação com o cotejo de fatos e dados – como forma de elevação.” (2019, p. 206). Assim, tendem a idealizar o passado do país como se ele fosse uma idade de ouro.

Observe o leitor o saudosismo do nosso atual presidente em relação ao tempo da ditadura militar. Quando um presidente afirma que não houve golpe nem ditadura, quando ele

⁴¹ Em entrevista concedida ao Instituto Humanitas, o engenheiro urbano explica o seguinte: “No Brasil existe um *déficit* habitacional de mais de seis milhões de habitações. Existe ainda um outro número equivalente a esse, de *déficit* de moradias que apresentam condições de precariedade devido à infraestrutura ou mesmo à própria questão da construção da moradia. Então, esse é um problema que vem se acumulando há muitas décadas e que nunca conseguimos enfrentar efetivamente.”

⁴² Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, contam-se em torno de 120 a 140 mil policiais militares apoiadores firmes de Bolsonaro.

utiliza a Lei de Segurança Nacional para perseguir opositores, quando ele afirma que um de seus ídolos é o torturador Carlos B. Ustra, quando faz reiteradas apologias às torturas e às mortes ocorridas de 1964 a 1985 a opositores do regime militar, quando participa de manifestações em favor de uma intervenção militar no Brasil, quando ele ataca a imprensa e sugere uma necessidade de censura, de um novo AI-5, enfim⁴³ – essas são formas, para além do discurso direto elogioso do período, que manifestam a sua saudade dos “tempos de antes”.

Aqueles tempos se transformam, em termos simbólicos, nos tempos da “[...] intimidade protetora de um grupo social fechado e estritamente hierarquizado; um léxico familiar de afetos, que une a figura do pai governante aos irmãos, filhos e amigos, numa comunidade de justos auto eleitos.” (id., p. 207). Esses paradisíacos tempos idos são apenas sonhos, sem relação com a realidade atual onde são sonhados; são, na verdade, a memória subjetiva do presidente quanto à história, que cria “[...] um passado elevado e glorioso que nunca ocorreu; [...] um tempo da “exemplaridade”. (id., *ibid.*). Esse tempo exemplar se converte em *mito* abolindo-se dele toda a carga paradoxal e conflituosa.

De acordo com a historiadora, são esses tempos nostálgicos que servirão de base para fomentar o novo populismo autoritário, cuja característica essencial é “[...] delegar o poder e a representação política para seu líder supremo, logo convertido em *mito*; aquele que fala no lugar de todos e por todos.” (id., p. 208, grifo meu). Em termos de valores, numa sociedade com um passado autoritário e violento como a nossa, recorre-se à estratégia de “[...] um retorno à sociedade patriarcal de maneira a elevar conceitos como hierarquia e ordem” (id., *ibid.*) além de fomentar os valores da terra, da família, da religião, das tradições, do patriotismo como se eles guardassem uma pureza imutável, uma espécie de chão seguro.

Este ensaio não traz consigo uma proposta de explicação reducionista, ou seja, não visa explicar o Brasil em toda sua complexidade, por meio de uma dependência de figuras paternais. No entanto, chama a atenção para um aspecto tanto íntimo como social que precisamos levar em consideração ao tomar decisões políticas. Cada um, dentro de si, precisa repensar o desejo metafísico e/ou existencial de paternidade política no âmbito íntimo e psicológico. Tanto quanto nós precisamos repensar, como país, em termos históricos e sociais, essa tendência de escolha de líderes paternalistas. Nas palavras de Schwarcz, “[...] igualdade e diversidade, sentimentos e valores próprios da expansão dos direitos democráticos, correm

⁴³ Veja: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/03/31/relembre-7-vezes-em-que-o-governo-bolsonaro-se-espelhou-no-brasil-da-ditadura-militar>>. Ou ainda: <<https://veja.abril.com.br/politica/doze-vezes-em-que-bolsonaro-e-seus-filhos-exaltaram-e-acenaram-a-ditadura/>>.

perigo quando não se rompe com a figura mítica do pai político [...] do herói destacado e excepcional, do líder idealizado” (2019, p. 57).

Do contrário, seguiremos escolhendo políticos com base num apelo emocional. Minha crítica não tem a ver com uma negatização do aspecto emocional, como se ele tivesse que ser abandonado em favor de uma racionalidade seca e puramente lógica. Apenas penso que deixar-nos levar apenas pelo emocional pode nos fazer presas fáceis de propaganda personalista barata, que nos atinge em nossa vulnerabilidade, mas que não oferece um plano de governo. E nós precisamos, para resolver nossos problemas como país, de planos concretos, de ideias e de argumentos, e não de um apelo emocional ao coração de nossa miséria existencial, alimentar, educacional, habitacional, ocupacional... Acredito que o manejo da vulnerabilidade do cidadão tem um quê de projeto autoritário e tutelar que não deveríamos mais tolerar de parte de político algum.

5 REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda N. *The danger of a single story*. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt>. Acesso em: 28 mar 2021.
- ADORNO, Theodor W. Estudos sobre a personalidade autoritária. São Paulo: Unesp, 2019.
- ALMEIDA, Manuel A. de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Objetivo, 2002.
- ALMEIDA, Maria S. K. et al. *Colcha de Retalhos*. Estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- AMADO, Jorge. *A morte e a morte de Quincas Berro d'Água*. São Paulo: Cia da Letras, 2008.
- ANDRADE, Mario de. Amar, verbo intransitivo. Idílio. São Paulo: Via Leitura, 2016.
- _____. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.
- ANDRADE, Oswald de; *Memórias sentimentais de João Miramar*. 2. ed. São Paulo: Globo, 1990.
- _____. *Serafim Ponte Grande*. 3. ed. São Paulo: Globo, 1992.
- ANTUNES, Antônio Lobo. *O esplendor de Portugal*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- ARENDRT, Hannah. Os domínios público e privado (Cap. II). In: *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- ASSIS, Machado de. *Virginius*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/fs000194.pdf>>. Acesso em: 20 abril 2017.
- _____. *O pai*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/fs000116pdf.pdf>>. Acesso em: 20 abril 2017.
- _____. *O segredo de Augusta*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000174.pdf>>. Acesso em: 20 abril 2017.
- _____. Teoria do medalhão. In: *Papeis Avulsos*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.
- _____. Anekdota Pecuniária. In: *Histórias sem data*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- _____. O caso da vara. In: *Páginas Recolhidas*. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2008.
- _____. Conto de escola. In: *Várias Histórias*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- _____. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Klick, O Estado de São Paulo, 1999.
- _____. *Quincas Borba*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 20 abril 2017.
- _____. *Dom Casmurro*. São Paulo: Três Livros e Fascículos Ed., 1986.
- AZEVEDO, Artur. *O dote*. Disponível em: <www.livroclip.com.br>. Acesso em: 27 maio 2017.
- BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento. O Contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.
- _____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

- BARBOSA, Amílcar B. *Deixe o quarto como está ou Estudos para a composição do cansaço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *Barreira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- BARRETO, Lima. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Rio de Janeiro: MEDIAFashion, 2008.
- _____. *Diário do Hospício e Cemitério dos Vivos*. São Paulo: Cia das Letras, 2017.
- BARTHELME, Donald. *O pai morto*. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.
- BARTHES, Roland. A morte do autor. Da obra ao texto. In: *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BECKETT, Samuel. *Esperando Godot*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- BODYWORLDS. Disponível em: <<https://bodyworlds.com/>>. Acesso em: 18 dez. 2019.
- BOTE fé e diga Lula. 1 vídeo (2 min. 5 s). Publicado pelo canal: Ricardo Noblat. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mz14H4-ebsw>>. Acesso em: 22 maio 2021.
- BRANDÃO, Ignácio de L. *Zero*. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.
- CABRERA, Natasha J.; TAMIS-LEMONDA, Catherine S.; BRADLEY, Robert H.; CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6º ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2000. Vols. I e II.
- _____. Dialética da Malandragem. In: *O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004. P. 17-46.
- _____. *Literatura e sociedade*. São Paulo, PubliFolha, 2000.
- _____. The Brazilian family. In: SMITH, T. Lynn & MARCHANT, Alexander (orgs.). *Brazil: portrait of half a continent*. Nova York, The Dryden Press, 1951.
- CARRASCOZA, João A. *Caderno de um ausente*. São Paulo: Cosac & Naify, 2014.
- CELIDONIO, Eni de P. *A paternidade em Dom Casmurro: ocultamentos e revelações*. Tese. Programa de Pós-graduação em Letras UFRGS - Porto Alegre. 2006, 226 p.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil Quinhentista. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil, mito fundador e sociedade autoritária*. Disponível em: <<http://www.univas.edu.br/menu/BIBLIOTECA/servicosOferecidos/livrosDigitalizados/historia/MitoFundadoreSociedadeAutoritariaMarilenaChaui.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2018.
- CHIODINI, João. *Abraços perdidos*. Jaraguá do Sul: Editora da Casa, 2015.
- CITIZEN Kane. Direção: Orson Welles. Drama. Estados Unidos da América: Mercury Productions; RKO Pictures, 1941. Filme (119 min).
- COELHO, Jacinto P. *A originalidade da literatura portuguesa*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa: Lisboa, 1992.
- CONY, Carlos H. *Quase memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CORAÇÃO brasileiro. 1 vídeo (53 s.). Publicado pelo canal: Ricardo Noblat. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2r-JJ_tfcLA>. Acesso em: 22 maio 2021.
- COSTA, J. *Ordem médica, norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- CRÍA cuervos. Direção: Carlos Saura. Drama. Espanha: Elias Querejeta, 1975. Filme. (112 min).
- DAMATTA, Roberto. *Você sabe com quem está falando? Estudos sobre o autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.
- _____. *A casa & a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

- DAVIS, Robert C. (Ed.) *The Fictional Father: Lacanian Readings of the Text*. Amherst: The University of Massachusetts Press, 1981.
- _____. *The paternal romance. Reading God-the-Father in early western culture*. Illinois: University of Illinois Press, 1993.
- DERRIDA, Jacques. A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas. In: *A escritura e a diferença*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1967.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império*. São Paulo: Contexto, 2017.
- DUPUIS, Jacques. *Em nome do pai: uma história da paternidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- ERRO Grupo. *Enfim, um Líder*. Disponível em: <<http://www.errogrupo.com.br/v4/pt/2011/03/17/enfim-um-lider/>>. Acesso em: 19 dez. 2020.
- FANTINI, João A. O declínio do nome-do-pai: violência e transgressão na passagem do século. *Temas em Psicologia da SBP*, 2001, vol. 9 n. O 3, p. 211-221.
- FAORO, Raymund. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2012.
- FATHER, The. Direção: Florian Zeller. Drama. França, Reino Unido: F comme Film; Trademark Films; Cine@, 2020. Filme. (97 min).
- FONSECA, Pedro. *Do seu pai, Pedro Fonseca*. Porto Alegre: Zouk, 2016.
- FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: _____. *Ditos e escritos III: Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- FREUD, Sigmund. Totem e tabu. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas Vol. XIII*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48 ed. São Paulo: Global, 2003.
- _____. *Sobrados e Mucambos. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2004.
- _____. *Ordem e Progresso. Processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república*. São Paulo: Global, 2004.
- GAMA-KHALIL, Marisa M. A casa do avô em Por parte de pai: espaços de horror, de escrita e outros espaços. In: *Anais do CENA*, v. 1, n. 1. Uberlândia: EDUFU, 2013.
- Disponível em: <http://www.ileel2.ufu.br/anaisdocena/wp-content/uploads/2014/02/cena3_artigo_33.pdf> Acesso em: 5 maio 2018.
- GOMBROWICZ, Witold. *Ferdydurke*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. *Cosmos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 7-144.
- GREEN, Julien. *Adrienne Mesurat*. São Paulo: Novo Século, 2008.
- GRISWOLD, R. *Fatherhood in America: A History*. New York: Basic Books, 1993.
- HATOUM, Milton. *Dois irmãos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HERMANN, Jacqueline. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*, vol. 1 - O tempo do liberalismo excludente: da

- Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 121-160.
- HILST, Hilda. *O caderno rosa de Lori Lamby*. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1990.
- HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1ª edição, 1984.
- IONESCO, Eugène. The leader. In: *Rhinocerus and other plays*. New York: Grovepress, Inc.: 1960. p. 109-119.
- ITABORAÍ, Nathalie R. *Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012)*. Uma perspectiva de classe e gênero. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.
- KAFKA, Franz. *Carta ao pai*. Porto Alegre: L&PM, 2004.
- KERN, Daniela. Hayden White e o pluralismo histórico. *História* [online]. 2010, vol. 29, n. 1, p. 278-288.
- KOHARA, Luiz. *Crise habitacional é consequência do modelo de desenvolvimento urbano: alta concentração de terra e grande parcela da população sem acesso*. Entrevista especial com Luiz Kohara. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/578931-crise-habitacional-e-consequencia-do-modelo-de-desenvolvimento-urbano-entrevista-especial-com-luiz-kohara>>. Acesso em 9 ago. 2021.
- KUZINSKI, Bernardo. *K, relato de uma busca*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- LACAN, Jacques. *Nomes-do-pai*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- LA piel que habito. Direção: Pedro Almodóvar. Drama. Espanha: El Deseo, S.A.; Warner Bros, 2011. Filme (117 min).
- LAROSSA, Ralph. *The modernization of fatherhood. A social and political history*. Chicago: The university of Chicago Press, 1997.
- LAVOUR'ARCAICA. Direção: Luiz Fernando Carvalho. Drama. Brasil: Europa Filmes, 2001. Filme (163 min).
- LEAL, Victor N. *Coronelismo enxada e voto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LEVY, Tatiana S. *A chave de casa*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2013.
- LULA Brasil. 1 vídeo (1 min. 07 s.). Publicado pelo canal: Ricardo Noblat. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kZF1f4eH3eA>>. Acesso em: 22 maio 2021.
- MARQUES, Teresa C. N. Mulheres e seus direitos de propriedade: o dote versus o poder marital. In: *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*. Vol. 7, nº 13, jul-dez, 2012.
- MARTINS, L. *O patriarca e o bacharel*. São Paulo: Alameda, 2008.
- MEDEIROS, M. *Pai da pátria*. Donna, Porto Alegre, 13 ago 2017. Disponível em: <<http://revistadonna.clicrbs.com.br/coluna/martha-medeiros-pai-da-patria/>>. Acesso em: 8 abril 2018.
- MELO, Hadassa. *Discursos da construção do Outro: os povos indígenas nos sermões do Padre Antônio Vieira (1652-1662)*. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/5984/1/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2018.
- MESGRAVIS, Laima. *História do Brasil Colônia*. São Paulo: Contexto, 2017.
- MICELI, S. *Poder, Sexo e Letras na República Velha*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977.
- MOREIRA, Jaqueline de O. Édipo em Freud: o movimento de uma teoria. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 9, n. 2, p. 219-227, mai./ago. 2004.

- NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, s/ ed., 1955
- NASSAR, Raduan. *Lavoura Arcaica*. In: *Obra Completa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- NEGÓCIOS em Família & vaza jato _ lava jato entre 4 paredes _ ep03. 2020. 1 vídeo (58:39). Publicado pelo Canal Normose. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HX2xZ3tQOmW&list=PLOp7jgm6TfAshAwKo1LAv-aywDIuJdZV&index=3>>. Acesso em: 12 dez 2020.
- NEGRÃO, Lísias. Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro. *RBCS*. v. 16, n. 46, jun. 2001.
- NIELSEN, Rex. P. *Fading Fathers: Writing through Patriarchy in Contemporary Brazilian Literature*. Tese (Doutorado). Department of Portuguese and Brazilian Studies, Brown University. Providence, Rhode Island, 2010.
- NIETZSCHE, Friedrich W. *Crepúsculo dos Ídolos ou Como se filosofa com o martelo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2017.
- _____. *Além do bem e do mal*. Prelúdio a uma filosofia do futuro. São Paulo: Companhia de Bolso, 2005.
- _____. *Assim falou Zaratustra*. Um livro para todos e para ninguém. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018.
- NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1978.
- NÓS por ele, ele por nós. 1 vídeo (1 min. 59 s.). Publicado pelo canal: Ricardo Noblat. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fHEPKs_00ww>. Acesso em 22 maio 2021.
- OLIVEIRA, Daniela B. de. Como se faz uma revolução? Breve análise de prédicas de Antônio Conselheiro sob a ótica dos estudos culturais. *Anais do Encontro de Pós Graduandos da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos*. Juiz de Fora/MG, fev. 2018. Disponível em: <https://www.seo.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=403>. Acesso em: 12 ago. 2021.
- OLIVEIRA, Luiz R. P. *O pai na moderna e urbana família brasileira*. Reflexões a partir de Esaú e Jacó de Machado de Assis. Dissertação (Mestrado). Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999, 169 p.
- OLIVEIRA, Ricardo C.; GOULART, Mônica H. H. S.; Vanali, Ana C.; MONTEIRO, José M. Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. In: *Revista Brasileira de Sociologia*. Vol. 05, No. 11, Set/Dez/2017.
- PADRE PADRONE. Direção: Paolo e Vittorio Taviani. Itália, 1977, 112 min.
- PASSOS, José L. *O marechal de costas*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.
- PERDIGÃO, Noemi H. B. *Pais, patriarcas, algozes, amigos: a paternidade em Dois irmãos e Cinzas do norte*, de Milton Hatoum. Tese (Doutorado). Curitiba, 2015. Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.
- PINTO, Céli Regina J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

- PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, José L. EM NOME DO PAI: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. In: *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol. 33, n. 96. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092018000100501>. Acesso em: 14 mar 2021.
- PRIORE, Mary Del. Pais de ontem: transformações da paternidade no século XIX. In: *História dos homens no Brasil*. PRIORE, Mary del; AMANTINO, Márcia (Orgs.). São Paulo: Unesp, 2013.
- _____. (Org). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016.
- _____. Visões de redenção, caminhos de perdição. In: *O castelo de papel*. Uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, conde d'Eu. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2013. p. 183-209.
- PRONI, Marcelo. Trabalho decente e vulnerabilidade ocupacional no Brasil. *Econ. soc.* v. 22, n. 3. Dez., 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/ZNcSnKbsFy7hcW8Qy3SCy5f/?lang=pt>>. Acesso em: 8 ago. 2021.
- QUEIROZ, Bartolomeu C. *Por parte de pai*. Rio de Janeiro: RHJ Livros, 1995.
- QUEIROZ, Maria J. de. *Joaquina, filha do Tiradentes*. Rio de Janeiro: TopBooks, 1997.
- RAMOS, Graciliano. *S. Bernardo*. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- _____. *Infância*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1955.
- _____. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2020.
- REGO, José Lins do. *Fogo Morto*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2017.
- REZENDE, Antônio; BIANCHET, Sandra. *Dicionário do Latim Essencial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- RICOEUR, Paul. A paternidade: do fantasma ao símbolo. In: *O conflito das interpretações*. Ensaios de Hermenêutica. Lisboa: Rés, 1989.
- RODRIGUES, Nelson. *Os sete gatinhos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- ROSA, João G. A terceira margem do rio. In: *Primeiras Estórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- _____. *Manuelzão e Miguilim: Corpo de Baile*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- RUSSO, Vincenzo. Pater, pátria e a memória como patrimônio: sobre K: relato de uma busca, de Bernardo Kucinski. *estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 50, p. 35-46, jan./abr. 2017.
- SABINO, Mário. *O dia em que matei meu pai*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2009.
- SAMARA, Eni de M. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- SARABAND. Direção: Ingmar Bergman. Drama. Suécia, Itália, Alemanha, Finlândia, Dinamarca, Áustria: Sveriges Television; Sony Pictures Classics, 2003. Filme (120 min).
- SARDINHA, Edson. Congresso, um negócio de família: seis em cada dez parlamentares têm parentes na política. In: *Congresso em Foco*, Agosto, 2017a. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/congresso-um-negocio-de-familia-seis-em-cada-dez-parlamentares-tem-parentes-na-politica/>>. Acesso em 26 mar 2021.
- _____. De pai para filho: família que está há 196 anos no Congresso prepara dois sucessores. In: *Congresso em Foco*, Agosto, 2017b. Disponível em:

- <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/de-pai-para-filho-familia-que-esta-ha-196-anos-no-congresso-prepara-dois-sucessores/>>. Acesso em 26 mar 2021.
- SEM medo de ser feliz/Lula lá. 1 vídeo (1 min. 53 s.). Publicado pelo canal: Ricardo Noblat. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kZF1f4eH3eA>>. Acesso em: 22 maio 2021.
- SHAKESPEARE, William. *Hamlet*. Trad. de Millôr Fernandes. São Paulo: Editora Peixoto Neto, 2004.
- _____. *O Rei Lear*. Trad. de Millôr Fernandes. Porto Alegre: L&PM, 1997.
- SCHWARCZ, Lília. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras/Editora Schwarcz S.A., 2019.
- SCHWARCZ, Lília; STARLING, Heloisa. A primeira república e o povo nas ruas. In: *Brasil, uma biografia*. São Paulo: Editora Schwarcz S.A., 2015.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2012.
- _____. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____. *Um mestre na periferia do capitalismo*. Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2012.
- SHIDELER, Ross. *Questioning the Father. From Darwin, to Zola, Ibsen, Strindberg and Hardy*. Stanford, California: Stanford University Press, 1999.
- SILVA, Carla D. *Das saudades que se tem: a representação paterna na escrita autobiográfica de Bartolomeu Campos de Queirós*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2016.
- SILVA, Maria B. N. Mulheres e patrimônio familiar no Brasil no período colonial. *Acervo*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 1-2, p. 85-96, jan/dez 1996.
- SÓFOCLES. *Édipo Rei*. Trad. Donald Schüler. Rio de Janeiro: Lamparina, 2004.
- SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 12 (1): 69-100, maio de 2000.
- _____. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema Brasileiro*. Brasília: Ed. UNB, 2000.
- _____. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.
- _____. *Ralé brasileira: quem é e como vive*. São Paulo: ContraCorrente, 2018.
- _____. *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.
- _____. *A guerra contra o Brasil*. Como os EUA se uniram a uma organização criminosa para destruir o sonho brasileiro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.
- STIGGER, Verônica. *Gran Cabaret Demenzial*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- _____. *Os anões*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- SUSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- TAXIDERMIA. Direção: György Pálfi. Hungria, Áustria, França: Pool Filmverleih; Memento Films, 2006. Filme (94 min).
- TELLES, Lygia F. *Ciranda de pedra*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1983.
- TELLES, Maria Amélia de A. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

TÔ com saudade do tempo de Lula. 2021. Maderada Music Show. Vídeo (2:25). Publicado no Fórum r/Brasil no Reddit. Disponível em:

<https://www.reddit.com/r/brasil/comments/mvlgoc/o_novo_clipe_de_lula/>. Acesso em: 10 abril 2021.

TEZZA, Cristóvão. *O filho eterno*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

VOCÊ SABE COM QUEM ESTÁ FALANDO? Meteoro Brasil. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=trV99auLmQ0>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

VON HAGENS PLASTINATION. Disponível em: <<https://www.vonhagens-plastination.com/pages/medical-teaching-specimens/von-hagens-plastination.php/home>>.

Acesso em: 21 dez. 2019.

ZOJA, Luigi. *The Father: Historical, Psychological and Cultural Perspectives*. East Sussex: Brunner-Routledge, 2001.

WALSER, Robert. *Os irmãos Tanner*. Lisboa: Relódio d'água, 2009.

WEBER, Max. Dominação patriarcal e dominação patrimonial. In: *Economia e Sociedade*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1999.

WEINECK, Silke-Maria. The Laius Syndrome, or the end of political fatherhood. In: *Cultural Critique*, Number 74, Winter 2010, pp. 131-146.

_____. *The Tragedy of Fatherhood. King Laius and the Politics of Paternity in the West*. New, York: Bloomsbury Publishing Plc, 2014.

WHITE, Hayden. Teoria Literária e escrita da História. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1991, p. 21-48.

6 ANEXOS

6.1 Poemas

As mãos de meu pai

Mário Quintana

As tuas mãos tem grossas veias como cordas azuis
sobre um fundo de manchas já da cor da terra
– como são belas as tuas mãos
pelo quanto lidaram, acariciaram ou fremiram da nobre cólera dos justos...
Porque há nas tuas mãos, meu velho pai, essa beleza que se chama simplesmente vida.
E, ao entardecer, quando elas repousam nos braços da tua cadeira predileta,
uma luz parece vir de dentro delas...
Virá dessa chama que pouco a pouco, longamente, vieste alimentando na terrível solidão do
[mundo,
como quem junta uns gravetos e tenta acendê-los contra o vento?
Ah, como os fizeste arder, fulgir, com o milagre das tuas
mãos!
E é, ainda, a vida que transfigura as tuas mãos nodosas...
essa chama de vida – que transcende a própria vida...
e que os Anjos, um dia, chamarão de alma.

Como um presente

Carlos Drummond de Andrade

Teu aniversário, no escuro,
não se comemora.

Escusa de levar-te esta gravata.
Já não tens roupa, nem precisas.
Numa toalha no espaço há o jantar,
mas teu jantar é silêncio, tua fome não come.

Não mais te peço a mão enrugada
para beijar-lhe as veias grossas.
Nem procuro nos olhos estriados
aquela interrogação: está chegando?

Em verdade paraste de fazer anos.
Não envelheces. O último retrato
vale para sempre. És um homem cansado
mas fiel: carteira de identidade.

Tua imobilidade é perfeita. Embora a chuva,
o desconforto deste chão. Mas sempre amaste
o duro, o relento, a falta. O frio sente-se
em mim que te visito. Em ti, a calma.

Como compraste calma? Não a tinhas.
Como aceitaste a noite? Madrugavas.
Teu cavalo corta o ar, guardo uma espora
de tua bota, um grito de teus lábios,
sinto em mim teu corpo cheio, tua faca,
tua pressa, teu estrondo... encadeados.

Mas teu segredo não descubro.
Não está nos papéis
do cofre. Nem nas casas que habitaste.
No casarão azul
vejo a fieira de quartos sem chave, ouço teu passo
noturno, teu pigarro, e sinto os bois
e sinto as tropas que levavas pela Mata
e sinto as eleições (teu desprezo) e sinto a Câmara
e passos na escada, que sobem,
e soldados que sobem, vermelhos,
e armas que te vão talvez matar,
mas que não ousam.
Vejo, no rio, uma canoa,
nela três homens.
“Inda que mal pergunte, o Coronel sabe nadar?
Porque esta canoa, louvado Deus, pode virar,
e sua criação nunca mais que o senhor há de encontrar.”

Tua mão saca do bolso uma coisa. Tua voz vai à frente.
 “Coronel, me desculpe, não se pode caçar?”
 Vejo-te mais longe. Ficaste pequeno.
 Impossível reconhecer teu rosto, mas sei que és tu.
 Vem da névoa, das memórias, dos baús atulhados,
 da monarquia, da escravidão, da tirania familiar.
 És bem frágil e a escola te engole.
 Faria de ti talvez um farmacêutico ranzinza, um doutor confuso.
 Para começar: uma dúzia de bolos!
 Quem disse?
 Entraste pela porta, saíste pela janela
 - conheceu, seu mestre? – quem quiser que conte outra,
 mas tu ganhavas o mundo e nele aprenderias tua sucinta gramática,
 a mão do mundo pegaria de tua mão e desenharia tua letra firme,
 o livro do mundo te entraria pelos olhos e te imprimiria sua completa e clara ciência,
 mas não descubro teu segredo.

É talvez um erro amarmos assim nossos parentes.
 A identidade do sangue age como cadeia,
 fora melhor rompê-la. Procurar meus parentes na Ásia,
 onde o pão seja outro e não haja bens de família a preservar.
 Por que ficar neste município, neste sobrenome?
 Taras, doenças, dívidas; mal se respira no sótão.
 Quisera abrir um buraco, varar o túnel, largar minha terra,
 passando por baixo de seus problemas e lavouras, de eterna agência do correio,
 e inaugurar novos antepassados em uma nova cidade.
 Quisera abandonar-te, negar-te, fugir-te, mas curioso:
 já não estás, e te sinto,
 não me falas, e te converso.
 E tanto nos entendemos, no escuro,
 no pó, no sono.

E pergunto teu segredo.
 Não respondes. Não o tinhas.
 Realmente não o tinhas, me enganavas?
 Então aquele maravilhoso poder de abrir garrafas sem saca-rolha,
 de desatar nós, atravessar rios a cavalo, assistir, sem chorar, morte de filho,
 expulsar assombrações apenas com teu passo duro,
 o gado que sumia e voltava, embora a peste varresse as fazendas,
 o domínio total sobre irmãos, tios, primos, camaradas, caixeiros, fiscais do governo, beatas,
 [padres, médicos, mendigos, loucos mansos, loucos agitados, animais, coisas:
 então não era segredo?

E tu que me dizes tanto
 disso não me contas nada.

Perdoa a longa conversa.
 Palavras tão poucas, antes!
 É certo que intimidavas.
 Guardavas talvez o amor

em tripla cerca de espinhos.
Já não precisas guardá-lo.
No escuro em que fazes anos,
no escuro,
é permitido sorrir.

Escrituras do pai

Carlos Drummond Andrade

Cada filho e sua conta,
em cada conta seu débito
que um dia tem de ser pago.
A morte cobrando dívidas
de que ninguém se lembrava,
mas no livro de escrituras,
vermelha, a dívida estava.
São as despesas da vida
em algarismos cifrados.
Estarás sempre devendo
tudo quanto te foi dado
e nem pagando até o fim
o menor vintém de amor
jamais te verás quitado,
pois no livro das escrituras
- capital, juros e mora -
teu débito está gravado.

O beijo

Carlos Drummond Andrade

Mandamento: beijar a mão do Pai
às 7 da manhã, antes do café
e pedir a bênção
e tornar a pedir
na hora de dormir.

Mandamento: beijar
a mão divino-humana
que empunha a rédea universal
e determina o futuro.
Se não beijar, o dia
não há de ser o dia prometido,
a festa multimaginada,
mas a queda — tibum — no precipício
de jacarés e crimes
que espreita, goela escancarada.

Olha o caso de Nô.
Cresce demais, vira estudante
de altas letras, no Rio de outras normas.
Volta, não beija o Pai
na mão. A mão procura
a boca, dá-lhe um tapa,
maneira dura de beijar
o filho que não beija a mão sequiosa
de carinho, gravado
nas tábuas da lei mineira de família.

Que é isso? Nô sangra na alma,
a boca dói que dói
é lá dentro, na alma. O dia, a noite,
a fuga para onde? Foge Nô
no breu do não-saber, sem rumo, foge
de si mesmo, consigo,
e não tem saída
a não ser voltar,
voltar sem chamado,
para junto da mão
que espera seu beijo
na mais pura exigência
de terroramor.

Olha o caso de Nô.
7 da manhã.
Antes do café.

Meu pai, dá-me os teus velhos sapatos manchados de terra...

Vinícius de Moraes

Meu pai, dá-me os teus velhos sapatos manchados de terra
Dá-me o teu antigo paletó sujo de ventos e de chuvas
Dá-me o imemorial chapéu com que cobrias a tua paciência
E os misteriosos papéis em que teus versos inscreveste.

Meu pai, dá-me a tua pequena chave das grandes portas
Dá-me a tua lamparina de rolha, estranha bailarina das insónias
Meu pai, dá-me os teus velhos sapatos.

6.2 *Jingle* da campanha eleitoral de Getúlio Vargas

O retrato do velho

Compositores: Haroldo Lobo e Marino Pinto

Intérprete: Francisco Alves

Ano de lançamento: 1950

Bota o retrato do velho outra vez,
Bota no mesmo lugar!
O sorriso do Velhinho
Faz a gente trabalhar!
Eu já botei o meu.
E tu, não vais botar?
Já enfeitei o meu.
E tu, vais enfeitar?
O sorriso do Velhinho
Faz a gente se animar!

6.3 Jingles de campanhas eleitorais de Luís Inácio Lula da Silva

Lula Lá / Sem Medo de Ser Feliz

Autores: Hilton Acioli

Intérprete: Coletiva

Ano de lançamento: 1989

Lula lá, brilha uma estrela
 Lula lá, cresce a esperança
 Lula lá, o Brasil criança
 Na alegria de se abraçar
 Lula lá, com sinceridade
 Lula lá, com toda certeza
 Pra você meu primeiro voto
 Pra fazer brilhar nossa estrela.

Lula Brasil

Ano de lançamento: 1994

Chega de dançar a mesma dança
 Neste grito travado no peito
 Neste medo que mata a esperança
 Chega de tanta ilusão passageira
 Queremos um Brasil melhor de verdade pra vida inteira
 Vamos mudar com coragem e alegria a vida deste país
 Vamos mostrar que nós somos o mesmo povo sem medo de ser feliz
 Lula Brasil
 Muda já
 Todos queremos o Lula lá
 Lula Brasil!

Coração Brasileiro

Intérprete: Hilton Acióli

Ano de lançamento: 1998

Meu país é gente primeiro
 E a alegria pode vir num repente
 A vida é tão desigual
 O bem tem que vencer o mal
 Coração brasileiro
 Quem sabe é quem sente
 Lula sou eu, Lula é gente
 Coração brasileiro
 Quem sabe é quem sente

Bote Fé e Diga Lula

Autores: Desconhecido

Intérprete: Desconhecido

Ano de lançamento: 2002

A favor do que é direito
 Da decência que restou
 A favor de um povo pobre
 Mas nobre e trabalhador
 É o desejo dessa gente
 Querer um Brasil mais decente
 Ter direito à esperança
 E uma vida diferente
 É só você querer
 É só você querer
 Que amanhã assim será
 Bote fé e diga Lula
 Bote fé e diga Lula
 Eu quero Lula.

Nós por ele, ele por nós

Ano de lançamento: 2006

Não adianta tentarem me calar
 Nunca ninguém vai abafar a minha voz
 Quando o povo quer ninguém domina
 O mundo se ilumina, nós por ele, ele por nós
 O Brasil quer seguir em frente
 Com o primeiro homem do povo, presidente
 Ele sabe governar com o coração
 E governa pra todos, com justiça e união
 É o primeiro presidente
 Que tem a alma do povo e tem a cara da gente
 São milhões de Lulas povoando esse Brasil
 Homens e mulheres noite e dia a lutar
 Por um país justo e independente
 Onde o presidente é povo e o povo é presidente
 Nós estamos aqui de novo, cantando
 Um sonho novo pra sonhar
 Nós estamos aqui de novo, lutando
 A esperança não se cansa de gritar
 É Lula de novo com a força do povo!